



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

RELATÓRIO
DE GESTÃO
2021

Capítulo 1Governança **3****Capítulo 2**Resultados da Gestão **26****Capítulo 3**Conformidade e Alocação de Recursos **70****Capítulo 4**Demonstrações Contábeis **88****Capítulo 5**Entregas, Informações Complementares e Links **97**



Capítulo 1

Governança

Mensagem da Diretoria

Em 2021 a ANA reafirmou a sua missão institucional de garantir segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil ao revisar o seu planejamento estratégico, acolhendo as novas atribuições relacionadas à implementação do Novo Marco do Saneamento Básico e fazendo aprimoramentos necessários em função da avaliação de sua implementação ao longo de dois anos.

A ANA estabeleceu, para 2021, 88 metas descritas no seu [Plano de Gestão Anual - PGA](#), e ao final do exercício alcançou desempenho de 75%. Na escala plurianual do [Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2019-2022](#), o desempenho obtido foi de 85%, restando ainda um ano para implementação do atual ciclo de planejamento.

Destacam-se alguns dados que evidenciam o alcance das metas:

- Emissão de 3.922 outorgas de usos de recursos hídricos e edição de cinco marcos regulatórios em sistemas hídricos locais prioritários: Poço Branco (RN), Poti-Longá (PI, CE), Jaburu/Jenipapo (CE), Estreito e Cova da Mandioca, São Marcos (DF, GO, MG) e Pardo (MG, BA);
- Regularização e monitoramento de 90% da área irrigada, identificada em mapeamento por sensoriamento remoto, nas bacias do Itaguari/Carinhanha (BA/MG) e Pardo (BA/MG);
- Análise da situação das 33 barragens classificadas como alto risco e alto dano potencial associado, cumprindo a legislação de segurança de barragens;
- Atualização das avaliações das capacidades de reservação, por meio de 80 curvas de Cota x Área x Volume, em reservatórios das UHEs;
- Alcance de 80% dos reservatórios do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios - SAR com tempo de defasagem das informações inferior a 10 dias;
- Elaboração e publicação do Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos com novas bases hidrográficas do Brasil e com formato digital. Esses dados são o referencial técnico para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022/2040;
- Publicação da nova edição do Atlas de Irrigação, ferramenta importante para o planejamento do setor e para garantir a segurança hídrica dos usos múltiplos da água;
- Publicação de 12 boletins da Rede de Monitoramento COVID Esgotos, que

identifica a presença do novo coronavírus no esgoto de grandes cidades, como Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro;

- Implementação de 69% das ações do plano de comunicação integrado e realizadas todas as ações do plano de linguagem simples;
- Monitoramento e acompanhamento de sete bacias hidrográficas prioritárias: Piranhas-Açu; Verde Grande; Paraíba do Sul; Paranapanema; Paraguai; Doce; e Grande;
- Implementados seis projetos indutores em áreas prioritárias (Programa Produtor de Águas): bacia do rio São Francisco; no rio Dois Rios; Bacias Hidrográficas Paranapanema, Grande, Verde Grande, do Descoberto (Paranaíba);
- Alcançados 91,4% de média de cooperação federativa pelos nove estados e 81,9% de média do desempenho dos comitês de bacias em 20 estados e no Distrito Federal;
- Formação de mais de 23 mil pessoas em cursos na modalidade a distância e remota;
- Defesa de 154 mestrados profissionais no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua;
- Publicação do Manual de Elaboração dos Atos Regulatórios da ANA;
- Publicação do Relatório ANA/OCDE - *Fostering Water Resilience in Brazil - Turning Strategy into Action*, que trata sobre governança e infraestrutura dos recursos hídricos e a aplicação de instrumentos econômicos na bacia do Piancó-Piranhas-Açu;
- Publicação do Portal de Governança Corporativa - com seis painéis gerenciais para o monitoramento dos instrumentos de planejamento estratégico, plano de gestão anual, agenda regulatória, orçamento, gestão de riscos e projetos de TI; e
- Implementação do Login Único do Governo Federal em mais dois serviços da ANA: Participação Social e Banco de Imagens da ANA.

O exercício de 2021 foi marcado por severa crise hidroenergética na bacia do rio Paraná, para a qual a ANA, pela primeira vez na sua história, emitiu Declaração de Escassez Hídrica. Essa medida permitiu a implementação de ações excepcionais na operação dos reservatórios de geração de energia elétrica e, na sequência, a Agência elaborou um plano de contingência para o reenchimento desses reservatórios, que vêm sendo acompanhados periodicamente até o fim do período chuvoso, em maio de 2022.



Christianne Dias
Diretora-Presidente



Ricardo Andrade
Diretor



Oscar Cordeiro Netto
Diretor



Marcelo Cruz
Diretor



Vitor Saback
Diretor

O monitoramento hidrológico no país e o acompanhamento contínuo da situação de eventos extremos, como secas e inundações, têm permitido à ANA e aos atores construir soluções e adotarem medidas mitigadoras conjuntas a partir de espaços colaborativos como as salas de crise e de acompanhamento das condições dos reservatórios. Essa atuação conjunta alcançou resultados mais expressivos na bacia do rio São Francisco, nos reservatórios de Furnas e Mascarenhas de Moraes (MG) e na bacia do Paranapanema (SP/PR).

Em decorrência das novas atribuições do Marco Legal do Saneamento, a ANA emitiu suas primeiras normas de referência para o setor, tratando de temas que devem contribuir para o **fim dos lixões no Brasil** por meio da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de manejo de resíduos sólidos e da universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Foi um ano de muito diálogo e articulação com os atores do SINGREH no processo de construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos que terá como horizonte 2022-2040. Além disso, na parceria com os estados e os comitês de bacias hidrográficas, 2021 foi um ano de encerramento de ciclos de grandes programas de pagamento por resultados como o PROGESTÃO, o PROCOMITÊS, o QUALIÁGUA. O próximo exercício se apresenta como momento oportuno para sistematização dos aprendizados desses programas e formulação de novas estratégias de articulação e parcerias.

Nesse sentido cabe destacar alguns avanços na gestão compartilhada com os estados, como a delegação das atividades de fiscalização de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União para a Agência Reguladora de Águas,

Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal Adasa, colocando em prática um dos dispositivos previstos na Lei Geral das Agências Reguladoras, a Lei nº 13.848/2019.

Outra inovação na gestão compartilhada tem sido a experiência na bacia do rio São Marcos, que abrange áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais. Além da revisão do marco regulatório para uso de recursos hídricos, que contou com sugestões da sociedade recebidas via consulta pública, foram promovidas inovações, como a integração de banco de dados, a geração de balanço hídrico adequado, o monitoramento integrado de recursos hídricos e a criação de um portal de usuário de recursos hídricos. Esse esforço, que é fruto da articulação e de parcerias envolvendo a ANA, os órgãos gestores e a universidade, beneficia o usuário de recursos hídricos, contribui para a segurança hídrica da região e permite aprendizados de um modelo de gestão compartilhada que pode ser usado em outros territórios.

Em continuidade ao compromisso de comunicar de forma clara e transparente a sua atuação, a ANA implementou diversas ações alinhadas ao movimento emergente de linguagem simples e tem sido referência para muitos órgãos na esfera federal e subnacionais devido ao pioneirismo no tema. Apesar de todas as inovações citadas, a ANA criou, em 2021, o laboratório de inovação, garantindo um espaço institucional dedicado a promover a inovação na gestão, melhorar a qualidade dos serviços prestados e contribuir para o desenvolvimento de soluções para resolver desafios da gestão e regulação.

Na esfera institucional, em 2021 a ANA aperfeiçoou seus instrumentos de monitoramento de estratégia e riscos. Aperfeiçoou o processo regulatório, com

a publicação do Manual de Elaboração dos Atos Regulatórios e ampliou as possibilidades de participação social no processo decisório da ANA realizando 14 processos de escuta da sociedade, número recorde de contribuições na história da Agência.

A ANA também publicou duas versões do seu regimento interno, adequando as novas estruturas decorrentes do saneamento, e extinguiu a supervisão de áreas por Diretor, procedimento que estava vigente há mais de 15 anos na Agência. Essa alteração no modelo decisório traz um conjunto de implicações aos processos de trabalho da ANA e a necessidade de fortalecimento das instâncias de governança, de modo a não comprometer o alcance dos resultados institucionais. Esforço ainda mais relevante no contexto de fortalecimento contínuo da governança institucional da ANA, constatado pelo TCU no iGG (Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas) que saiu de um patamar de 44%, em 2018, e alcançou em 2021 quase 70%, ou seja, um nível de maturidade de governança aprimorado e com nota máxima no critério de gestão orçamentária.

Por fim, 2021 foi o último ano de mandato de quatro dos cinco diretores da ANA. Com o término do mandato do diretor Ricardo Andrade, em 6 de julho, a Diretoria Colegiada (DIREC) passou a contar com Joaquim Gondim como diretor interino.

Governança

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) é responsável, na esfera federal, por implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), regular e fiscalizar situações que envolvam corpos d'água de domínio da União, o uso de recursos hídricos, regular a prestação dos serviços públicos de irrigação e adução de água bruta e fiscalizar as condições de segurança de barragens, com vistas a garantir a segurança hídrica no país e, a partir de 2020, com a promulgação da Lei nº 14.026/2020, passou a ser responsável pela uniformização da regulação do setor de saneamento básico e pela divulgação de melhores práticas dos serviços públicos para o setor. A Agência é uma autarquia sob regime especial com autonomia administrativa e financeira vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

A gestão integrada das águas no Brasil é de responsabilidade compartilhada entre a União e os estados, conforme previsto na Constituição Federal, e estabelecida na Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997), que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e estabelece como fundamento a gestão descentralizada com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade.

O SINGREH é formado por um conjunto de instituições formuladoras e executoras das políticas e por instâncias participativas nas esferas federal, estadual e na bacia hidrográfica. As instâncias participativas são compostas por representantes do poder público, de setores usuários e da sociedade civil organizada. Como órgão implementador da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) cabe à ANA atuar em conjunto com os estados para a gestão dos recursos hídricos de interesse comum, no âmbito do SINGREH.

Novas Atribuições da ANA

Nas suas atribuições relativas à uniformização regulatória do setor de saneamento básico, cabe a ANA emitir normas de referência para o setor. Essas normas são de adesão voluntária pelas agências reguladoras infranacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais), têm caráter não impositivas, mas condicionam o acesso a recursos públicos federais. A ANA ainda, no âmbito do novo marco do saneamento, deve contribuir para a articulação entre a Política Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

A seguir, alguns exemplos de temas sobre os quais a ANA deverá emitir normas de referência:

- Padrões de qualidade e eficiência na prestação, manutenção e operação dos sistemas de saneamento básico.
- Regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico.
- Padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico firmados entre o titular do serviço público e os delegatários.
- Metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico.
- Critérios para a contabilidade regulatória.

- Redução progressiva e controle da perda de água.
- Metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados.
- Governança das entidades reguladoras.
- Sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico.

Em 2021, a ANA emitiu as primeiras normas de referência para o setor de saneamento envolvendo resíduos sólidos e serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

A primeira norma trata do regime, da estrutura e de parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos (SMRSU), que deve contribuir para o fim dos lixões no Brasil por meio da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de manejo de resíduos sólidos, assegurada por instrumentos de cobrança para garantirem sua prestação.

A segunda norma de referência estabelece critérios para aditivos contratuais e indicadores que permitirão o monitoramento da universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. A medida busca contribuir para a harmonização e o fortalecimento da governança regulatória do setor, permitindo um ambiente de negócios mais transparente e atrativo para novos investimentos e o alcance da universalização dos serviços.

Assim como já faz no setor de recursos hídricos, a ANA também é responsável por promover cursos e seminários destinados à capacitação dos atores envolvidos na regulação do saneamento. Além disso, quando solicitada, terá a atribuição de realizar a medição ou arbitragem de conflitos entre o poder concedente, o prestador de serviços de saneamento ou a agência que regula tais serviços prestados.

- **NORMAS DE REFERÊNCIA**
- **ESTUDOS**
- **CAPACITAÇÃO SOBRE AS NORMAS**
- **MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE CONFLITOS**

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TRATAMENTO DE ESGOTO

RESÍDUOS SÓLIDOS

DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

86 AGÊNCIAS
REGULADORAS
DE SERVIÇOS DE
SANEAMENTO

[Acesse](#)



Somos

A agência federal que cuida das águas do Brasil.

Atuamos

Regulando e fiscalizando o uso de recursos hídricos, a segurança de barragens, a adução de água bruta em corpos d'água de domínio da União e uniformizando a regulação do setor de saneamento básico.



Entregamos

Valor a diferentes políticas públicas:



Missão

Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil.



Visão

Ser referência na gestão e na regulação do acesso à água.



Valores

- Integridade
- Compromisso
- Transparência
- Excelência técnica
- Cooperação

Governança

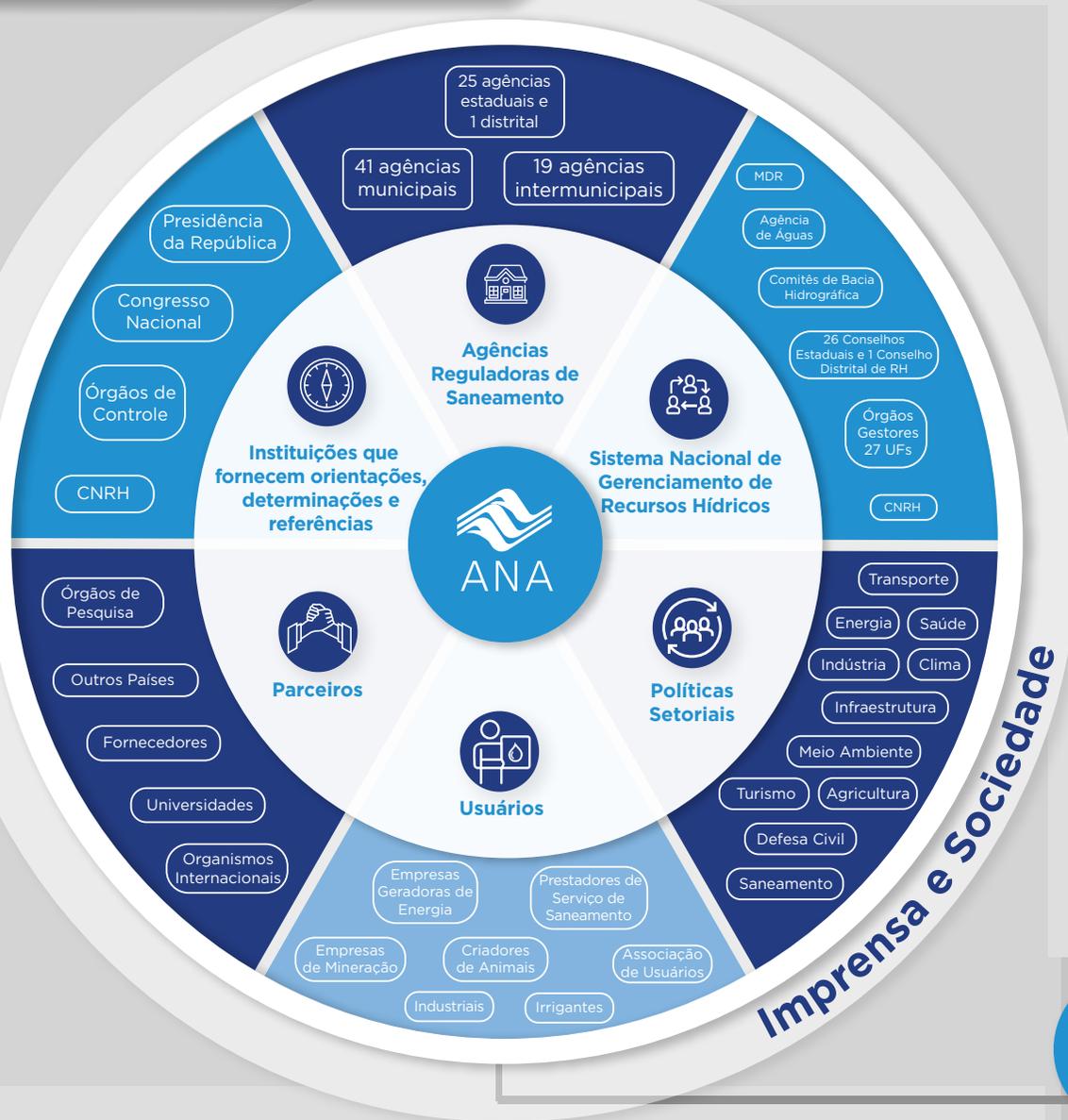
A **GOVERNANÇA EXTERNA** da ANA também abrange outras instituições responsáveis por políticas públicas relacionadas à gestão das águas, como o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, entre outros, além dos órgãos de coordenação do governo e os órgãos de controle.

A ANA dialoga e presta serviços aos usuários e às suas representações, além de manter um conjunto amplo de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais, governos estrangeiros e agências de cooperação que contribuem para o aperfeiçoamento da sua atuação, bem como para o fortalecimento de instituições congêneres de outros países, notadamente nos países fronteiriços ou que compartilham águas com o Brasil.

A ANA recebe orientações, determinações e referências que pautam a sua atuação, visando assegurar a segurança hídrica à sociedade brasileira, com base na transparência e no diálogo com a imprensa.

Com as novas atribuições relacionadas ao saneamento, um novo conjunto de atores passa a fazer parte dessa governança externa, sendo, ao menos, 86 agências reguladoras de serviço de saneamento atuando no âmbito municipal, intermunicipal, distrital e estadual.

Governança Externa com quem a ANA dialoga



Governança Interna como a ANA constrói a decisão



Governança Interna

O modelo de **GOVERNANÇA INTERNA** vem sendo aperfeiçoado seguindo as diretrizes da Política de Governança da Administração Pública Federal. É possível organizar o modelo de governança em: **ESTRUTURA, INSTÂNCIAS E INSTRUMENTOS E MECANISMOS**.



A **ESTRUTURA** de governança é constituída por uma Diretoria Colegiada composta por cinco diretores, os quais dispõem de assessorias de suporte à decisão, à representação e à gestão, além das superintendências. Em 2021, a ANA publicou duas versões do seu regimento interno, adequando as novas estruturas decorrentes do saneamento, e extinguiu a supervisão de áreas por diretor, procedimento que estava vigente há mais de 15 anos na Agência. Essa alteração no modelo decisório trouxe um conjunto de implicações aos processos de trabalho da ANA e a necessidade de fortalecimento das instâncias de governança, de modo a não comprometer o alcance dos resultados institucionais. A estrutura organizacional interna da ANA é desenhada a partir dos processos de trabalho.

Além disso, a Diretoria da ANA conta com o apoio de **INSTÂNCIAS** de governança constituídas por comitês ou grupos que dão suporte técnico à elaboração de políticas ou programas internos ou externos.

Por fim, a ANA conta com os **INSTRUMENTOS** de Planejamento, Monitoramento e Prestação de Contas e **MECANISMOS** de Participação Social e Transparência.

Todas essas informações podem ser acessadas no Portal de Governança da ANA [Acesse](#)



SUPERINTENDÊNCIAS





Cadeia de Valor

Por meio dos processos de trabalho, a ANA gera um conjunto de entregas que criam valor para diversas políticas públicas. Essas entregas podem ser categorizadas em três tipos:



REGULAÇÃO



INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS



ARTICULAÇÃO



A ANA atua na **REGULAÇÃO** dos usos dos recursos hídricos de modo a garantir o direito ao uso da água e a proteger ou minimizar os efeitos de eventos críticos. Também regula e fiscaliza as condições de segurança de barragens de recursos hídricos e os serviços de adução de água bruta, quando envolvem corpos d'água de domínio da União, a exemplo do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). A partir de 2020, passou a ser responsável pela uniformização da regulação do setor de saneamento básico e pela divulgação de melhores práticas dos serviços públicos para o setor, envolvendo o abastecimento de água, o tratamento de esgoto, os resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais.



A ANA tem sido reconhecida pela sua capacidade de produzir **INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS** úteis à sociedade que dão subsídios não apenas à formulação e implementação das Políticas Nacionais de Recursos Hídricos e de Segurança de Barragens, mas também à **REGULAÇÃO** promovida pela Agência. As informações e os conhecimentos gerados pela ANA contribuem como insumo aos processos decisórios relativos a outras políticas públicas e orientam investimentos em áreas como produção de alimentos, saneamento, infraestrutura e energia elétrica.



Por fim, **ARTICULA** junto aos entes do SINGREH, de diversos órgãos federais e setores usuários (navegação, agricultura, indústria, turismo, saneamento e geração de energia), a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com o objetivo de garantir os usos múltiplos da água. É também por meio da **ARTICULAÇÃO** que a ANA constrói normas em diálogo com as partes interessadas **e reúne dados e informações de diversas instituições.**

Ressalta-se que essas três categorias de entregas são complementares, e, por meio delas, a ANA gera valor público à sociedade.

Cadeia de Valor

Nossos Processos



Nossas Entregas



Nossos Insumos



381
Servidores



R\$ 447
milhões em orçamento

Geram Valores para outras políticas públicas



Contexto em 2021 e ambiente externo

Os dados da Agência apontam que podem haver mais conflitos pelo uso da água em decorrência do aumento da demanda e que os efeitos das mudanças climáticas projetam que eventos extremos relacionados à água ocorrerão com maior frequência e intensidade. Enquanto isso, as consequências econômicas e sociais de uma crise econômica de anos, exacerbada pela pandemia de COVID-19, limitam as opções do Brasil em termos de recursos necessários para responder e preparar o futuro. Assim, segundo a OCDE, são necessárias políticas de respostas urgentes para a resiliência da água, a fim de enfrentar as consequências das incertezas climáticas.

No Brasil, com dimensões continentais e diversidade de características físicas e de condições climáticas, é possível observar, ao mesmo tempo, eventos de secas e cheias em diferentes regiões e com diferentes graus de severidade.

Em 2021, o esgotamento dos reservatórios hidrelétricos significou que dois terços dos brasileiros estavam sob maior risco de falha no abastecimento de energia. Essa severa crise hidroenergética, caracterizada por baixos níveis dos reservatórios das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, demandou que a ANA declarasse Situação de Escassez Hídrica Quantitativa na Região Hidrográfica do Paraná. Medidas excepcionais foram necessárias para a manutenção dos usos múltiplos durante o período de escassez e, posteriormente, para o reenchimento dos reservatórios.

O governo federal instituiu, via Medida Provisória nº 1.055/2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) para o enfrentamento da crise hídrica vivenciada no país, em 2021, na perspectiva de que tais medidas fossem implementadas, garantindo a segurança e a continuidade do suprimento de energia elétrica no país.

A ANA permanece monitorando o Plano de Contingência para Recuperação de Reservatórios do Sistema Interligado Nacional, que tem como objetivo mitigar os efeitos da situação de escassez hidroenergética em 2021, que provoca a redução significativa dos níveis dos reservatórios, de forma a aumentar a segurança hídrica e garantir os usos múltiplos da água em 2022 e nos anos seguintes.

O ano que passou também foi marcado por chuvas abaixo da média na Região Sul, impactando os usos da água no abastecimento das cidades, agroindústrias e hidrelétricas. A cidade de Curitiba e a Região Metropolitana, por exemplo, conviveram

com esquema de rodízio no abastecimento de água durante todo o ano de 2021, condição iniciada ainda em março do ano anterior.

Por outro lado, durante o período chuvoso na Região Norte, foi verificada inundações recorde em Manaus em junho de 2021, e nas bacias dos rios Branco e Negro. Em dezembro, ocorreu uma série de eventos de chuvas fortes no sul da Bahia e no nordeste de Minas Gerais, e nas bacias do rio Tocantins e do rio Parnaíba.

No primeiro ano de implementação do Novo Marco Legal do Saneamento, a ANA adotou medidas de adequação institucional para o cumprimento dos primeiros prazos estabelecidos na lei, como a regulamentação da estrutura regimental por meio do Decreto nº 10.639/2021, a revisão da agenda regulatória e a emissão das primeiras normas de referência para o setor. Ainda na esfera normativa, a ANA precisou revisar, revogar e consolidar diversos normativos para cumprir prazos estabelecidos pelo Decreto 10.139/2019.

Em 2021, os atores do SINGREH foram mobilizados, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, para debater e contribuir para a construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que representa o instrumento de planejamento da política para os próximos 20 anos. A ANA participou ativamente desse processo de diálogo com as partes interessadas.

Os desafios atuais da sociedade requerem transformações institucionais as quais a ANA busca seguir, tais como a governança, transparência e a transformação digital. A ANA vem aperfeiçoando os seus mecanismos e instrumentos de governança institucional e regulatória. Todos os serviços são digitalizados e, gradativamente, devem ser integrados ao login único do governo federal como foi feito para mais dois novos serviços em 2021.

A inovação tem sido o instrumento utilizado para melhorar a qualidade dos serviços prestados e contribuir para o desenvolvimento de soluções a fim de resolver os desafios da gestão e regulação. Assim, foram feitos esforços em território-piloto (bacia do São Marcos - DF, GO, MG e BA) para a integração de dados, geração de balanço hídrico unificado entre estado e União, monitoramento integrado de recursos hídricos, criação de portal único de usuário de recursos hídricos.

Nos processos de fiscalização, a Agência inovou ao realizar na bacia do Javaés (TO) o monitoramento dos usos da água de maneira automatizada e online, reduzindo os

custos de uma campanha de fiscalização e trazendo mais certeza acerca à quantidade de água utilizada frente a quantidade autorizada na outorga. A ANA ainda tem sido pioneira na aplicação de linguagem simples em documentos, sistemas e interfaces. Essas inovações têm permitido serviços de melhor qualidade à sociedade, a partir da simplicidade e clareza na interação do usuário com a ANA.

E, por fim, todos os **recursos financeiros** foram **tempestivamente disponibilizados**, algumas reprogramações se fizeram necessárias ainda em decorrência da pandemia e, com isso, a Agência empenhou 94% de sua dotação orçamentária, em grande parte devido ao empenho total dos recursos previstos para a Fonte 116 – Recursos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e para pagamento de pessoal, tendo sido liquidado e pago 82% dos recursos disponibilizados.

Internamente, a ANA disponibilizou toda a infraestrutura e as soluções tecnológicas para a configuração do trabalho remoto e a continuação das atividades, reforçando a prática digital dos trabalhos, dando continuidade à estratégia do ano anterior.

Governança, Estratégia e Desempenho

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem realizando, sistematicamente, levantamentos para conhecer melhor a situação da governança e da gestão nas organizações públicas. Na análise da governança, são avaliadas as dimensões (liderança, estratégia e controle) e na gestão, as dimensões (pessoas, TI, contratações e orçamento) que a partir de um conjunto de indicadores compõem o Índice Integrado de Governança e Gestão Pública – iGG.

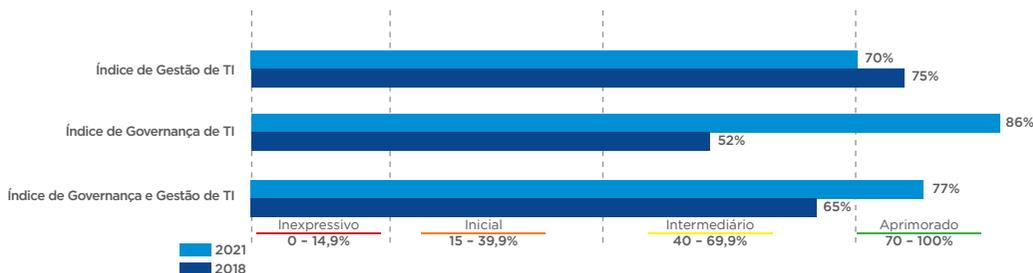


Segundo relatório do TCU, a ANA teve uma evolução em seu iGG, saindo de um patamar de 55%, em 2018, e alcançando o patamar de quase 70%, ou seja, do nível de maturidade de governança intermediário para o nível aprimorado. A análise de cada um dos componentes desse índice permite identificar as vertentes em que a ANA é referência e as oportunidades de melhoria, apresentadas a seguir.

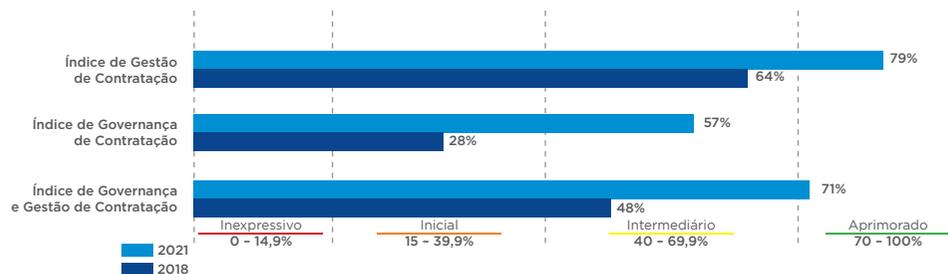
No índice de governança pública, a ANA saiu de 54% para 65%, de 2018 para 2021. Esse índice envolve a capacidade de liderança, estratégia e controle no qual a ANA obteve nota máxima em alguns critérios como: capacidade de estabelecer a estratégia e assegurar a efetividade da autoria interna. As oportunidades de melhoria nesse critério estão principalmente na esfera da liderança.

Quanto aos aspectos de gestão, destaca-se que a ANA obteve nota máxima em gestão orçamentária. Essa análise é decorrente de um processo estruturado alinhado com as prioridades previstas no planejamento estratégico, com mecanismos robustos de conformidade, resultante de um processo de aperfeiçoamento contínuo há mais de uma década do respectivo sistema e do processo de trabalho.

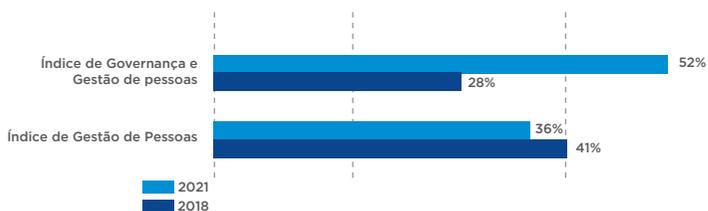
Na dimensão da tecnologia da informação, obtivemos nível aprimorado de governança em todos os quesitos, dos quais diversos aspectos foram aperfeiçoados entre 2018 e 2021. Esse resultado positivo é reflexo dos investimentos em governança de TI que a ANA fez nos últimos anos, como aperfeiçoamento dos processos, capacidade de planejamento, gestão de serviços e riscos de TI, gestão dos contratos, gestão da segurança de TI, monitoramento do desempenho, processos de controle e auditoria instituídos.



No critério gestão das contratações, o desempenho da ANA foi aprimorado para diversos aspectos, tais como: capacidade em processos de contratações, realizar contratações sustentáveis e gerir riscos em contratos. As oportunidades de melhoria estão na gestão de pessoal de contratações e na governança de contratações.



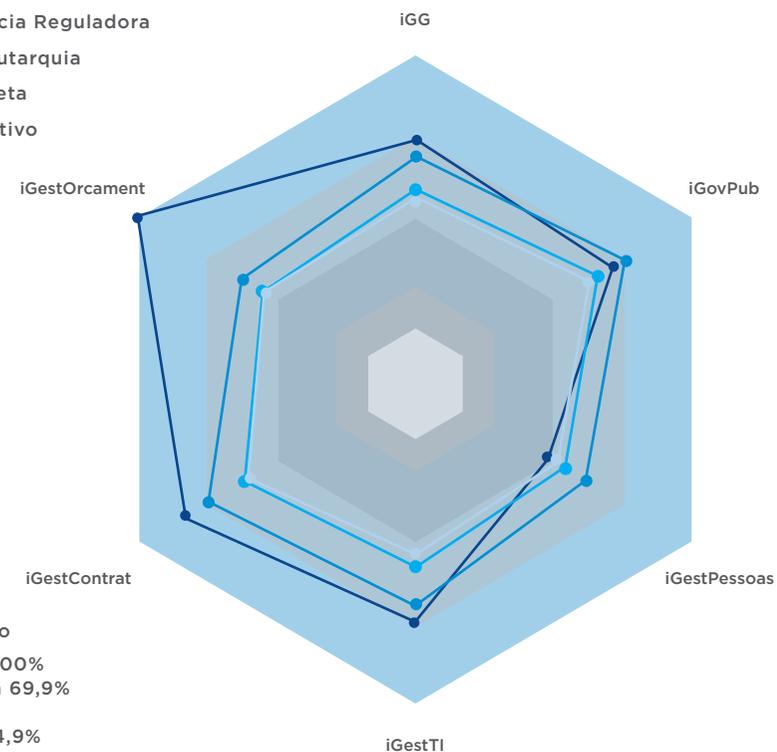
Por fim, é na gestão de pessoas que temos mais oportunidades de melhoria, pois nessa dimensão a ANA ainda se encontra no nível de maturidade inicial, podendo aperfeiçoar a capacidade em promover o planejamento da gestão de pessoas, a gestão estratégica de pessoas, gerir desempenho de colaboradores e gestores, assegurar o provimento das vagas existentes e a disponibilidade de sucessores qualificados, entre outros aspectos.



O gráfico seguinte evidencia a situação da ANA em comparação a outras organizações públicas, sendo referência no Índice de Gestão Orçamentária.

iGG 2021 - Governança Pública Organizacional Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas

- Agência Nacional de Águas
- Área temática: Agência Reguladora
- Natureza Jurídica: Autarquia
- Administração: Indireta
- Poder Estatal: Executivo



Legenda:

- iGG** - Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas
- iGovPub** - Índice de Governança Pública
- iGestPessoas** - Índice de Gestão de Pessoas
- iGestTI** - Índice de Gestão de TI
- iGestContrat** - Índice de Gestão de Contratações
- iGestOrçament** - Índice de Gestão Orçamentária

Além dos indicadores apurados pelo TCU, destaca-se que em 2021 a ANA avançou nos procedimentos de monitoramento da estratégia com o lançamento do Portal de Governança; a realização de reuniões de avaliação da estratégia e respectivos relatórios; e a geração de painéis interativos, tornando a gestão transparente e buscando o alinhamento e o engajamento das lideranças nas estratégias instituídas nos instrumentos de planejamento. [Acesse](#)

Portal de Governança

Navegue pelos links e veja como a ANA se organiza para prestar serviços de interesse à sociedade.

Fale com a GGES



Estruturas de Governança
Informações por UORGs: Objetivos e Iniciativas Estratégicas, Processos, Indicadores, Metas anuais, Entregas e Riscos.



Instâncias de Governança
Informações de Instâncias Colegiadas: Membros, Atribuições e Atas.



Instrumentos e mecanismos
Instrumentos de Planejamento, Monitoramento e Prestação de Contas; Mecanismos de Participação Social e Transparência.



Normativos
Consulte
• Leis
• Decretos
• Resoluções
• Portarias
• e Outros Documentos sobre Governança.

Painel de Metas Gestão 2020 - 2022

Painéis Interativos

Clique no número do painel desejado para acessar o que deseja ver. Os painéis são atualizados frequentemente.

1

2

3

4

5

6

Planejamento Estratégico Anual

Plano de Gestão Anual

Agenda Regulatória

Orçamento

Plano de Gestão de Riscos

Portfólio de Projetos STI

Os temas abordados no Comitê de Governança, em 2021, foram:

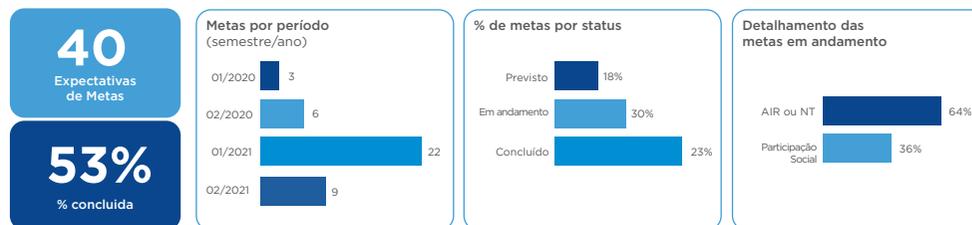
- Governança de TI;
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Programa de Gestão da ANA;
- Temas emergentes: áreas prioritárias para gestão, abastecimento das regiões metropolitanas e panorama das salas de crise, revisão do PNRH, apoio da ANA aos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias, programas nacionais, capacitação da ANA, saneamento, delegação das ações regulatórias;
- Portal de Governança;
- Monitoramento da Estratégia;
- Linguagem Simples;

- Balanço das medidas de transição e dos temas emergentes;
- Integridade; e
- Plano de Gestão Anual (2022) e Agenda Regulatória (2022-2023).

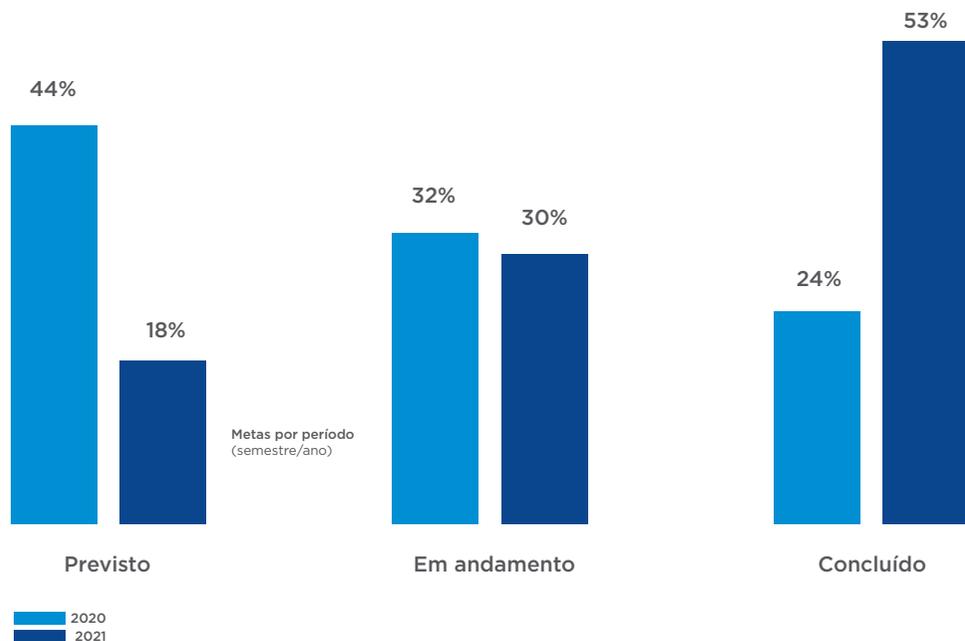
Em paralelo ao aperfeiçoamento da governança institucional, a ANA tem avançado na governança regulatória. A Agenda Regulatória 2020-2021 foi a primeira agenda da ANA com vigência de dois anos. Durante este período, foi publicado o Decreto nº 10.411/2020, que regulamenta a Análise de Impacto Regulatório – AIR e a torna obrigatória a partir de 15 de abril de 2021. Esse decreto se encontra no bojo de diversos normativos federais voltados às boas práticas regulatórias.

Embora os anos de 2020 e 2021 tenham sido atípicos em função dos impactos decorrentes da emergência em saúde causada pela pandemia de Covid-19, a ampliação das competências da Agência não acompanhada de aumento da força de trabalho, situação de escassez hídrica na bacia do Paraná, a ANA envidou esforços em novas soluções tecnológicas, adaptações nos processos de trabalho e na capacidade de comunicação para manter suas atividades em andamento. O novo cenário exigiu soluções tecnológicas, adaptações nos processos de trabalho e esforços na capacidade de comunicação para manter as atividades da Agência em andamento.

O monitoramento da Agenda Regulatória 2020-2021 indica que ao final do exercício de 2021, a ANA cumpriu 53% das metas previstas. Outros 30% das metas em andamento (12 metas), sendo que destas, sete (64%) se encontram no processo de elaboração de Relatório de Análise de Impacto Regulatório – AIR e quatro (36%) no processo de participação social. Ao final de dois anos da Agenda Regulatória, tem-se que 18%, ou seja, sete metas não foram iniciadas.



Ao se comparar a execução das metas por ano, é possível observar a tendência da conclusão de um maior número de metas no segundo ano de vigência da Agenda. Este fato se deve, principalmente, à complexidade do Ciclo Regulatório que, em geral, demora mais de um exercício para realizar todo o processo, desde a compreensão do problema regulatório, a geração de alternativas e elaboração da AIR, a participação social até a deliberação pela DIREC.



Essas evidências demonstram uma perspectiva de amadurecimento institucional no fortalecimento e na estruturação do processo regulatório na Agência.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Em 2021, houve a designação de servidora como Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais e a criação da Comissão LGPD/ANA, em observância aos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD).

A referida comissão foi constituída com a finalidade de proceder à implementação das ações previstas na LGPD, e possui um representante de cada unidade organizacional da Agência.

Em 2021, os trabalhos realizados para a adequação da ANA, no âmbito da LGPD, foram:

- a criação de uma página eletrônica no site da ANA, contendo informações e esclarecimentos ao cidadão sobre como essa autarquia realiza o tratamento de dados pessoais, informações sobre a Encarregada e seu contato;
- a criação de uma página eletrônica na intranet contendo informações, podcast e links para capacitação em LGPD;
- a regulamentação relacionada ao tratamento e à proteção de dados pessoais na ANA, por meio da Portaria ANA nº 385, de 20 de outubro de 2021;
- a inclusão de cláusula sobre LGPD e Marco Civil da internet na minuta de contrato no sistema de gestão documental, com a participação da Procuradoria Federal junto à ANA;
- realização de um diagnóstico sobre governança em privacidade de dados pessoais;
- a inclusão de um modelo de Termo de Responsabilidade para compartilhamento de dados pessoais entre as unidades organizacionais e entidades externas no sistema de gestão documental; e
- a elaboração de um Inventário de Dados Pessoais (IDP) contendo a finalidade do tratamento de dados pessoais pelas unidades organizacionais da ANA.

Planejamento, Monitoramento e Prestação de Contas

Em 2021, a ANA deu continuidade à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como instrumento norteador o **Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2019-2022**, que foi revisto acolhendo as novas atribuições relacionadas ao Saneamento Básico e fazendo aprimoramentos necessários em função da avaliação de sua implementação ao longo de dois anos.

Em observância à Lei nº 13.848/2019, a ANA elaborou o **Plano de Gestão Anual (PGA) 2021** alinhado às diretrizes estabelecidas no PEI. O PGA é o instrumento anual do planejamento consolidado da agência reguladora e contempla ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão.

A ANA estabeleceu 88 metas e descreveu os respectivos benefícios esperados com base nas Iniciativas Estratégicas (IE) e nos Processos e Operações Continuadas (POC), em consonância com os 11 Objetivos Estratégicos constantes no PEI. Em 2021, a ANA passou a monitorar e publicar em painel interativo os indicadores do Planejamento Estratégico, as metas do PGA, as medidas de tratamento do Plano de Gestão de Riscos (PGR), além de publicar na internet o relatório de avaliação da estratégia registrando esse monitoramento.

O orçamento anual é alinhado ao PEI e, por fim, há o planejamento regulatório na forma da Agenda Regulatória da ANA, ambos passaram a dispor de painéis interativos gerenciais que permitem o monitoramento desses instrumentos de planejamento.

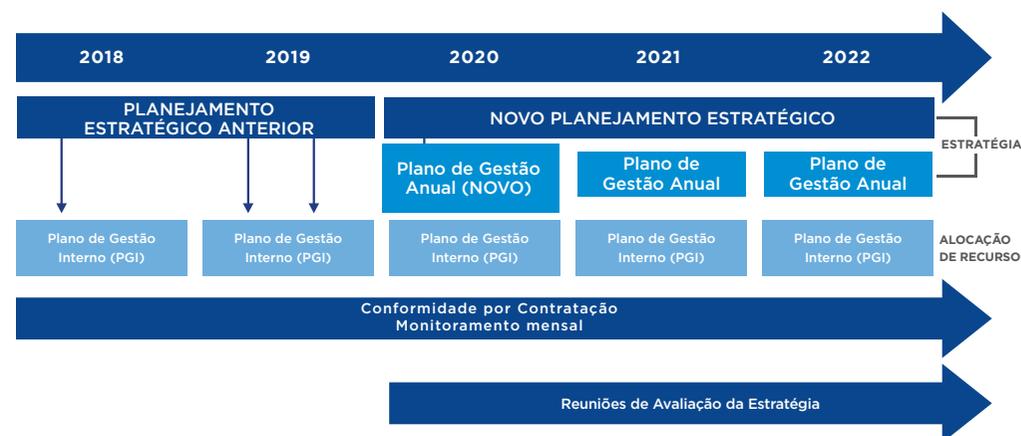
Todos esses instrumentos de planejamento são sistematicamente monitorados e fazem parte da prestação de contas.

A programação anual da ANA é materializada no Plano Gerencial Interno (PGI), elaborado no ano anterior ao respectivo exercício. O Plano é monitorado mensalmente, e são sugeridas adequações na programação da Agência. A seguir, a indicação das principais programações de 2021, em ordem decrescente dos recursos alocados.

- Transferência dos Recursos da Cobrança nas bacias dos rios São Francisco, Paraíba do Sul, Doce, Paranaíba, Verde Grande e Piracicaba, Capivari, Jundiá (PCJ).
- Operação da Rede Hidrometeorológica Nacional.
- Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.
- Apoio aos Comitês, às Agências de Bacia Hidrográfica e aos Órgãos Gestores Estaduais.
- Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade de Águas Superficiais.
- Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos.

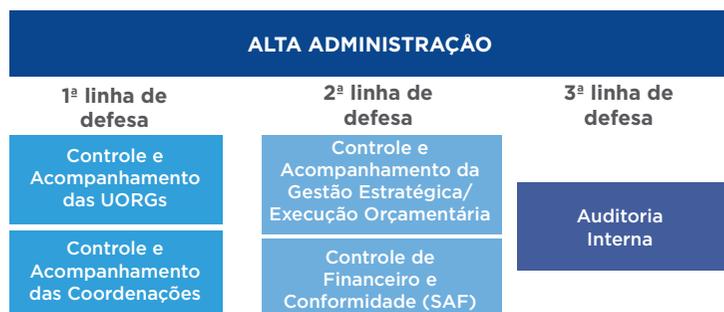


RELAÇÃO ENTRE ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS



RISCOS E CONTROLE INTERNO

A metodologia de riscos da ANA, instituída pela Portaria nº 403/2019, está organizada em três linhas de defesa:



A metodologia prevê três etapas:



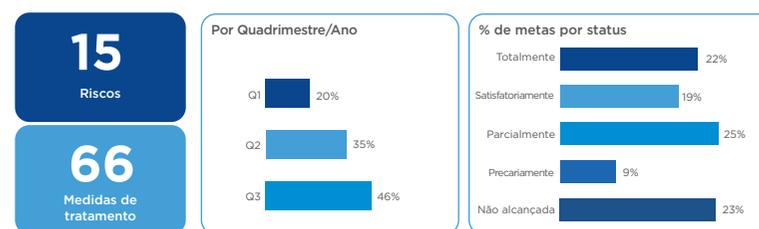
O Plano de Gestão de Riscos 2020–2022 é o instrumento que reúne um conjunto de medidas e respostas aos riscos estratégicos extremos, em que são considerados os seguintes elementos:



Foram identificados oito processos ou iniciativas estratégicas para os quais foram mapeados 15 riscos e elencadas 66 medidas de tratamento envolvendo as diferentes linhas de defesa.

O monitoramento do Plano de Gestão de Riscos foi realizado em conjunto

com o monitoramento da estratégia, com relatórios trimestrais acessíveis no site da ANA. O monitoramento estratégico é realizado para os riscos elevados, os demais riscos são monitorados pelos gestores de riscos em cada uma das unidades organizacionais.



As ações da Auditoria Interna, que compõem a 3ª linha de defesa, são realizadas seguindo o Plano Anual de Auditoria Interna - (PAINT) 2021, que levou em consideração na definição dos objetos auditáveis:

- a) obrigação normativa;
- b) solicitação da alta administração ou outros motivos que não a avaliação de riscos; e
- c) trabalhos selecionados com base na avaliação de riscos, a partir da elaboração, pela Auditoria, de uma matriz de riscos.

Ao longo de 2021, foram executadas seis ações de auditoria (cinco auditorias de delegatárias relativas a seis Contratos de Gestão e uma concernente à Operação de Reservatórios ou Sistemas Hídricos), duas tiveram seus prazos estendidos até março do ano 2022 (Gestão Patrimonial, Logística e de Infraestrutura da ANA e Gestão e Operação da Rede Hidrometeorológica), uma foi transferida para o PAINT 2022 (auditoria no Programa de Desempenho no Estado de Sergipe) e, por fim, duas excluídas (Gestão de Riscos de Segurança da Informação de TI e Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), visto que a implantação da LGPD na ANA ainda se encontra em processo de amadurecimento.

Cabe registrar, ainda, a realização de auditoria extraordinária ao PAINT/2021, referente ao Contrato de Gestão nº 72/ANA/2011 do Instituto BioAtlântica - IBIO Doce, necessário em função do encerramento daquele contrato, em dezembro/2020, e da necessidade de emissão de parecer sobre a prestação de contas final.

Outro ponto de destaque no ano de 2021 diz respeito ao aprimoramento da metodologia de trabalho buscando a realização de Auditorias Baseadas em Riscos (ABR), conforme previsto nas normas da CGU e em critérios internacionais.

Além dos trabalhos previstos no PAINT/2021, ao longo do exercício de 2021, foi realizado trabalho de acompanhamento mensal das restrições contábeis envolvendo Termo de Execução Descentralizado (TED), Convênios e instrumentos congêneres, em que foram registradas pendências em TEDs da ordem de R\$ 7.764.651,69, as quais todas foram regularizadas.

Em 2021, foram monitoradas 179 recomendações das auditorias realizadas, sendo que 70 eram remanescentes de 2020, cujo prazo para conclusão foi prorrogado para 2021 e 109 emitidas em 2021. Do total de recomendações monitoradas, 50,3%, em 2021, foram implementadas, o que representou incremento de 19,3% pontos percentuais de recomendações concluídas quando comparadas às do ano anterior.

Foram monitoradas, também, as recomendações exaradas pelos órgãos de controle, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU). No ano de 2021 o TCU emitiu 41 recomendações, sendo que 24 foram atendidas, 14 eram apenas para conhecimento e três ficaram para atendimento futuro.

Já a CGU emitiu 12 recomendações, sendo que 11 foram atendidas e uma se encontra pendente de atendimento, haja vista que seu escopo envolve a promoção de adequações e melhorias nos sistemas de informação da Rede Hidrometeorológica, bem como melhorias no Portal Hidroweb.

Por fim, foram implementadas ações relacionadas ao seu Programa de Melhoria da Qualidade de Gestão das Atividades da AUD (PMQ – AUD), utilizando dois tipos de avaliação: interna e externa.

Internamente, com a implementação da avaliação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público conhecido como IA-CM, por intermédio da realização de reuniões que terminaram com a análise quatro KPA – Key Process Areas, (Áreas Chaves de Processo) deu-se início ao processo de Avaliação do IA-CM na ANA.

Externamente aplicou questionário de avaliação dos trabalhos da auditoria nas unidades auditadas, onde obteve nota média de 9,4, o que demonstra excelência na qualidade dos trabalhos que a Auditoria Interna da ANA vem realizando.

Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Em 2021, nenhum Processo Administrativo Disciplinar (PAD) foi instaurado pela Corregedoria, conforme previsto no art. 143 da Lei nº 8.112, de 1990. Apenas um procedimento de investigação preliminar visando verificar a ocorrência de faltas funcionais praticadas por servidores da ANA, que redundou em arquivamento por falta de elementos mínimos para a abertura de PAD.

Relação com a Sociedade

A atuação da ANA acontece em permanente diálogo com a sociedade em consonância ao fundamento da Lei das Águas, que prevê a gestão dos recursos hídricos de maneira descentralizada e com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Esse diálogo permanente se dá por meio das representações nas instâncias colegiadas do SINGREH, incluindo públicos direcionados em diferentes mecanismos de comunicação e participação social. A ANA mantém canais diretos de comunicação com os cidadãos, em audiências e consultas públicas e demais canais institucionais.

Em 2021, a ANA ampliou as possibilidades de participação social no seu processo decisório realizando 14 processos de escuta da sociedade (consulta pública, tomada de subsídios, audiência pública), número recorde de contribuições na história da Agência, recebendo mais de mil contribuições de mais de uma centena de participantes, com mais de 30 mil acessos ao sistema de participação social.



Denúncias

Uso irregular de recurso hídrico: [Acesse](#)

Sobre segurança de barragens: pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), no telefone **0800 644 0199** ou pelo e-mail plantaocenad@gmail.com.

Mídias Sociais

A ANA divulga conteúdo institucional e se relaciona com os cidadãos por meio das suas contas nas redes sociais.

Telefone Geral: (61) 2109-5400

Fale Conosco: [Acesse](#)

Fiscalização: 0800 725 2255

Sobre as campanhas de fiscalização e o Cadastro de Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH).

A equipe de fiscalização divulga o e-mail seca@ana.gov.br em campanhas específicas de enfrentamento à seca na Região Nordeste.



	Facebook	Twitter	YouTube	Instagram	LinkedIn
2019	58,3 mil seguidores	25,4 mil seguidores	9,4 mil seguidores	3,8 mil seguidores	1,2 mil seguidores
2020	59,192 mil seguidores	27,21 mil seguidores	16,8 mil seguidores	12,212 mil seguidores	18,112 mil seguidores
2021	64,8 mil seguidores	27,9 mil seguidores	24,3 mil seguidores	21,3 mil seguidores	35,8 mil seguidores

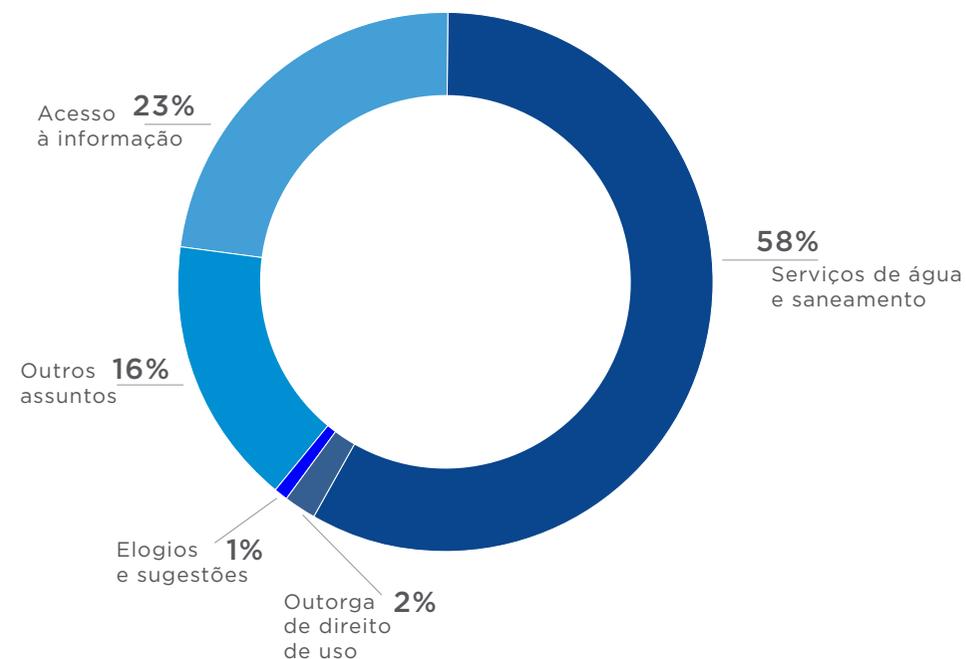
	2019	2020	2021
IMPrensa			
Demandas de imprensa recebidas e atendidas	578	308	474
Releases enviados para a imprensa	73	243	208
COMUNICAÇÃO INTERNA			
Posts da comunicação institucional no Yammer	576	453	580
Pessoas que estão no Yammer	420	564	613
Mensagens de texto enviadas via Lista de Transmissão Ascom Fone	300	564	559
Campanhas de comunicação interna	73	21	44
COMUNICAÇÃO DIGITAL			
Criação de vídeo (inclusive edição)	29	22	8
Site da ANA (www.ana.gov.br) acessos totais	1,1 milhão	1,8 milhão	721.850
Usuários únicos	750.602	1,2 milhão	423.128

Monitoramento de Implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI)

A ANA disponibiliza o acesso à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBr) e recebeu 2.303 solicitações de acesso à informação, distribuídas da seguinte forma:

- 2.277 pedidos foram atendidos por intermédio do próprio SIC/ANA, com o fornecimento das informações solicitadas aos interessados.
- Apenas 1 pedido foi redirecionado para atendimento direto por outro setor da ANA (ASCOM).
- 25 pedidos foram indeferidos.

Pedidos Atendidos



Dados referentes ao período de janeiro a dezembro de 2021 em observância à periodicidade determinada pelo art. 30, III, da Lei nº 12.527, de 2011)

Serviços ao Cidadão

Em 2021, foram incluídos dois novos serviços da ANA no portal único do governo para os quais houve integração com o login único do governo federal.

Os serviços que a ANA oferece aos cidadãos obtiveram os seguintes resultados, em 2021:

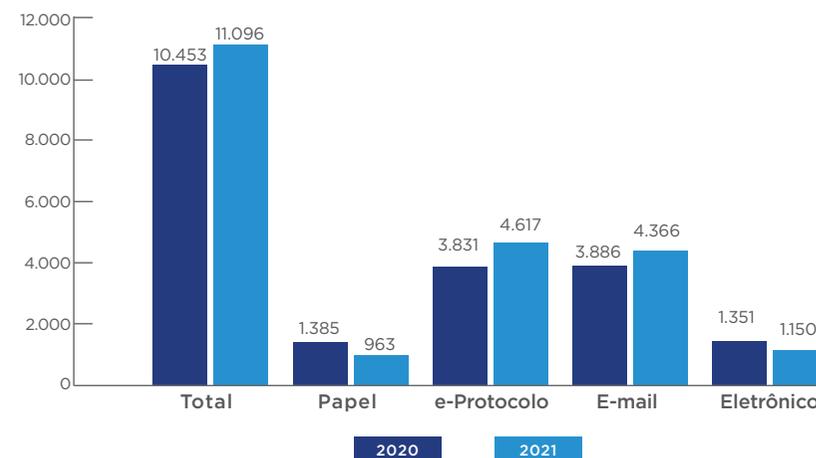


A ANA recebe documentos de três formas: suporte de papel, via protocolo eletrônico (e-protocolo) e por e-mail (dproe@ana.gov.br).

O serviço pioneiro de Protocolo Eletrônico (e-protocolo), que funciona desde 2015, permite aos interessados o envio de documentos para a ANA por meio digital diretamente pelo website da Agência, sem custos com correio, criando maior agilidade na comunicação entre as partes e possibilitando o rastreamento do documento e o recebimento de alertas de tramitação dos documentos protocolados.

No gráfico, abaixo, é possível verificar o comparativo de documentos recebidos pela ANA nos anos de 2020 - 2021 pelas diversas modalidades de remessas:

Comparativo de documentos recebidos pelo Protocolo (2020 - 2021)



Acessibilidade

A arquitetura do Portal ANA tem foco no usuário e adota o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), adaptado para o acesso de pessoas com deficiência, além de ser responsivo, isto é, as páginas do portal se ajustam automaticamente e podem ser visualizadas tanto pelo computador quanto em smartphones ou outros dispositivos móveis.



Capítulo 2

Resultados
da Gestão

Este capítulo abordará os resultados de gestão alcançados pelas Unidades Organizacionais da ANA. Apresenta-se, inicialmente, uma análise geral do desempenho institucional a partir da mensuração dos indicadores declarados no **Planejamento Estratégico Institucional (PEI)** e das metas previstas no **Plano de Gestão Anual (PGA) 2021**. A seguir, são divulgados os resultados obtidos e os benefícios gerados em cada um dos Objetivos Estratégicos.



Alan Lopes
SFI



Cíntia Leal Marinho de Araújo
SEC



Eliomar Rios
AUD



Fábio Fernando Borges
STI



Flávio Hadler Tröger
SPR



Gisela Forattini
ASINT



Gustavo Cunha Garcia
ASMEA



Humberto Gonçalves
SAS



Irene Guimaraes Altafin
SRS



Jéssica Prado
ASCOM



Joaquim Gondim
SOE



Luís André Muniz
SAF



Luís Carlos Martins Júnior
Procurador-Chefe



Marcelo Medeiros
SGH



Maurício Abijaodi
COR



Nazareno Araújo
GGES



Patrick Thadeu Thomas
SRE



Paulo Eduardo Magaldi Netto
ASMCA



Rogério Menescal
SGE



Tathiana Noletto Melo
ASPAR



Tibério Pinheiro
SIP

Materialidade: Relação entre Processos, Resultados Esperados e Entregas

ESTRATÉGICO

Nossos Objetivos Estratégicos

- 🔹 Eventos Críticos
- 🔹 Regulação de Recursos Hídricos
- 🔹 Regulação de Serviços de Saneamento Básico
- 🔹 Dados e Informações Hidrológicas
- 🔹 Comunicação
- 🔹 Gestão Planejada e Integrada
- 🔹 Fortalecimento do SINGREH
- 🔹 Governança Institucional
- 🔹 Alocação de Recursos
- 🔹 Gestão de Pessoas
- 🔹 Inovação

TÁTICO-OPERACIONAL

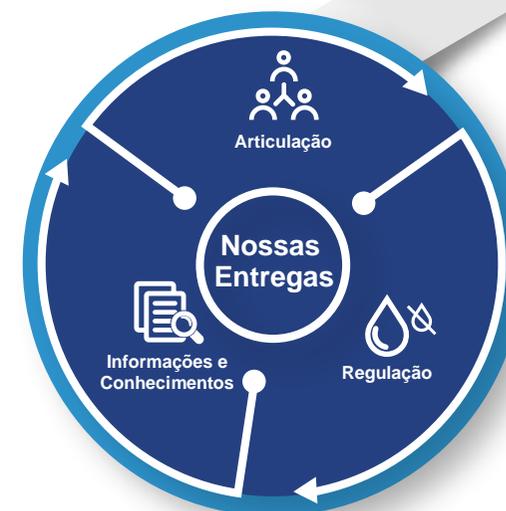
Nossas Metas

- 🔍 Indicadores
- 👉 Iniciativas Estratégicas

Nossos Processos



Nossas Entregas



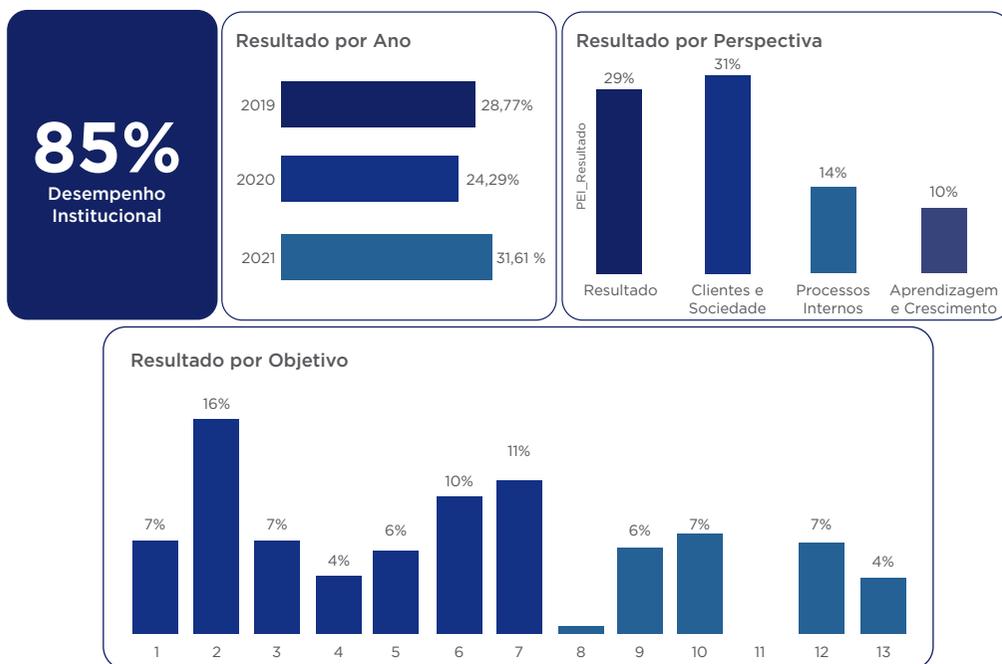
BENEFÍCIOS GERADOS À SOCIEDADE

A ANA estabeleceu em seu Planejamento Estratégico Institucional - PEI (2019-2022) um conjunto de 47 indicadores que vêm sendo monitorados anualmente e que podem ser acessados por um painel interativo no Portal de Governança da ANA.

Passados dois anos de implementação do planejamento estratégico, a ANA revisou e publicou uma nova versão do PEI 2019-2022, acolhendo as novas atribuições relacionadas ao Saneamento Básico e fazendo aprimoramentos necessários em função da avaliação de sua implementação ao longo de dois anos.

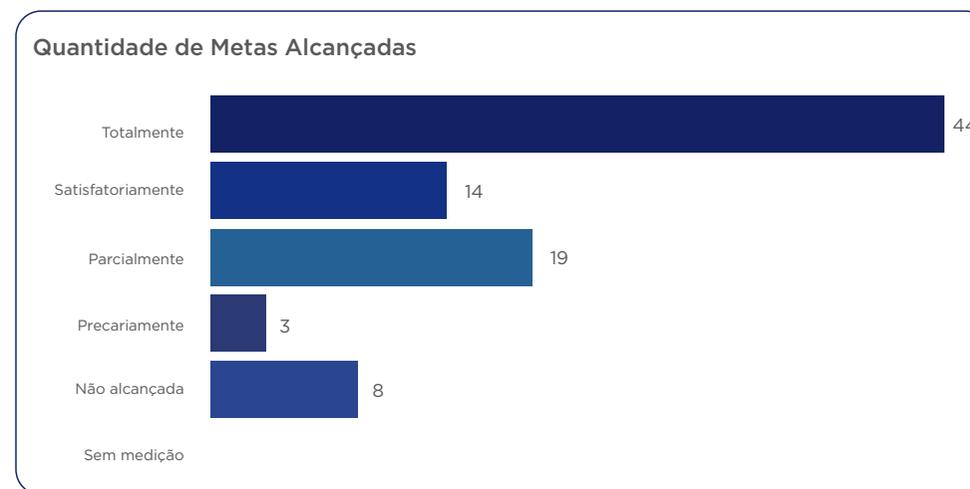
Com essa revisão, o PEI 2019-2022 da ANA suprime três dos objetivos estratégicos definidos inicialmente (objetivos de número 4, 9 e 12) e define uma subdivisão para o objetivo 2, desmembrando-o em objetivos 2A e 2B. A partir da revisão, a ANA passou a ter um conjunto de 39 Indicadores e 65 Iniciativas Estratégicas.

Desempenho de indicadores acumulado de 2019-2021

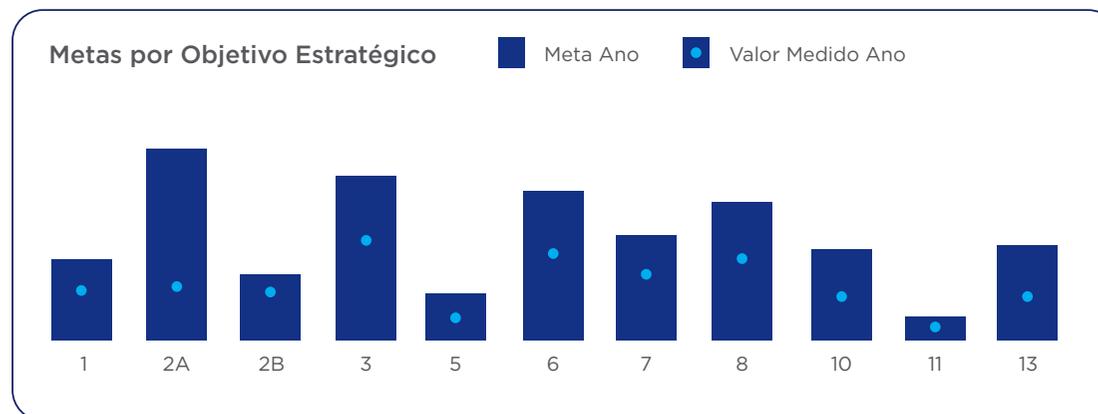
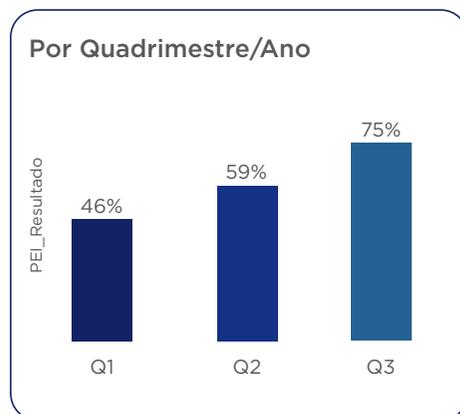


O monitoramento da estratégia no nível tático e operacional deu-se a partir da análise das metas previstas no Plano de Gestão Anual - PGA 2021. Das 88 metas previstas para o exercício, metade delas foi totalmente alcançada; 33 foram alcançadas de forma satisfatória ou parcial; três metas foram precariamente alcançadas e oito não foram alcançadas.

Desempenho das metas - PGA 2021



A metodologia para a mensuração do desempenho institucional considerou pesos diferenciados das metas, valorizando os objetivos finalísticos. Em 2021, a ANA obteve desempenho de 75%, valor um pouco inferior ao PGA de 2020, que foi de 77%. A ANA evoluiu na estratégia de monitoramento mensurando de forma quadrimestral o seu desempenho. O desempenho por Objetivo Estratégico pode ser visualizado comparando a meta e o valor medido no ano.



São 11 os **NOSSOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**. Para cada objetivo há desdobramentos, nos níveis tático e operacional, em **NOSSAS METAS**. Elas são descritas no PGA 2021, decorrentes de Iniciativas Estratégicas (IE) ou Processos e Operações Continuadas (POC) e também declaradas nos indicadores. Os resultados são apresentados como as **NOSSAS ENTREGAS** e geram **BENEFÍCIOS À SOCIEDADE**.

A seguir serão apresentados os resultados obtidos em cada Objetivo Estratégico, sendo destacados cadeia de valor, respectivos processos de trabalho, entregas correspondentes, outras realizações, benefícios gerados e, por fim, alguns desafios. As evidências e justificativas do desempenho das metas são descritas ao longo do capítulo.

Atenção

Os termos que aparecem em **negrito** e **são sublinhados** remetem ao **Capítulo 5**.

Objetivo Estratégico 1: Prevenir e minimizar os impactos de eventos críticos.

Nossos Processos



Prevenção de Eventos Críticos

- Salas de Situação na ANA
- Salas de Situação Estaduais
- Monitor de Secas

Consolidação de Informações

- Publicações, Aplicativos ou Painéis Interativos
- Boletins de Acompanhamento de Sistemas Hídricos

Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

- Condições de Operação de Reservatórios

Destaques

Enfrentamento da crise hidroenergética, com implementação de medidas excepcionais para a operação de reservatórios e articulação dos atores envolvidos na minimização de impactos.

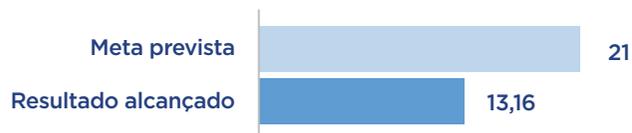
Implementação do **Plano de Contingência** para a **Recuperação de Reservatórios** do Sistema Interligado Nacional.

Melhora de armazenamento dos reservatórios do rio São Francisco.

Mitigação dos impactos da cheia do rio Madeira, evitando alagamento da BR-364.

Presença do Monitor de Secas em 20 estados e no DF.

Protocolo de Compromisso entre a ANA e a Rio Paraná Energia S.A, com o objetivo da **retomada do transporte aquaviário** na Hidrovia Tietê-Paraná.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

EVENTOS CRÍTICOS

Prevenir e minimizar os impactos de eventos críticos.

Promover a gestão de riscos, crises decorrentes de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) e acidentes que envolvam corpos hídricos, incluindo as medidas de antecipação, a preparação, a mitigação, as respostas e a recuperação de territórios vulneráveis ou atingidos.

Eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) decorrem, em sua maioria, de anomalias climáticas com impacto no comportamento dos rios e na acumulação dos reservatórios, mas também podem ocorrer por razões outras, como aquelas causadas, em 2015, pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), e, em 2019, pela ruptura da barragem da Vale, em Brumadinho (MG).

A ANA acompanha a evolução dos reservatórios e sistemas hídricos prioritários para a gestão de eventos críticos no Brasil e apreende a realidade presente, os comportamentos passados e as tendências futuras que orientam as suas avaliações, previsões e propostas de intervenção. A Agência, em sua atuação regulatória, define as condições de operação dos sistemas hídricos com o intuito de aumentar a segurança hídrica das bacias, garantir os usos múltiplos da água e ampliar a preparação para a ocorrência dos eventos hidrológicos críticos.

Entre as iniciativas da ANA diante dos eventos hidrológicos críticos estão as **Salas de Situação (ANA e estaduais)**, as **Salas de Crise** e **Salas ou Grupos de Acompanhamento** e o **Monitor de Seca**.

Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(IE) Monitor de Secas

- > Atualmente, 20 estados e o DF integram o Monitor de Secas. Em 2021, o estado de Mato Grosso aderiu ao programa e passou a integrar essa rede de informações. Consulte o Mapa do Monitor de Secas. [Acesse](#)
- > Foram capacitados para o processo de autoria do mapa do Monitor de Secas servidores das seguintes instituições: SEMAD/ GO, SEMARH/ TO e SIMEPAR/ PR.

(POC) Eventos Hidrológicos Críticos

- > Definidas as cotas de inundação para 61% das estações da rede de alerta.
- > Todos os estados e o DF possuem acordos de cooperação técnica assinados e vigentes para acompanhar o funcionamento das Salas de Situação. Em 2021, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica da Sala de Situação com o Departamento Nacional de Obras Contra Seca - DNOCS.

(IE) Protocolo para Eventos Críticos

- > Realizadas reuniões regionais com os estados das Regiões Sul e Sudeste para a definição dos protocolos com o objetivo de integrar a Sala de Situação da ANA com as salas estaduais.

BENEFÍCIOS GERADOS

Identificação da extensão e o grau da severidade de secas e estiagens em uma área de abrangência maior do país, com aumento na capacidade de resposta dos órgãos governamentais a esses eventos.

Identificação de possíveis impactos de inundações, por meio do aumento nas cotas definidas para as estações da rede de alerta e das parcerias com as unidades da Federação.

DESAFIOS

Elaboração e implementação de estratégia para recuperar os volumes armazenados nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional.

Acompanhamento da situação de cheia em diferentes bacias hidrográficas (Sul da Bahia, Parnaíba, Tocantins, São Francisco).

Enfrentamento da crise hidroenergética.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Publicação da declaração de situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná e criação do Grupo Técnico de Assessoramento da Situação da Região Hidrográfica do Paraná (GTA-RH Paraná). Ao todo, foram realizadas 15 reuniões com a participação dos órgãos gestores com atuação na bacia, da ONS, do MME, do IBAMA, entre outros.
- > Assinatura de Protocolo de Compromisso entre a ANA e a Rio Paraná Energia S.A. para o restabelecimento do nível mínimo operativo, com o objetivo da retomada do transporte aquaviário na Hidrovia Tietê-Paraná.
- > Elaboração e acompanhamento do Plano de Contingência da ANA para a Recuperação de Reservatórios do Sistema Interligado Nacional.
- > Estabelecimento de condições de operação temporárias para os reservatórios de Furnas e Marechal Mascarenhas de Moares, no rio Grande (MG/SP); de Emborcação e Itumbiara, no rio Paranaíba (MG/GO).
- > Acompanhamento da situação de cheias por meio das Salas de Crise das bacias/rios: Parnaíba, Doce, Tocantins, São Francisco e Madeira.
- > Emissão de **boletins diários, semanais e mensais de acompanhamento** informando a evolução das chuvas, os níveis e a vazão dos principais rios, dos reservatórios e das bacias hidrográficas do país. [Acesse](#)
- > Produção de informes internos sobre cheias e operação de reservatórios.
- > Foram realizadas 52 reuniões em oito **Salas de Crise**, 35 reuniões nas **Salas de Acompanhamento** e oito reuniões do **GT Paranapanema**. Todas as reuniões estão disponíveis no YouTube da ANA, conforme detalhamento a seguir:

Nome	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
GAOPS	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1	14
Grande	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Hidrovia Tietê-Paraná	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Pantanal	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	4
Paranaíba	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Paranapanema	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Região Sul	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Sist. Hid. São Francisco	1	1	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	15
Tocantins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	2	12
Madeira	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Sist. Hid. Paranapanema	0	0	1	2	1	0	1	1	1	1	0	0	8
Paraná	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
Sist. Hid. Rio Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	9	8	11	13	9	6	7	7	7	7	4	7	95

As Salas de Crise têm o objetivo de promover medidas de aumento da segurança hídrica, capacidade de resposta e resiliência do sistema. A seguir, listamos os principais resultados alcançados em 2021 e as expectativas para 2022 em cada uma das salas de crise em funcionamento:

SALAS DE CRISE		
Evento Crítico	Resultados obtidos em 2021	Desafios em 2022
Região Sul		
Com a prevalência dos baixos níveis dos reservatórios de regularização e as precipitações abaixo da média, a região vem acumulando déficits hídricos com impactos sobre os diversos usos da água.	De forma geral, observou-se melhora nos armazenamentos dos reservatórios durante o 1º semestre de 2021, com deplecionamento acentuado a partir de julho. A sala segue como um ambiente de disponibilização de informações para subsidiar a tomada de decisão.	Manter o acompanhamento dos impactos decorrentes da seca, identificar medidas necessárias para responder ao déficit hídrico observado na região.
Tocantins		
De janeiro a outubro de 2021, foram realizadas reuniões da Sala de Crise do Rio Tocantins. Em dezembro de 2021, com a entrada em vigor da Resolução ANA nº 70/2021, a ANA passou a coordenar reuniões da Sala de Acompanhamento do Sistema Hídrico do rio Tocantins.	Recuperação gradual dos estoques armazenados em Serra da Mesa.	Acompanhar as condições de operação dos reservatórios de acordo com a Resolução ANA nº 70/2021 por meio da Sala de Acompanhamento.
Cheia no Tocantins		
Em dezembro de 2021, foi instalada a sala de crise para acompanhar a cheia na bacia do rio Tocantins.	Articulação e comunicação sobre os impactos da cheia para adoção de medidas cabíveis.	Sala de Crise temporária. Mantém-se a Sala de Acompanhamento das condições de operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins.
Cheia no Madeira		
As cheias no rio Madeira podem provocar inundações em Porto Velho e em outras localidades, e impactar o tráfego na BR-364, comprometendo o acesso terrestre ao estado do Acre.	Mitigação dos impactos da cheia: as condições de operação dos reservatórios das UHEs Jirau e Santo Antônio durante o período chuvoso foram adequadas para manter uma folga e evitar problemas em pontos críticos da BR-364.	Monitorar a cheia do rio Madeira e adequar a operação dos reservatórios, quando possível, de forma a evitar o alagamento de trechos da BR-364. Informar aos participantes sobre as condições climáticas e possíveis impactos dos usos da água.
Parapanema		
Baixos níveis de armazenamento nos reservatórios causam impactos em usos na bacia, especialmente para atividades turísticas, além de representarem risco à segurança energética.	Flexibilização das defluências mínimas da UHE Jurumirim e recuperação do volume acumulado, diminuindo o impacto sobre atividades econômicas na região.	Acompanhar as condições de operação dos reservatórios para conciliar a geração de energia e outros usos, especialmente o turismo. Implementar novas condições de operação para o Sistema de Reservatórios do Rio Parapanema que aumentem a resiliência e a segurança hídrica.
Pantanal – Seca na Região do Alto Paraguai		
Seca generalizada na região do bioma Pantanal, com observação de níveis baixos nos principais rios, prejudicando o enchimento de lagoas marginais no período úmido. Baixos níveis de armazenamento na UHE Manso poderiam comprometer o fluxo mínimo para atendimento à captação de Cuiabá, capital de Mato Grosso.	Participantes da sala de crise tiveram informações sobre as condições hídricas e previsões climáticas na região. Operação de vazões mínimas na UHE Manso foi acompanhada e se mostrou suficiente para o abastecimento de Cuiabá.	Acompanhar as condições climáticas, o nível dos rios na região e a operação do reservatório da UHE Manso. Fornecer informações confiáveis por parte dos órgãos responsáveis para que os atores possam se prevenir quanto a possíveis impactos nos usos da água.
Hidrovia Tietê-Paraná		
Em função do risco de desabastecimento energético, reconhecido e declarado pelo CMSE, foi autorizada a operação excepcional de Ilha Solteira abaixo da cota mínima operacional de 325,40 m estabelecida na outorga do empreendimento.	Minimização dos efeitos sobre o tráfego da hidrovia Tietê-Paraná, notadamente no trecho do pedral de Nova Avanhandava.	Acompanhar as condições de operação dos reservatórios de forma a garantir meios seguros e estáveis para a navegação da hidrovia.
Paraná		
Situação hidrológica desfavorável observada na bacia do rio Paraná, em particular nas bacias dos rios Grande, Paranaíba, Tietê e Parapanema, e dos baixos armazenamentos dos reservatórios das usinas hidrelétricas ao final do período chuvoso.	Compartilhar a condição presente e as perspectivas até o final do período seco com os órgãos gestores, colegiados, setores usuários e demais interessados, além de mobilizar a atuação pertinente.	Sala temporária encerrada em junho de 2021.

SALAS DE ACOMPANHAMENTO		
Sistema Hídrico	Resultados obtidos em 2021	Desafios em 2022
São Francisco		
Sistema Hídrico do Rio São Francisco.	Apesar da crise hidroenergética vivenciada em 2021, observou-se uma melhora nas condições de armazenamento nos reservatórios do rio São Francisco operados de acordo as regras definidas na Resolução nº 2081/2017.	Acompanhar a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco segundo a Resolução ANA nº 2081/2017.
Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul - GAOPS		
Sistema Hidráulico Paraíba do Sul.	Situação hidrometeorológica desfavorável com o reservatório equivalente da bacia atingindo valores abaixo da curva de armazenamento para operação normal do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul. Flexibilização do 3º estágio de deplecionamento do reservatório da UHE Funil e manutenção do atendimento dos usos múltiplos da água.	Acompanhar as condições de operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, que inicia 2022 com o menor nível de armazenamento do reservatório equivalente do sistema.
Paranaíba		
Reservatórios das UHEs Itumbiara e Emborcação.	Articulação com objetivo de promover os usos múltiplos da água e preparação para eventos de escassez hídrica.	Sala temporária encerrada em junho de 2021.
Tocantins		
Sistema Hídrico do Rio Tocantins.	Acompanhamento dos níveis de armazenamento no reservatório de Serra da Mesa.	Acompanhar a evolução do armazenamento de Serra da Mesa e os possíveis impactos da operação do Sistema Hídrico do rio Tocantins sob as condições definidas na Resolução ANA nº 70/2021.
Grande		
Cascata do rio Grande, destaque para os reservatórios de Furnas e Mascarenhas de Moraes.	Reunir agentes públicos e privados para compartilhamento de informações e promoção de medidas de prevenção e preparação para impactos em razão da escassez hídrica.	Sala temporária encerrada em junho de 2021.

Objetivo Estratégico 2A: Garantir a efetividade e eficiência regulatória dos usos de recursos hídricos.

Nossos Processos



Sistemas de Informação

- ☐ Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)
 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAUH)
 - Sistema Federal de Regulação de Uso (Regla)
- ☐ Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)

Consolidação de Informações

- ☐ Publicação, Aplicativos ou Painéis Interativos



Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

- 💧 Outorga de Uso dos Recursos Hídricos
- 💧 Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)
- 💧 Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (Cetoh)
- 💧 Marcos Regulatórios
- 💧 Termos de Alocação de Água

Regulação de Segurança de Barragens*

- 💧 Classificação de Barragens Quanto ao Risco e Dano Potencial
- ### Fiscalização
- 💧 Dos Usos de Recursos Hídricos em Rios de Domínio da União
 - 💧 Das Barragens

* A ANA edita normas e fiscaliza apenas as barragens por ela outorgadas, exceto as de geração hidrelétrica.

Destaques

Regularização de usos de 3.922 interferências em corpos de domínio da União.

Cinco **marcos regulatórios** em sistemas hídricos locais prioritários emitidos.

Regularização e monitoramento de 90% da área irrigada, identificada em mapeamento por **sensoriamento remoto**, nas bacias do Itaguari/Carinhanha (BA/MG) e Pardo (BA/MG).

Ampliação das atividades de campo no semiárido e bacia do Verde Grande.

Delegação das atividades de fiscalização de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União para a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA).

Monitoramento via Aplicativo DeclaraÁgua implantado na bacia do Verde Grande e em implantação no Pardo e São Marcos.

Análise de DAURH de **585 usuários** em bacias e sistemas hídricos prioritários.

Análise da situação das **33 barragens** classificadas como alto risco e alto dano potencial associadas.

Definidas as condições de operação de reservatórios para o **Sistema Hídrico do rio Tocantins (TO/GO/MA/PA)**.

Integração de serviços em portal único de usuários de recursos hídricos.

Iniciativas estratégicas



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2A

REGULAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

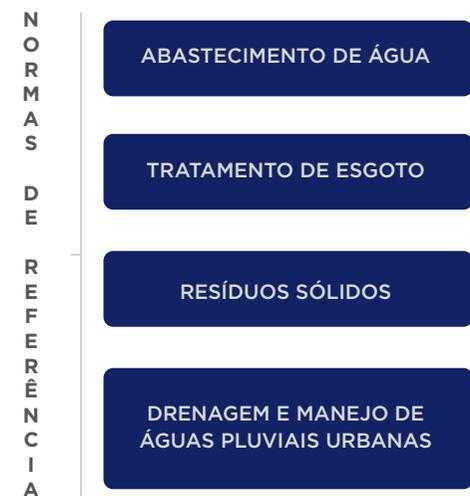
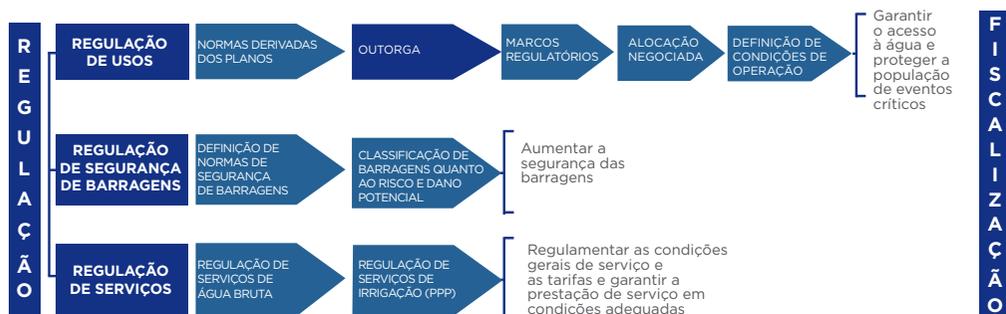
Garantir a efetividade e eficiência regulatória dos usos de recursos hídricos.

Estabelecer ações regulatórias a fim de maximizar o uso da água, observando a eficiência e sustentabilidade dos usos e as estruturas e os serviços que envolvem água, o que minimiza os riscos e a ocorrência de conflitos.

A regulação e a fiscalização têm o objetivo de assegurar o controle qualitativo e quantitativo da água, garantir o seu acesso por meio da alocação de água disponível entre os diferentes usuários e controlar o cumprimento das condições estabelecidas para a obtenção do recurso hídrico.

Esse resultado compreende a regularização da utilização de recursos hídricos por meio da emissão de **outorgas de uso de recursos hídricos**, da **Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)**, do certificado de uso insignificante ou certificado de uso não sujeito à outorga e da definição das condições de operação de sistemas hídricos.

Com essa finalidade, são editados normativos para estabelecer os critérios e as regras da utilização da água, equacionar eventuais conflitos a fim de incentivar o uso racional, bem como disciplinar o acompanhamento, o controle e a **fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União**.



Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(POC) Regulação de Usos de Recursos Hídricos

- > Em 2021, houve 3.606 pedidos e 3.922 atos emitidos (outorgas, insignificantes, não sujeitos à outorga, atos inválidos e indeferidos).
- > Publicação de **marcos regulatórios** com a definição das regras de uso da água em seis sistemas hídricos locais sujeitos às condições de escassez hídrica: Poço Branco (RN), Poti (CE/PI), Jaburu/Jenipapo (CE/PI), Estreito e Cova da Mandioca (BA/MG), São Marcos (GO/MG e DF) e Pardo (MG/BA).
- > Fomento de cinco processos de **alocação de água** em quatro estados. Realizada a delegação para o Ceará da alocação de água nos açudes Jaburu I, Atalhos/Porcos (CE) e para a Bahia do açude Pedra. O domínio das águas de 10 açudes do Rio Grande do Norte passará a ser estadual, e a gestão será do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte - IGARN, incluindo o açude Bonito II. A alocação de água no açude Santa Inês - PB foi feita pela ANA (e não pela AESA) em decorrência das dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19.

(IE) Acompanhamento dos Usos de Recursos Hídricos

- > Realizado o levantamento dos dados referentes a 95% das áreas irrigadas identificadas por sensoriamento remoto na bacia do rio Pardo (BA/MG), com imagens de agosto/2020, totalizando 1.837 ha e 162 empreendimentos na bacia do

Itaguari/Carinhanha (BA/MG), com imagens de julho e agosto 2021, totalizando 7.836ha, sendo 56% no Itaguari e 44% no Carinhanha, em 483 empreendimentos.

(IE) Apoio Técnico em Atividades de Campo

- > Em 2021, houve êxito no processo licitatório para implementação de apoio técnico na região 1 - Piranhas-Açu+Semiárido (RN, PB, PE, BA, PI, AL e SE) e na região 3 - bacia do Verde Grande (MG/BA/GO e DF). Nas regiões 2 - Pardo (BA e MG) e 4 - São Mateus (ES, MG e BA) não houve habilitação de empresa.
- > Implantada delegação de atividades de fiscalização de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União no DF, por intermédio do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2021/ANA, assinado em 20/10/2021.

(POC) Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos

- > Foram verificados o cumprimento de limites estabelecidos nas regras vigentes de uso de recursos hídricos de 57 usuários (120 outorgas) por meio do aplicativo DeclaraÁgua implantado na bacia do Verde Grande (MG/BA/GO e DF); 100% da demanda outorgada para irrigação no Boqueirão (PB), 100% da demanda outorgada para irrigação Piranhas-Açu (PB/RN), no período de agosto e novembro e, ainda, 585 usuários por meio da DAURH, 24 dos 34 usuários, com vazão 20% maior que o outorgados se regularizaram.
- > 76,6% das captações superficiais e subterrâneas para abastecimento público do país estão regularizadas e inseridas no CNARH .
- > Definidas ações e formalizados encaminhamentos para a implementação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) em 12 Municípios prioritários: Crateús(CE), São Benedito(CE), Almenara(MG), Itaituba(PA), Santana do Ipanema(AL), Atalaia(AL), Barra do Pirai(RJ), Pinheiral(RJ), Uruguaiana (RS), Porto União(SC), Rio Negrinho(SC) e Porto Ferreira(SP).

(POC) Regulação de Segurança de Barragens e Fiscalização de Segurança de Barragens

- > Comunicação à sociedade do panorama da evolução da segurança de barragens brasileiras e da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens; das diretrizes para a atuação de fiscalizadores e empreendedores de barragens e da Defesa Civil e dos principais acontecimentos no ano. Publicado o [Relatório de Segurança de Barragens \(RSB\) - 2020](#). [Acesse](#)

- > Realizada avaliação da situação e exigidas formalmente: elaboração do Plano de Segurança de Barragem (PSB), Inspeção de Segurança Regular (ISR), Inspeção de Segurança Especial (ISE), Revisões Periódicas da Segurança da Barragem (RPSB) e o Plano de Ação de Emergência (PAE) para todas as barragens fiscalizadas pela ANA, incluindo as 33 barragens com Nível de Perigo Global da Barragem (NPGB) alerta ou alto na Categoria de Risco (CRI) e Dano Potencial Associado (DPA).

(POC) Definição de Condições de Operação de Sistemas Hídricos

- > Definidas as **condições de operação de reservatórios** para o Sistema Hídrico do rio Tocantins (TO/GO/MA/PA) e o Relatório de AIR do Paranapanema (SP/PR), encontra-se em Consulta Pública.

BENEFÍCIOS GERADOS

Regularização do uso da água de maneira célere.

Aumento na capacidade de atuação da ANA por meio de monitoramento remoto dos usos da água nos sistemas hídricos locais prioritários e nas bacias hidrográficas críticas.

Disponibilização de mais informações sobre o uso da água proporcionando melhores condições para uma utilização mais eficiente pelos empreendedores.

Ampliação da capacidade de atuação da Agência em regiões/bacias críticas, por intermédio da delegação de atividades de fiscalização em rios de domínio da União no DF.

Redução do risco de não atendimento às demandas pela água nas bacias/regiões críticas estimulando o engajamento dos usuários no uso racional da água.

Aumento na segurança das barragens de responsabilidade de fiscalização da ANA, por meio da verificação e exigência do cumprimento da legislação de segurança de barragens pelos empreendedores.

Previsibilidade das regras de uso da água em condições de escassez hídrica em sistemas hídricos locais.

Maior autonomia dos processos de alocação de água por entes locais.

DESAFIOS

Regularização dos usuários de água utilizando o sistema de outorga único na bacia do rio São Marcos (GO/MG e DF).

Avanço na evolução das novas funcionalidades do sistema REGLA e aceleração das demandas de sustentação pela equipe de tecnologia da informação.

Estabelecimento de um marco regulatório para alocação de águas endógenas do reservatório Atalho do PISF – eixo norte.

Implementação do enquadramento transitório em classes de qualidade de água.

Adaptação do sistema de outorga à aquicultura da ANA para utilização pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento SAP/MAPA.

Avanço nas tratativas com o MDR para renovação da outorga do PISF e possibilidade de inclusão de usuários independentes.

Restrição de atividades de campo em decorrência da pandemia.

Evoluções nos sistemas de fiscalização, CNARH, DAURH, DeclaraÁgua e telemetria que dependem de esforços da área de TI e de parcerias com instituições que possam prover inovações tecnológicas.

Implantação de sistemas de tratamento de esgotos, visando à regularização de lançamentos de efluentes existentes e já mapeados dependentes de financiamento de demais políticas públicas.

Equacionamento de irregularidades em segurança de barragens, uma vez que dependem da ação de empreendedores e de políticas públicas de apoio.

Solucionar o passivo de pedidos de outorga que se encontra num patamar de cerca de 1.000 processos.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Publicação da Resolução Conjunta ANA, ADASA, IGAM, SEMAD/MG e SEMAD/GO nº 109/2021, que dispõe sobre as diretrizes para a regulação de uso de recursos hídricos superficiais na bacia hidrográfica do rio São Marcos.
- > Publicação da Resolução Conjunta ANA e IBAMA nº 100/2021, que estabelece critérios para a delimitação do reservatório, proteção ou realocação de áreas urbanas ou rurais, infraestruturas e demais áreas sob o efeito de remanso de reservatórios nos procedimentos de licenciamento ambiental federal de novos aproveitamentos hidrelétricos em cursos d'água de domínio da União e o intercâmbio de informações e padronização de exigências e procedimentos a serem adotados pela ANA e pelo IBAMA.
- > Revogação de outorgas por inatividade nas bacias dos rios Jaguarão (RS), Alto Paranaíba (MG), Parnaíba (PI, MA), Preto (MG), Javaés (TO) e Paranã (GO/TO).
- > Emissão de 16 outorgas para a Secretaria de Aquicultura e Pesca nos moldes do Decreto nº 10.576/2020.
- > Conclusão da metodologia para a estimativa de altura e volume de reservatórios e aplicação às barragens fiscalizadas pela ANA para fins de priorização das suas atividades e apresentação e disponibilização da metodologia para os órgãos fiscalizadores estaduais em oficina.
- > Implementação do boletim de monitoramento de áreas irrigadas no Piranhas-Açu usando BI.
- > Implantação de escritório técnico na bacia do São Marcos e início de cadastramento de usuários.
- > Conclusão do protótipo do novo módulo DAURH para o usuário externo.
- > Finalização do projeto Portal do Usuário de Recursos Hídricos, ferramenta de melhor usabilidade para acesso a pedidos de outorga, DAURH, CNARH, cobrança e fiscalização.
- > Conclusão das análises técnicas de todos os relatórios de inspeções regulares ISRs de 2020 e dos planos de segurança PSBs elaborados.
- > Assinados protocolos de compromisso com a SEMARH/RN para a regularização de barragens.

Objetivo Estratégico 2B: Regulação de serviços de saneamento básico.

Nossos Processos



Sistemas de Informação

- ☐ Sistema de Acompanhamento de Regulação do Saneamento Básico (SASB)

Capacitação do Setor

- ☐ Publicação, Aplicativos ou Painéis Interativos
- ☐ Estudos Técnicos
- ☐ Manuais



Uniformização Regulatória

- 💧 Agenda Regulatória
- 💧 AIR, ARR
- 💧 Normas de referência
- 💧 Monitoramento da Adoção das Normas
- 💧 Mediação e Arbitragem (voluntária)

Regulação de Serviços de Adução de Água Bruta

- 💧 Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)

Fiscalização

- 💧 De Serviços de Adução de Água Bruta

Destaques

Norma de referência sobre serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Norma de referência sobre prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Revisão da Agenda Regulatória.

Aprovação e avaliação do cumprimento do Plano de Gestão Anual para o PISF.

Manuais orientativos para implementação das normas.



Iniciativas estratégicas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2B

REGULAÇÃO DE SERVIÇOS

Estabelecer normas de referência para o setor de saneamento básico e garantir a efetividade e eficiência regulatória dos serviços públicos de irrigação e adução de água bruta.

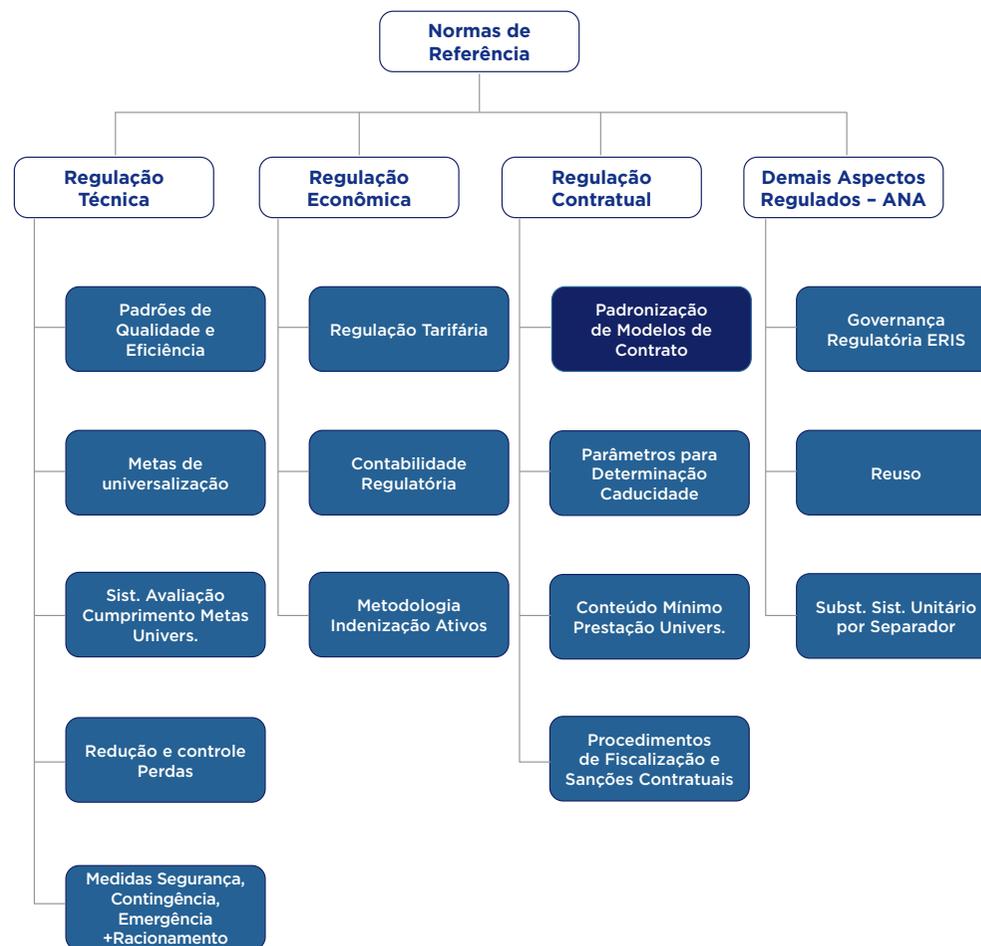
A ANA, além de regular o bem público que é o uso da água, regula os serviços públicos de irrigação (se em regime de concessão) e adução de água bruta. Atualmente, o projeto regulado é do Programa de Integração da Bacia do Rio São Francisco, o PISF.

Já para os serviços ligados ao saneamento básico, cabe destacar que envolvem os de abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotos, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais em cidades, aos quais a ANA estabelece normas de referência.

Essas regras de caráter geral deverão ser levadas em consideração pelas agências reguladoras de saneamento infranacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais) em sua atuação regulatória, que se somam em mais de 80 agências. O objetivo é promover uma harmonização regulatória no setor com vistas à universalização sustentável dos **serviços de saneamento básico** no Brasil.

A ANA também tem a atribuição de promover a capacitação dos atores envolvidos na regulação do setor de saneamento nas esferas municipal, intermunicipal, distrital e estadual. Além disso, quando solicitada, a ANA terá a atribuição de realizar a medição e arbitragem de conflitos entre o poder concedente, o prestador de serviços de saneamento e a agência que regula tais serviços prestados.

Conforme a Lei nº 14.026/2020, a ANA terá o papel de emitir normas de referência sobre:



Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(POC) Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Irrigação e Adução de Água Bruta

- > Publicada a Resolução n.º 67/2021 com a atualização tarifária dos serviços de adução para 2022.

(POC) Normas de Referência para o Setor de Saneamento

- > A Resolução ANA n.º 105/2021 revisou a Agenda Regulatória no Eixo Temático 5, reduzindo o número de normas a serem elaboradas em 2021, alcançando-se integralmente a meta.
- > Norma de Referência 1: regime, estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos (SMRU).
- > Norma de Referência 2: conteúdo mínimo de aditivo aos contratos de água e esgoto.

(POC) Fiscalização de Serviços Públicos de Irrigação e Adução de Água Bruta

- > Em razão da pandemia de Covid-19, não foi possível ampliar de 13% para 16% a operação de estações automáticas da RHNR.

(POC) Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional/(IE) Revisão da Rede Hidrometeorológica Nacional

- > Concluídos os pareceres técnicos contendo a avaliação do cumprimento do Plano de Gestão Anual do PISF.

BENEFÍCIOS GERADOS

Assegurados os volumes de água entregues em cada ponto do **Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF**.

Avanço na harmonização das normas aplicáveis ao setor de saneamento.

Aperfeiçoamento gradativo no processo de criação de normas fundamentadas em evidências com a implementação e qualificação da Análise do Impacto Regulatório e a ampliação dos mecanismos de participação social.

DESAFIOS

Estabelecimento e consolidação da nova estrutura organizacional da Superintendência de Regulação Econômica e da Superintendência de Regulação de Serviços.

Integração do saneamento com os demais processos da ANA.

Desenvolvimento de novos módulos para o Sistema de Acompanhamento de Regulação do Saneamento Básico (SASB).

Implementação da NR 1 (Cobrança de Taxa ou Tarifa para o Serviço de Resíduos Sólidos Urbanos - (SMRSU).

Implementação da NR 2 para padronização de aditivos de contratos de programa e de concessão a tempo de ser considerada na elaboração das minutas de aditivo para adequação das metas de universalização de serviços de água e esgoto conforme previsto no Decreto n.º 10.710/2021.

Adaptação em curto prazo para recepção da documentação de comprovação da capacidade econômico-financeira às agências reguladoras infranacionais.

DESAFIOS
Nivelamento e disseminação da visão da ANA sobre conceitos do marco e do setor.
Garantia que as reguladoras infranacionais façam a adesão às normas de referência.
Monitoramento da adesão das normas de referência e prestação de serviços de informações íntegras e céleres sobre a regulação do setor.
Atuação junto aos atores do setor estabelecendo relações institucionais e promovendo o <i>Compliance</i> .
Manutenção de recursos financeiros.
Atendimento da Agenda Regulatória devido ao elevado número de publicações de diferentes Normas de Referência (NRs).

- > Divulgação do manual para orientação da instituição de cobrança do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos - SMRSU.
- > Finalização do estudo sobre governança do sistema de planejamento em parceria com o Banco Mundial.
- > Participação em eventos e encontros para o estabelecimento de relações de confiança e reconhecimento dos atores do setor de saneamento.
- > Definição da ANA como responsável pela realização do próximo Encontro Nacional de Águas Urbanas - ENAU evento a ser realizado em Brasília/2022.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Criação da nova estrutura, composição de equipe e planejamento das ações da área em consonância com Agenda Regulatória.
- > Estudos para Elaboração do PRODOC/PNUD, para apoiar a elaboração de normas da Agenda Regulatória.
- > Criação de ferramenta *online* para recebimento de informações dos municípios relativas ao instrumento já instituído de cobrança pelo serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos - SMRSU ou seu cronograma de implementação. A ferramenta foi criada para monitorar a execução da primeira norma de referência da ANA sobre saneamento, que trata do regime, da estrutura e dos parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos - SMRSU.
- > Realização do *webinário* para apresentação do Sistema de Acompanhamento de Regulação do Saneamento Básico (SASB).

Objetivo Estratégico 3: Assegurar coleta e difusão contínua de dados qualiquantitativos confiáveis e informações úteis à sociedade.

Nossos Processos



Fortalecimento da Gestão de Recursos

Programa Qualiágua



Destaques

90% das estações do Setor Elétrico transmitiram dados em tempo real regularmente.

80 curvas de Cota x Área x Volume, em reservatórios das UHEs atualizadas.

80% dos reservatórios do SAR com tempo de defasagem das informações inferior a 10 dias.

Relatório sobre a Conjuntura de Recursos Hídricos com novas bases hidrográficas do Brasil e com formato digital.

Expansão do conteúdo da Conjuntura de Recursos Hídricos 2021 disponibilizado por meio de web serviços com atualização contínua, no SNIRH.

14 piezômetros instalados (Dez na Bacia do Rio Verde Grande e quatro na Bacia do Rio Carinhonha), para monitoramento de águas subterrâneas.

Monitoramento Hidrológico

- Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN)
- Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR)
- Rede Hidrológica do Setor Elétrico
- Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA)
- Monitoramento de Águas Subterrâneas

Sistema de Informação

- Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)
- Sistema de Acompanhamento do Setor Elétrico (SAMSE)

Consolidação de informações

- Publicações, Aplicativos ou Painéis Interativos
- Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos
- Base de Disponibilidade Hídrica Superficial
- Base Hidrográfica Ottocodificada



Iniciativas estratégicas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

DADOS E INFORMAÇÕES HIDROLÓGICAS

Assegurar coleta e difusão contínua de dados quali-quantitativos confiáveis e informações úteis à sociedade.

Manter e aprimorar o monitoramento hidrometeorológico nacional e acompanhamento sistemático da situação dos recursos hídricos no país, investindo em tecnologia, utilizando as melhores práticas e se comprometendo com a forma e o conteúdo para que as informações disponibilizadas sejam úteis à sociedade.

Informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos são necessárias à sociedade e aos diversos setores econômicos. Entes governamentais e agentes privados, por exemplo, planejam e decidem os seus investimentos tanto em curto quanto em longo prazo com base nelas. A ANA disponibiliza em uma única base de dados, acessível a todos, as informações atualizadas e consistentes sobre o monitoramento hidrológico, que também a subsidiam nos seus processos e no alcance dos resultados institucionais, como:

- Eventos críticos prevenidos e os seus impactos minimizados;
- Atuação articulada com as políticas e os planejamentos dos setores usuários e das instituições relacionadas à gestão dos recursos hídricos;
- Instrumentos implementados de forma integrada na bacia;
- Entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) fortalecidos; e
- Usos dos recursos hídricos e serviços regulados e fiscalizados.

Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(POC) Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional

- > Foram disponibilizados no Hidro 63% dos dados hidrológicos previstos para recebimento em 2021. Desempenho apurado a partir de relatórios gerados pelo aplicativo **SIADORHA - Sistema para análise do desempenho da operação da rede hidrometeorológica da ANA**. Atribui-se o

desempenho às restrições acarretadas pela pandemia de Covid-19, que afetaram substancialmente as atividades regulares das equipes de campo (recolhimento de boletins, medições de descarga líquida, levantamento de perfis transversais, reposição de réguas linimétricas, etc.).

- > 75% das 307 estações da RHNR operaram regularmente em 2021. Desempenho apurado a partir do relatório "Disponibilidade de Dados RHNR" do Sistema Hidro Telemetria (nível, chuva e vazão) e de consulta SQL ao banco de dados "HidroInfoANA" (vazão).
- > Concluída a primeira versão do Manual de Técnicas e Procedimentos para Medição de Descarga Líquida com Perfilador Acústico Doppler - ADCP, que será submetida à apreciação de atores internos e externos afetos ao tema. Concluído, também, o Manual de Aferição de Pluviômetros Automáticos, que será submetido brevemente ao Comitê de Editoração.
- > 90% das estações do **Setor Elétrico** transmitiram dados em tempo real regularmente.
- > Foram atualizadas, no âmbito da Resolução Conjunta ANA e ANEEL nº 3/2010, 80 Curvas Cota Área Volume (CAV) de Usinas Hidrelétricas despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), disponibilizadas no catálogo de metadados da ANA. [Acesse](#)

(IE) Revisão da Rede Hidrometeorológica Nacional

- > Foram iniciados os processos de revisão de redes hidrometeorológicas mantidas pela ANA em quatro bacias prioritárias: i) Paraíba do Sul: proposta concluída e em processo de discussão com os operadores e usuários, inclusive no contexto da revisão do Plano da Bacia; ii) Pardo: proposta concluída; iii) São Marcos/Paranaíba: proposta resultou no adensamento da rede para atendimento à regulação e fiscalização, e já se encontra em implantação no âmbito do Contrato; e iv) Piancó-Piranhas-Açu: em articulação com a SRE, foi incluído no Plano de Trabalho do TED/CPRM 2022 o monitoramento de descargas de açudes (sistemas hídricos locais), foram também reavaliados os padrões e procedimentos operacionais da rede para priorização da operação da **Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR)** (otimização dos recursos aplicados).

(POC) Gestão da Rede Nacional de Qualidade de Água

- > Devido à pandemia, todos os estados tiveram algum tipo de restrição de deslocamento e apenas 40% das visitas programadas foram realizadas. Todos os dados gerados pelas unidades federativas no âmbito do monitoramento de qualidade de água foram disponibilizados à sociedade por meio do HIDROWEB.
- > Foram implementadas ações de qualidade de água como ensaio de proficiência com a remessa de amostras cegas para análise nos laboratórios dos participantes. Previsão de elaboração dos Relatórios de Análise de Proficiência e realização de oficina analítica em 2022.

(IE) Consistência de Dados Fluviométricos

- > Contratado serviço de consistência de dados fluviométricos do período de 2015 a 2021.

(IE) Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)

- > Projeto em parceria com a Universidade Federal de Lavras, no qual foi elaborada uma versão do protótipo e especificação final do módulo Cidadão. O material encontra-se em análise para posterior desenvolvimento.

(POC) Gestão da Informação Sobre Recursos Hídricos

- > Atualizados temas publicados no **Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)** provenientes do Relatório de Conjuntura 2020, expansão do conteúdo disponibilizado por meio de web serviços com atualização contínua.
- > **Meta não alcançada:** publicar o estudo de Quantidade de Águas Superficiais do Brasil. A elaboração do estudo foi postergada. A meta foi reprogramada para o PGA 2022.

(POC) Qualidade de Água

- > Publicação do estudo de Qualidade das Águas do Brasil com conteúdo bastante adiantado e projeto gráfico elaborado e aprovado.

(IE) Incorporar o Monitoramento de Água Subterrânea na RHN

- > Em 2021, foram instalados 14 piezômetros (dez na Bacia do Rio Verde Grande e quatro na Bacia do Rio Carinhanha), sua conclusão está prevista para abril de 2022.

(POC) Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)/Acompanhamento Hidrológico

- > 79,5% dos dados sobre os reservatórios do SAR foram disponibilizados com até 10 dias de defasagem.

BENEFÍCIOS GERADOS
Disponibilização de dados e informações sobre a quantidade e qualidade da água, reservatórios, e a respeito da segurança de barragens de forma confiável, padronizada, organizada e atrativa.
Otimização das redes hidrometeorológicas mantidas pela ANA.
Informações hidrológicas disponibilizadas de forma customizada conforme o interesse.

DESAFIOS
A continuidade da pandemia de Covid-19 dificulta as atividades de campo.
Atrasos na execução da meta do Novo Hidro no âmbito do projeto de inovação tecnológica em parceria com a UFLA.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

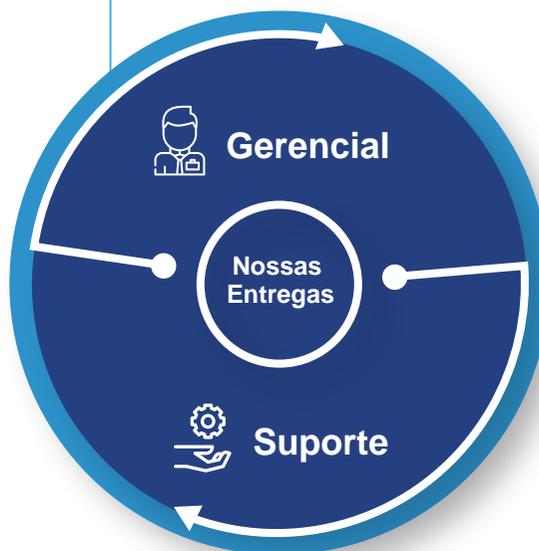
- > Implantação de aplicativo móvel Sistema de Gerenciamento de Informações Hidrométricas (SGIH), em parceria com a CPRM, para coleta de dados no campo pelas equipes da RHN com envio imediato à ANA.
- > Implantação de bancada de testes de sensores de medição de nível no Centro de Instrumentação, permitindo a verificação dos sensores adquiridos e a prospecção de novas tecnologias.
- > Proposta de Planejamento para a Rede de Monitoramento de Águas Subterrâneas da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema.
- > Avaliação dos dados de níveis da água de pontos de monitoramento piezométrico no Sistema Aquífero Urucuia enviados pela CPRM, no âmbito do TED da RHN.

Objetivo Estratégico 5: Comunicar de forma efetiva e transparente a atuação da ANA.

Nossos Processos



- Organização de Eventos
- Patrocínios
- Comunicação Social
- Relacionamento com a Sociedade
- Site



Destaques

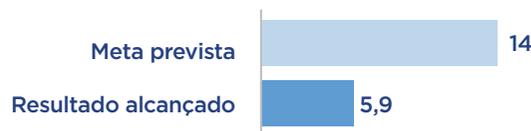
Cerimônia de entrega do **Prêmio ANA 20 anos.**

Monitor de Secas na programação rotineira dos maiores telejornais do país.

Seminários online com mais de 28 mil visualizações.

Referência em Linguagem Simples para outros órgãos na esfera federal e subnacionais devido ao pioneirismo no tema.

Recorde de contribuições da sociedade em 14 processos de **participação social** no processo decisório.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

COMUNICAÇÃO

Comunicar de forma efetiva e transparente a atuação da ANA.

Informar sobre a atuação da ANA, bem como sensibilizar e engajar os atores sociais e parceiros institucionais para a promoção da segurança hídrica, buscando garantir a transparência das ações da Agência e assegurando a sua interação com a sociedade.

São diretrizes da Comunicação Social e Institucional da ANA:

- Destacar o papel da Agência em garantir a segurança hídrica e proporcionar o desenvolvimento regional com o uso da água.
- Divulgar a atribuição da ANA para diversos públicos, e alcançar mais audiência, a fim de informar ao maior número de pessoas o que a ANA faz.
- Informar sobre a atribuição da ANA na criação das Normas de Referência para o Saneamento Básico, inclusive sobre como essa atribuição está ligada à promoção da segurança hídrica.
- Descobrir e valorizar boas práticas no setor de águas/saneamento, seja por meio do Prêmio ANA ou por outras ações comunicacionais e parcerias.
- Comunicar as atribuições da ANA para a garantia dos usos múltiplos da água e engajar parceiros nessa missão.
- Integrar mensagens internas e externas, somando-as para consolidar a marca ANA.
- Criar mensagens customizadas para cada ação de comunicação, nos canais adequados.
- Inspirar e engajar pessoas em prol dos Objetivos Estratégicos da ANA.
- Humanizar a comunicação institucional, por meio da adoção da Linguagem Simples.

Slogan:
#AÁguaÉUmaSó

Posicionamento:
"Da nascente à foz,
há 20 anos a ANA cuida do
desenvolvimento do País"

Valores da Comunicação Social e Institucional:

Clareza	Credibilidade
Transparência	Motivação
Simplicidade	Criatividade
Parceria	Paixão
Proatividade	

Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(IE) Plano de Comunicação Integrada

- > Foram implementadas 69% das ações previstas no Plano de Comunicação, composto por 15 ações em quatro eixos temáticos: aperfeiçoar, divulgar, engajar e inovar. Destacam-se algumas evidências das realizações do plano:
 - Produção de novo vídeo institucional;
 - Realização do Prêmio ANA 2020;
 - Divulgação das normas de referência para o saneamento básico;
 - Realização de campanhas, etc.
- > A DIREC aprovou a renovação excepcional do contrato vigente de Comunicação Digital e, ainda em 2021, autorizou a abertura de novo procedimento licitatório, que se encontra em andamento.

(IE) Linguagem Simples

- > Foram implementadas 90% das ações previstas no plano de ação para incorporar a Linguagem Simples na ANA. Cabe ainda destacar os seguintes resultados como evidências de implementação do Plano:
 - 25 pessoas realizaram os cursos indicados na trilha de formação;
 - 20 servidores da ANA participam do espaço institucional de colaboração (equipe Teams);
 - 40% das UORGS da ANA participaram das ações internas;
 - 3.039 visualizações nos webinários e rodas de conversa sobre Linguagem Simples que a ANA participou ou promoveu; e
 - Dois projetos de simplificação concluídos.

(IE) Pesquisa de Imagem

- > Formalização da demanda assinada em 2021 para realização de pesquisa de imagem da ANA cujo processo de contratação está em andamento.

BENEFÍCIOS GERADOS
Aumento do entendimento da sociedade sobre o papel da ANA.
Melhoria da comunicação, transmitindo informações de maneira simples e objetiva para facilitar a compreensão do público-alvo.
Integração e engajamento do público interno nas ações da ANA.

DESAFIOS
Comunicação de forma clara com a multiplicidade de atores.
Comunicação referente a crises hídricas compatibilizada com as demais atividades planejadas de comunicação.
Ajuste do posicionamento de comunicação institucional incorporando as novas atribuições da ANA.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Consolidação da divulgação do Monitor de Secas em grandes veículos de comunicação do Brasil e na mídia regional.
- > Aprimoramento das ferramentas de execução e avaliação de patrocínios.
- > Divulgação do Atlas Irrigação e do lançamento da Rede Monitoramento COVID Esgotos.
- > Divulgação e realização do evento de entrega do Prêmio ANA 2020.
- > Realização de 8 ações de patrocínio e 29 eventos com apoio da ASCOM.
- > Inserção de linha do tempo especial para a capacitação no site de memória institucional. [Acesse](#)
- > Seminários *online* com mais de 28 mil visualizações. Destaque em temas como: Monitoramento COVID Esgotos e o Novo Marco do Saneamento.
- > Campanhas internas de destaque: lançamento do Laboratório de Inovação da ANA, estímulo à adoção dos princípios da Linguagem Simples, Dia da Consciência Negra, Outubro Rosa e Novembro Azul.
- > Realização de 14 processos no Portal de Participação Social da ANA, número recorde de contribuições na história da Agência.

Objetivo Estratégico 6: Alcançar a gestão integrada de recursos hídricos em áreas prioritárias.

Nossos Processos



Cooperação Internacional

- Cooperação Internacional
- Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia Amazônica
- ODS 6 no Brasil

Implementação dos Instrumentos de Gestão

- Planos de Recursos Hídricos
- Cobrança pelo Uso da Água
- Monitoramento, Avaliação e Execução de Ações para Implementação de Planos de Recursos Hídricos

Conservação e Revitalização de Bacias

- Uso Racional e Reúso
- Programa Produtor de Água
- Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes)



Consolidação de Informações

- Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil
- Publicações, Aplicativos ou Painéis Interativos

Sistemas de Informação

- Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)
- Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA)
- Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)

Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

- Outorga de Uso dos Recursos Hídricos

Fiscalização

- Dos Usos de Recursos Hídricos em Rios de Domínio da União

Destaques

Inovação na **gestão compartilhada** na bacia do São Marcos.

Projeto Monitoramento **COVID Esgotos**.

Monitoramento e acompanhamento em **sete bacias hidrográficas prioritárias**: Piranhas-Açu; Verde Grande; Paraíba do Sul; Paranapanema; Paraguai; Doce; e Grande.

Ações de captação de recursos internacionais para **implementação dos Planos de Recursos Hídricos**.

Relatório de **Conjuntura de Recursos Hídricos** com novas bases hidrográficas do Brasil e em formato digital.

Ações com países de bacias transfronteiriças.

Nova edição do **Atlas de Irrigação**.

Gestão de acordos multilaterais que contribuem na implementação de planos de recursos hídricos no Brasil em países transfronteiriços.

Programa Produtos de Águas em áreas prioritárias.

Lançamento da **Base de Bacias Hidrográficas do Brasil** e atualização e detalhamento da Divisão Hidrográfica Nacional, em parceria com o IBGE.

Meta prevista

39

Resultado alcançado

22,88

Iniciativas estratégicas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

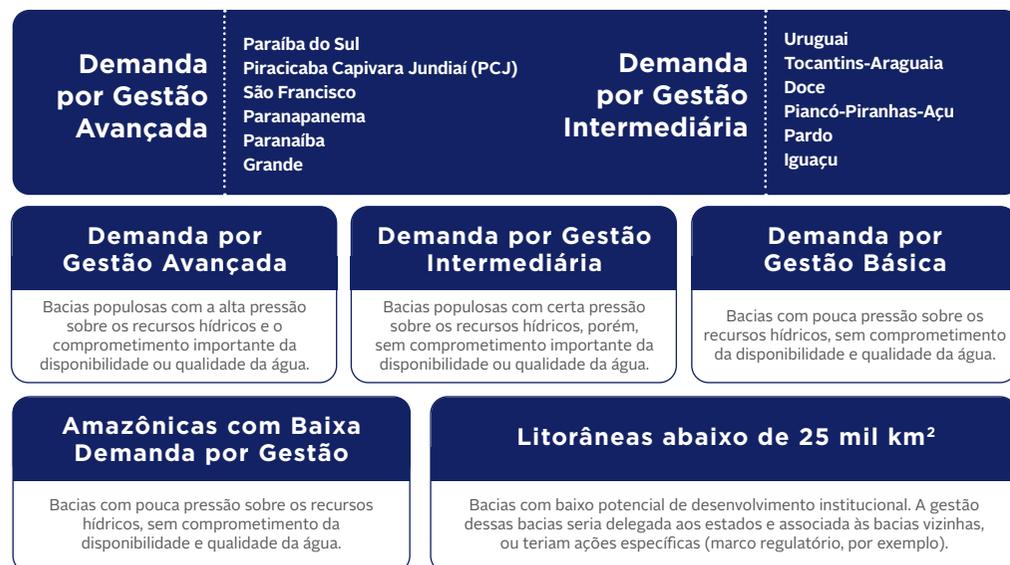
GESTÃO PLANEJADA E INTEGRADA

Alcançar a gestão integrada de recursos hídricos em áreas prioritárias.

Institucionalizar mecanismos, critérios e procedimentos para a atuação coordenada e efetiva em áreas de especial interesse à administração e regulação dos recursos hídricos, inclusive das bacias transfronteiriças considerando os diversos aspectos da gestão integrada de recursos hídricos (água e solo, quantidade e qualidade, águas superficiais e subterrâneas), a cooperação federativa e a articulação das políticas de recursos hídricos com as políticas ambientais, setoriais e locais.

A Política Nacional de Recursos Hídricos determina a bacia hidrográfica como a unidade territorial, a escala de implementação e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Considerando um conjunto de critérios econômicos, sociais, hidrológicos, climáticos e de desenvolvimento, é possível categorizar as bacias hidrográficas segundo o índice de demanda por gestão conforme quadro a seguir.

A ANA priorizou, em 2021, a atuação nas bacias que demandam gestão avançada e intermediária.



Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(POC) Planos e Estudos de Recursos Hídricos/(IE) Elaboração de Planos

- > Elaboração do volume 1 do **Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)**, constituído pelo **Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2021** e apresentação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). [Acesse](#)
- > Publicação do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água. [Acesse](#)

(IE) Programa Implementação de Planos

- > **Meta não alcançada:** acompanhar a implementação dos planos de ação da ANA para as áreas prioritárias. Apesar da proposta de monitoramento dos planos de ação para bacias prioritárias não ter sido deliberada pela Diretoria Colegiada, diversas ações da ANA têm sido direcionadas às bacias prioritárias.
- > Foram monitoradas as seguintes bacias com relação à implementação dos **Planos de Recursos Hídricos** no ano de 2021: Piancó-Piranhas-Açu; Verde Grande; Paraíba do Sul; Paranapanema; Paraguai; Doce; e Grande.
- > Publicação do Manual de Avaliação de Planos de Bacias Hidrográficas. [Acesse](#)

(IE) Projetos Indutores

- > Em 2021 foram desenvolvidas as seguintes ações na implementação de projetos indutores:
 - Articulação iniciada visando à criação da Rede Nascentes do São Francisco;
 - *Webinário* Paranaíba;
 - Iniciada parceria no Programa Mananciais no rio Dois Rios;
 - Realização de curso de Revitalização de Bacias Hidrográficas (Paranaíba /Paranapanema/ Grande + Verde Grande);
 - Celebração de convênio com a Emater/DF para apoio ao **Programa Produtor de Água** na Bacia do Descoberto (Paranaíba); e

Avanço no desenvolvimento do estudo de alternativas para destinação de efluentes sanitários tratados em cinco municípios na bacia hidrográfica do Rio Grande.

(POC) Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos

- > Realizado o levantamento dos métodos que estão sendo utilizados na análise integrada rio/aquífero e as condições de contorno iniciais: “Metodologia e condições de contorno para a definição de áreas relevantes (hot spots) para a implementação da gestão integrada rio/aquífero no Brasil”. Assim, foram definidas bacias-pilotos para testes e posterior início da análise integrada, quais sejam: Alto Tapajós (Aquífero Parecis); Litorâneas do Maranhão (Itapecuru); Grande (Bauru-Caiuá, Guarani).
- > O órgão gestor a ser apoiado será a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (MA) para o estabelecimento de normativo derivado de estudo de águas subterrâneas.

(POC) Gestão da Cooperação Internacional

- > Apoio a implementação das atividades dos 26 projetos vigentes de cooperação internacional, por intermédio de reuniões técnicas virtuais, intercâmbio de informações e ações de capacitação na forma de webinários.
- > Foram desenvolvidas iniciativas e parcerias internacionais por meio da assinatura do Memorando de Entendimento - MOU Austrália e Protocolo de Intenções com o Reino Unido. Além disso, a ANA contribuiu com o MDR em iniciativas semelhantes, a exemplo do Memorando de Entendimento com a Colômbia.

(IE) Progestão – Metas de Cooperação Federativas

- > Alcançada a média de 91% na certificação das metas em nove estados com interface nas áreas de atuação prioritária da ANA. Trata-se de metas que contribuem com compartilhamento de informações para o **Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)**, as **Salas de Situação**, a Segurança de Barragens e o **Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos**.

BENEFÍCIOS GERADOS

Definição de ações de gestão integrada de recursos hídricos por área prioritária.

Geração de informações e conhecimentos sobre recursos hídricos que subsidiam a tomada de decisão para promover a gestão integrada de recursos hídricos.

Fortalecimento da gestão transfronteiriça dos recursos hídricos na América Latina e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

DESAFIOS

Consolidação do modelo de gestão compartilhada na bacia do rio São Marcos incorporando aprendizados para que possa ser usado em outros territórios.

Estabelecimento de parcerias com os estados e comitês de bacias para o Programa Produtor de Água.

Restabelecimento de contatos com prefeituras municipais e suas secretarias em razão de alguns quadros políticos locais (novos mandatários).

Incorporação dos resultados de avaliação do PRODES para aprimoramento do programa.

Implementação da sala de situação na OTCA, estruturar a Unidade de Coordenação do GEF Amazonas e finalizar a fase de preparação do GEF Paraguai.

Implementação do projeto internacional na área de águas subterrâneas no âmbito da Bacia Amazônica.

Replanejamento da implementação dos projetos bilaterais e regionais, bem como outras iniciativas da agenda internacional, em virtude da pandemia.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Conclusão do Atlas Irrigação. [Acesse](#)
- > Conclusão Rede Monitoramento COVID Esgotos. [Acesse](#)
- > Lançamento da Base de Bacias Hidrográficas do Brasil e atualização e detalhamento da Divisão Hidrográfica Nacional, em parceria com o IBGE. A Base de Bacias Hidrográficas do Brasil se configura como referência em relação à delimitação de bacias hidrográficas em diferentes níveis e à Divisão Hidrográfica Nacional para fins estatísticos e geográficos, uma vez que representa as bacias hidrográficas literalmente, e suas respectivas sub-bacias, em diferentes níveis de detalhamento, incluindo transfronteiriças. A Divisão Hidrográfica Nacional representa a divisão do país em áreas homogêneas, que podem ser bacias, grupos de bacias ou considerar outros aspectos políticos, administrativos ou econômicos, ou seja, uma regionalização do território nacional levando em conta a hidrografia.
- > Lançamento do estudo sobre Evaporação Líquida de Reservatórios Artificiais no Brasil, em parceria com a Universidade Federal do Paraná – UFPR, com o aprimoramento da estimativa da evaporação de água de todos os 175 mil reservatórios artificiais brasileiros entre 2001 e 2019. Esse estudo fornece importantes dados e subsídios técnicos para o refinamento do balanço hídrico nas bacias hidrográficas e para a revisão das garantias físicas de Aproveitamento Hidrelétrico -AHs.
- > Realização do estudo sobre estratégias e arranjos institucionais na implementação de Planos de Recursos Hídricos com o objetivo de aumentar a efetividade da implementação.
- > Edição do manual para analisar o desempenho da implementação de planos de bacias.
- > Finalização da coordenação dos trabalhos referentes ao Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, aprovado pela plenária do CEIVAP em 2021.
- > Revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema (PIRH-Paranapanema) com atualização do plano de ações e ajuste das prioridades para a gestão na bacia em seu 2º ciclo de implementação do planejamento, entre 2022 e 2027.
- > Tratativas com o Comitê Rio Dois Rios/RJ, afluente do Paraíba do Sul, visando orientar a **aplicação de recursos da cobrança** em ações de revitalização de bacias.
- > Avaliação multitemática para seleção de áreas prioritárias para implementação do Programa do Produtor de Água na Bacia do Rio São Marco.
- > Elaboração de diretrizes para águas subterrâneas e gestão integrada rio/aquífero no âmbito das propostas da ANA para o novo PNRH 2022-2040.
- > Gestão de acordos multilaterais que contribuem para a implementação de planos de recursos no Brasil e em países transfronteiriços:
 - Realização de encontro regional com os países amazônicos sobre o Projeto da Rede Regional de Qualidade da Água na Bacia Amazônica;
 - Preparação do Projeto GEF (Fundo Global para o meio ambiente) Paraguai em articulação com BID e UNEP;
 - Preparação inicial para Projeto GEF Águas Subterrâneas no âmbito da OTCA;
 - Elaboração de proposta de projeto bilateral de água subterrânea no âmbito da OTCA entre Brasil e Colômbia;
 - Início do Projeto NEXO Água, Energia e Alimentos para Bacia Amazônica em articulação com o BID e OTCA;
 - Elaboração de proposta de projeto de intervenção nacional de água subterrânea no âmbito da OTCA (Alternativas Tecnológicas para o Uso de Água Subterrânea em Sistemas de Abastecimento Público de Comunidades Isoladas da Amazônia); e
 - Negociações de parcerias:
 - a) Banco Mundial e Índia (segurança de barragens);
 - b) IICA (plataforma de capacitação e de tradução simultânea); e
 - c) Office Internacional de l'Eau.

Objetivo Estratégico 7: Fortalecer a sustentabilidade institucional dos entes do SINGREH considerando as diversidades regionais.

Nossos Processos



Iniciativas estratégicas

Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos

- Programa Progestão
- Programa Procomitês
- Contratos de Gestão com Entidades Delegatárias
- Projeto Ferramentas de Gestão de Recursos Hídricos

Articulação

- Atuação Junto às Instâncias Colegiadas



Implementação da PNRH

- Valores Arrecadados pela Cobrança
- Modelo de Governança

Consolidação de Informações

- Relatório de Segurança de Barragens (RSB)
- Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil
- Boletins de Acompanhamento de Sistemas Hídricos
- Publicações, Aplicativos ou Painéis Interativos

Pesquisa, Formação, Disseminação

- Capacitação de Recursos Humanos
- Plataforma ConheceRH - Acervo sobre a Água

Sistemas de Informação

- Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAUH)

Prevenção de Eventos Críticos

- Salas de Situação na ANA

Destaques

Aperfeiçoamento de normas sobre valor e arrecadação da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.

Mais de R\$ 100 milhões arrecadados nas bacias interestaduais para o financiamento dos planos de bacia.

Plano de capacitação em regulação do saneamento.

Fortalecimento dos órgãos gestores de recursos hídricos e dos **comitês de bacias** estaduais.

23 mil pessoas em cursos a distância.

154 mestres formados em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua.

Especialização em Segurança de Barragens para Usos Múltiplos.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

Fortalecer a sustentabilidade institucional dos entes do SINGREH considerando as diversidades regionais.

Contribuir para o desenvolvimento dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), ampliando sua capacidade para melhor exercer suas competências de maneira continuada, integrada e transparente, aprimorando os processos técnicos, administrativos e de representatividade.

A ANA é a principal entidade federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e as suas competências são exercidas em **articulação com os órgãos e as entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**, conforme dispõe a Lei nº 9.984 de 1997. Dessa forma, a implementação passa pela ampliação das capacidades dos entes que compõem o SINGREH para cumprirem com as suas atribuições legais.

A ANA contribui para o fortalecimento dos órgãos gestores estaduais, dos conselhos estaduais de recursos hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais por meio dos Programas de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas e do fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (**Progestão**) e do **Procomitês**, respectivamente. A ANA também atua junto aos comitês de bacias interestaduais e às respectivas Entidades Delegatárias ou de apoio para as quais a Agência repassa os recursos da **cobrança pelo uso da água** arrecadados nas respectivas bacias e destina, também, fundos adicionais à consolidação desses entes. Por fim, a ANA promove diversas iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento de **capacidades de recursos humanos** para a gestão de recursos hídricos.

Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(IE) Agenda ANA para Aperfeiçoamento do SINGREH

- > A Agenda ANA para Aperfeiçoamento do SINGREH - (MDR, CNRH e OGERH) foi elaborada com base nos resultados dos projetos "Diálogos para Aperfeiçoamento da Política Nacional de Recursos Hídricos" (MMA/ANA/

Banco Mundial/IPEA) e "Legado" (ANA), com discussão internamente na ANA. Além disso, foi apresentada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) como contribuição ao novo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que deve ser concluído em 2022. Os resultados preliminares indicam que em sua maior parte ela será considerada.

(IE) Procomitês

- > A média do desempenho dos comitês dos 20 estados e do DF na certificação Procomitês realizada em 2021, referente ao ano 2020, foi de 82%. Cabe salientar que os comitês do DF não obtiveram pontuação devido a questões internas da ADASA, dessa maneira, excluindo-se o DF, o resultado médio alcançado pelo conjunto dos comitês foi de 86%.

(IE) Progestão: fortalecer a cooperação federativa e os sistemas estaduais de gestão

- > 90% dos estados alcançaram níveis de exigência 7 das nove variáveis apontadas no referencial básico de avaliação elaborado pelo IPEA nos 26 estados.

(POC) Cobrança pelo uso de recursos hídricos/(IE) Agenda Cobrança

- > Contratado estudo sobre a cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, com previsão de entrega do relatório final até abril/2022.
- > Contratado estudo para desenvolver alternativas de compensação a usuários em rios de domínio da União cujos usos foram restringidos em situações de seca.

(IE) Plano de Desenvolvimento de Competências

- > Formadas 23.489 pessoas na modalidade a distância e remota, superando a meta anual de 9.000 pessoas; quatro trilhas de aprendizagens desenvolvidas com publicação prevista para 2022; 154 defesas de mestrado; 40 objetos educacionais produzidos e migração do repositório de objetos educacionais da **Plataforma ConheceRH** para o Sophia em integração com o acervo da biblioteca da ANA.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Elaboração e implantação de evoluções do sistema digital de cobrança pelo uso da água - DIGICOB.
- > Representação da ANA como apoio técnico ao CNRH .
- > Elaboração e lançamento do Plano de Capacitação em Regulação do Saneamento.
- > Lançamento da Jornada de capacitação para Colegiados do SINGREH.
- > Implementação de Especialização em Segurança de Barragens para Usos Múltiplos (ANA/UFBA).
- > Realização da Jornada de Capacitação para Membros de Colegiados do SINGREH com sete encontros que contaram com a participação de 1.600 pessoas.
- > Realização de Ciclo de Webinários Internacionais, no âmbito de uma disciplina do ProfÁgua, que trouxe experiências de sete países sobre gestão integrada de recursos hídricos e a sua relação com o ODS 6. Participação de 1.806 pessoas.
- > Desenvolvimento de ações voltadas para inserção da temática da água na Educação Básica e no Ensino Fundamental por meio da contratação de três consultores para desenvolvimento de jogo educativo gamificado, trilha de aprendizagem e estruturação de curso de ODS.
- > Publicação da Portaria nº 376, de 1º de junho de 2021, que aprova o Regulamento de Procedimentos Patrimoniais aplicado às Entidades Delegatárias.
- > Realização de nove eventos relacionados a temas pertinentes aos contratos de gestão, com vistas à capacitação das Entidades Delegatárias e dos comitês de bacia hidrográfica.
- > Publicação da Resolução ANA nº 113, que estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2022.
- > Publicação da Resolução ANA nº 98, que delega à Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União existentes em áreas inseridas em Unidades Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba.
- > Publicação da Resolução ANA nº 94, que "estabelece normas sobre gestão patrimonial dos bens móveis sob a guarda das Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água, no âmbito dos contratos de gestão celebrados com a ANA.

- > Realização de sete webinários internacionais, três deles em parceria com a USGS, EPA e ProfÁgua, com apresentações técnicas sobre temas relacionados à gestão e regulação de recursos hídricos, que contaram com a participação de 1.169 pessoas.
- > Realização da Jornada de Capacitação para Colegiados do SINGREH com a realização de dez encontros de 3 horas que envolveram 2.506 pessoas.

Atualmente, a ANA tem seis **Contratos de Gestão** firmados com organizações sem fins lucrativos (Entidades Delegatárias), que exercem funções de competência de Agências de Água nas Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, São Francisco, PCJ, Doce, Paranaíba e Verde Grande. Além disso, a Agência é parceira de entidades de apoio que exercem apenas funções de secretaria executiva nas Bacias Hidrográficas do Piancó-Piranhas- Açú, Grande e Paranapanema, conforme ilustradas no mapa a seguir:



A **cobrança pelo uso da água** é prevista pela Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997. Tem os seguintes objetivos: obter verba para a recuperação das bacias hidrográficas brasileiras, estimular o investimento em despoluição, dar ao usuário uma sugestão do real valor da água e incentivar a utilização de tecnologias limpas e poupadoras de recursos hídricos. **Essa arrecadação não é um imposto ou tarifa** cobrado pelas distribuidoras de águas na cidade, mas, sim, uma remuneração pelo uso de um bem público.

O valor da cobrança é escolhido a partir da participação dos usuários, da sociedade civil e do poder público, no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Um dos parâmetros para definir os valores é bem simples: quem usa e polui mais os corpos de água, paga mais; quem os usa e os polui menos, paga menos.

A ANA tem a competência de arrecadar e repassar os valores das cobranças (apenas dos recursos hídricos de domínio da União) à Agência de Água da Bacia ou à entidade encarregada das funções de Agência de Água que integra o SINGREH. Logo a seguir, apresentamos um quadro que contém a evolução da arrecadação instituída nos comitês de bacia interestaduais, com os respectivos valores cobrados e coletados no período:

INSTUMENTOS DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS IMPLEMENTADOS DE FORMA INTEGRADA NAS BACIAS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO			
	2018	2019	2020	2021
Número de comitês de bacias interestaduais com a cobrança aprovada e Entidade Delegatária indicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.	6	6	6	6
Valores cobrados por comitês de bacias interestaduais (em R\$ milhões).	R\$ 74,27	R\$ 99,98	R\$ 119,52	R\$ 112,38
Valores arrecadados por comitês de bacias interestaduais (em R\$ milhões).	R\$ 74,83	R\$ 82,15	R\$ 87,42	R\$ 102,73

BENEFÍCIOS GERADOS
Promoção do fortalecimento dos entes do SINGREH por meio de descentralização das ações de capacitação junto aos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas, além do desenvolvimento de competências dos seus integrantes.
Fortalecimento da cooperação federativa com melhorias no compartilhamento de dados e informações da gestão estadual de recursos hídricos.
Maior efetividade na atuação de órgãos gestores estaduais de recursos hídricos.
Comitês de bacias estaduais fortalecidos por meio da implementação das metas previstas no Procomitês.
Realização de capacitação das Entidades Delegatárias e dos comitês de bacia hidrográfica.
Descentralização das ações e do fortalecimento de capacidades dos atores do SINGREH.

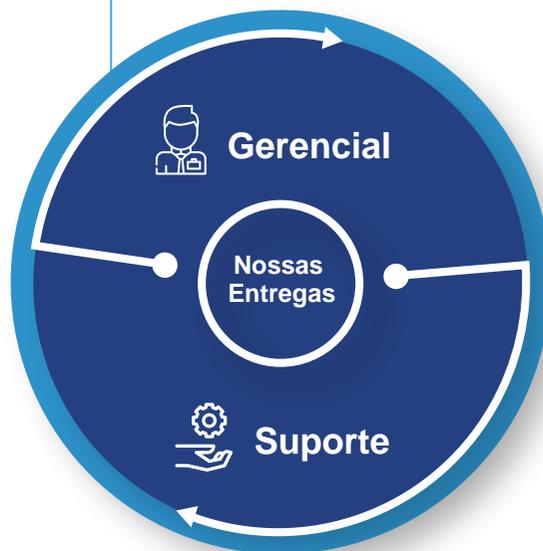
DESAFIOS
Aprimoramento das ferramentas tecnológicas necessárias para um serviço de ensino a distância (EAD) de qualidade, tais como: portal, repositório de material didático e sistema de banco de dados e gestão de cursos e alunos.
Ferramentas de TI ainda em desenvolvimento, em especial o DIGICOB.
Atualização e migração dos cursos de educação a distância da ANA para a Enap.
Implementação do Plano de Capacitação em Regulação de Saneamento.
Aprovação na Diretoria Colegiada da proposta do 3º ciclo do Programa Progestão.

Objetivo estratégico 8: Garantir processos integrados de apoio à decisão e gestão de temas transversais.

Nossos Processos



- Apoio à Governança
- Planejamento Estratégico
- Plano de Gestão Anual
- Relatório de Avaliação da Estratégia
- Relatório de Gestão, Atividades e Prestação de Contas
- Agenda Regulatória e Informes
- Estoque Regulatório
- Diálogo Político com a OCDE
- Articulação com Agências Reguladoras
- Apoio ao Processo Decisório



Destaques

Melhoria da **qualidade regulatória**.

53% da Agenda Regulatória concluída.

Publicação do **Manual de Elaboração dos Atos Regulatórios**.

Regimento interno adequado às novas competências do saneamento básico.

Nível de maturidade de **governança** institucional **aprimorado**.

Aperfeiçoamento do **monitoramento da estratégia e de riscos**.

Criação de **painéis gerenciais** de monitoramento da estratégia, metas anuais, riscos, agenda regulatória e orçamento.

Criação de **centro de memória da ANA**.

Implementação da LGPD na ANA.

Transparência Ativa da ANA alcançou 80% dos itens previstos.

Fortalecimento das ações de **integridade**.

Iniciativas estratégicas



OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Fortalecer a governança da instituição a fim de alinhar esforços para o alcance da segurança hídrica no país.

Promover um conjunto de mecanismos de liderança, estratégica e controle direcionados a melhorar os processos decisórios baseados em evidências, promover a melhoria regulatória, aperfeiçoar a gestão, prevenir desvios de conduta e prestar serviços à sociedade para o alcance da segurança hídrica no país.

A tática institucional passa pela implementação de Iniciativas Estratégicas e de Processos e Operações Continuadas, que deve ter como princípios a transparência, a simplificação de procedimentos, a integração entre os métodos de trabalho na busca de eficiência e de elementos para tomada de decisão. Nos últimos anos, diversos normativos trouxeram elementos fortalecendo a governança pública.

Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(IE) Programa de Qualidade Regulatória

- > Foram implementados cinco projetos no âmbito do Programa de Qualidade Regulatória por intermédio das seguintes realizações:
 - Publicação do Manual de Elaboração dos Atos Regulatórios da ANA (Resolução nº 102/2021);
 - Elaboração de proposta de consolidação de seis resoluções relativas ao **PRODES**;
 - Realização de dois workshops ANA-OCDE sobre governança e instrumentos econômicos na bacia do Piancó-Piranhas-Açu em maio/setembro de 2021;
 - Elaboração do painel gerencial sobre a execução dos temas da Agenda Regulatória 2020-2021; e
 - Realização da análise de conformidade para sete relatórios de AIR; cinco documentos de abertura do processo regulatório e cinco dispensas de AIR.

(IE) Programa de Melhoria da Gestão

- > Implementados cinco projetos no âmbito do Programa de Melhoria de Gestão por intermédio das seguintes realizações:
 - Revisão do PEI concluída;
 - Portal de Governança publicado, [@Acesse](#);
 - Painéis gerenciais interativos publicados, [@Acesse](#);
 - Estruturação da base de dados de processos;
 - Campanha interna de fortalecimento da governança corporativa realizada;
 - Dois Regimentos Interno no ano de 2021 (Resolução ANA nº 86, de 5 julho de 2021 e Resolução ANA nº 104, de 8 de outubro de 2021) publicados;
 - Quatro reuniões do Comitê de Governança, [@Acesse](#); e
 - Duas reuniões de avaliação da estratégia realizadas, com publicação dos respectivos relatórios de avaliação da estratégia, [@Acesse](#).
- > O Grupo de Trabalho de revisão e modernização da Resolução nº 348/2017 elaborou relatórios e minutas de portarias para o aperfeiçoamento dos procedimentos internos de contratação e celebração de parcerias. O processo em 2022 passará por consulta interna e depois será submetido à Diretoria Colegiada.

(POC) Governança e Gestão de TI

- > **Meta não alcançada:** Implementar ferramenta para avaliação da satisfação dos usuários com os serviços prestados pela ANA. A solução foi identificada, entretanto, não foi possível implementá-la em 2021, previsão de implementação em 2022.

(IE) Memória Institucional de temas relevantes

- > Implementar duas ações de memória institucional: exposição virtual sobre a capacitação da ANA e a criação de centro de memória da ANA com o objetivo de contribuir para a gestão do conhecimento e a memória institucional da Agência.

(IE) Gestão do Conteúdo

- > Foram implementadas as seguintes ações de gestão de conteúdos:
 - Disseminação seletiva de informações (100%);
 - Divulgação do conteúdo do acervo da ANA pelo Yammer – rede social interna (100%);
 - Criação do carrossel temático no Sophia, com atualização do banco de imagens da ANA (70% - novas funcionalidades); e
 - Disponibilização de temas do DesenvolveRH com conteúdo no Sophia: 168 títulos de novas publicações foram inseridos no sistema.

(POC) Gestão da Segurança da Informação

- > Para o desenvolvimento das ações voltadas à segurança da informação na ANA, foi elaborado um plano de ações para implementação de atividades em 2022, com base nas seguintes linhas de atuação:
 - Cultura SIC: segurança da informação e comunicação é responsabilidade de todos “Uma corrente é tão forte quanto seu elo mais fraco”.
 - Normas: diretrizes e normas formalizam e deixam claro como a ANA deseja tratar seus recursos de informação.
 - Operação/ Monitoramento: hardware e software (HW & SW) especializados em SIC aliados a pronta resposta a incidentes de segurança para continuidade dos negócios.
 - LGPD: a privacidade e proteção dos dados depende fortemente das medidas de segurança cibernética adotadas, assim a participação no Plano de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) se mostra essencial.

(IE) Ouvidoria

- > Em 2021, foi designado um servidor da ANA para atuar na Coordenação de Ouvidoria (COOUV), embora ainda se aguarde a aprovação pelo Senado Federal e a nomeação de Ouvidor pelo Presidente da República. A participação da nova unidade na Comissão LGPD/ANA resultou em adequação de rotinas, processos e documentos produzidos pela UORG às normas sobre tratamento de dados pessoais, aumentando a segurança, principalmente no caso de proteção ao denunciante. Houve atendimento de 80% dos itens de Transparência Ativa da ANA.

(POC) Correição

- > Em 2021 foram implementadas as seguintes ações de correição e integridade: publicação do Manual de Procedimentos Correcionais; inclusão da campanha de integridade nos canais de divulgação da ANA e disponibilização do Mapa de Integridade do biênio.

(IE) Auditoria

- > Em 2021, foram executadas sete do total de nove auditorias previstas no PAINT/2021, e uma auditoria extraordinária, além de outros trabalhos previstos no Plano. [Acesse](#) o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2021 para mais informações. Houve também a realização do II Fórum de Boas Práticas de Contratações. [Acesse](#)

(POC) Gestão da Cooperação Internacional

- > Implementada a parceria com a Universidade das Nações Unidas – Instituto da Água, Meio Ambiente, e Saúde para promoção do alcance das metas do [ODS 6 no Brasil](#) e na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). A experiência em relação a ODS 6 será repassada aos países da CPLP em evento a ser realizado.

BENEFÍCIOS GERADOS
Promoção do alinhamento de esforços institucionais para o alcance dos objetivos estratégicos.
Procedimentos íntegros e tomada de decisão baseada em evidências.
Preservação da memória institucional e promoção da gestão do conhecimento.
Estratégia organizacional monitorada.
Processos de trabalho simplificados e redução da burocracia.
Mecanismos de controle, conformidade e transparência.

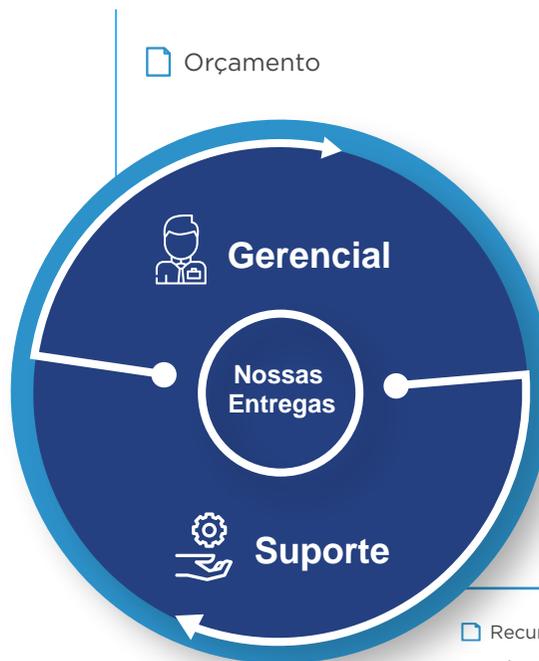
DESAFIOS
Consolidação da Governança Corporativa e Regulatória, mantendo a qualidade dos pontos fortes e o aperfeiçoamento das fragilidades.
Contratações de apoio como os serviços de escritório de projetos e apoio à governança de TIC, melhorias para datacenter e segurança da informação.
Implementação de Medidas Preventivas Gerais de Integridade relacionadas às instâncias de integridade da ANA.
Aprimoramento do tratamento interno às temáticas de conflito de interesse, nepotismo e transparência pública.
Impacto na execução dos trabalhos de auditoria em decorrência do trabalho remoto, considerando que as unidades auditadas (Entidades Delegatárias) necessitavam digitalizar documentos.
Implementação de nova metodologia de auditoria baseada em riscos, o que demandou uma curva de aprendizado maior por parte da equipe de auditoria.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Fortalecimento da Governança Corporativa constatado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública – iGG 2021, no qual a ANA avançou para o nível aprimorado de governança.
- > Adaptação institucional para prestação de contas *online*.
- > Implementação de nova metodologia de trabalho de auditoria baseada em riscos.
- > Apoio para zerar as restrições contábeis da ANA.
- > Capacitações junto às Entidades Delegatárias para o aprimoramento do processo de novo Contrato de Gestão e Plano de Aplicação Plurianual – PAP.
- > Aprovação do Estatuto de Auditoria Interna.
- > *Webinário* sobre Inovações Tecnológicas na Gestão de Recursos Hídricos, que contou com a participação de cerca de 30 técnicos de dez países no âmbito da CPLP.
- > Campanhas de conscientização em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Objetivo Estratégico 10: Alocar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Nossos Processos



Recursos Tecnológicos, Financeiros e Logísticos Alocados

Contratos, Convênios e Parcerias Firmadas

Destaques

Nota máxima na avaliação do TCU, no critério de Gestão Orçamentária, no Índice Integrado de Governança e Gestão Pública.

Infraestrutura tecnológica mantida e atualizada.

87% dos recursos da **Fonte 183** foram alocados em Iniciativas estratégicas.

Implementados 83% do Plano de Ação Anual do PDTI.



Iniciativas estratégicas



OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Alocar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Dimensionar e empregar de forma otimizada os recursos tecnológicos, financeiros e logísticos nas ações estabelecidas no Planejamento Estratégico da ANA para o alcance dos objetivos e das metas previstas.

Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(POC) Gestão de Logística/Licitações, Contratos e Convênios

- > O serviço de tradução para as ações da Agenda Internacional encontra-se em processo de contratação.
- > Em 2020, foram inscritos e reinscritos em Restos a Pagar o total de R\$ 104,9 milhões. No exercício de 2021, foram inscritos e reinscritos o total de R\$ 69,7 milhões. Assim, tal cenário representa uma queda de 33,6% em relação a 2020.
- > **Meta não alcançada:** reduzir o tempo médio entre a formalização da demanda e a assinatura do contrato para menos de 100 dias na modalidade pregão eletrônico. Foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de revisar e atualizar a Portaria nº 348, de 6 de março de 2017, que aprovou os fluxos de tramitação de processos administrativos. Está sendo editada uma portaria de atualização dos trâmites processuais no âmbito da ANA, na qual se espera uma redução dos prazos.
- > **Meta não alcançada:** criar pesquisa de satisfação dos servidores em relação ao serviço de infraestrutura predial e mobiliário. A pesquisa não foi aplicada em razão de a maioria dos servidores estarem em trabalho remoto em decorrência da pandemia de Covid-19.

(POC) Orçamento e Finanças

- > O índice de despesa em relação à dotação orçamentária relativa à Fonte 183 foi de 87%, o percentual é o menor dos últimos dez anos. A baixa execução teve entre suas causas a inexecução dos contratos de serviços que ocorrem em campo, especialmente na operação da Rede Hidrometeorológica Nacional e nos contratos de serviços de campo da fiscalização e da regulação, devido à pandemia de Covid-19. Em decorrência da baixa execução no exercício, a Diretoria Colegiada da ANA, quando da aprovação da PLOA 2022, deliberou que os recursos destinados às novas contratações e celebrações de Termo de Execução Descentralizada (TED) que, até 31 de maio de 2022, não tenham sido avaliadas quanto à conformidade do pleito em relação às diretrizes estratégicas e à programação orçamentária de 2022, terão seus recursos disponibilizados para remanejamento orçamentário entre as demais Ações e Planos Orçamentários, de modo que os recursos sejam otimizados durante a execução orçamentária e financeira de 2022.

(POC) Gestão da Infraestrutura de TI

- > Realizada Pesquisa de Satisfação com os usuários dos serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Valor medido: 84,6%. Os resultados estão disponíveis no Portal TI. [Acesse](#)
- > Ao longo de 2021, foram realizadas as seguintes ações para manter e atualizar a infraestrutura tecnológica da ANA:
 - Implantação da infraestrutura da ANA em formato híbrido (nuvem pública e privada); Implantação de nova solução de *firewall*;
 - Ampliação do link de internet para o dobro da capacidade do link anterior, aumentando a conectividade da Agência;
 - Contratação da Telefonia VOIP para a ANA com objetivo de integrar e melhorar a comunicação;
 - Definição da estratégia de uso da *cloud computing*;
 - Contratações da aquisição de equipamentos para usuários finais (Desktops, Notebooks, Monitores e Tablets); e
 - Projeto para contratação do novo datacenter para a ANA na forma de container.

(IE) Governança e Gestão de TI

- > Foram implementados 83% do Plano de Ação Anual do PDTI relacionado a sistemas, sendo atendidas 31 das 41 ações previstas no PDTIC. Além disso, foram executadas mais três ações mandatórias.

BENEFÍCIOS GERADOS

Alocação eficiente dos recursos em ações planejadas.

Ampliação da capacidade de entrega de soluções de TI.

DESAFIOS

Contratação de apoio ao desenvolvimento de sistemas.

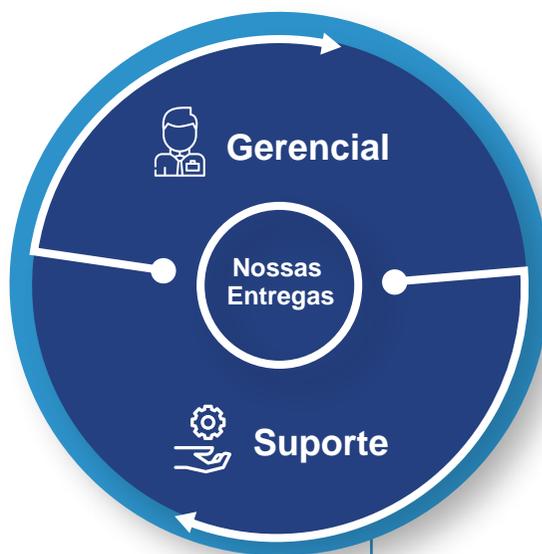
Manutenção dos recursos financeiros da ANA da Fonte 183 e recursos para as novas atribuições ligadas ao saneamento.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Acompanhamento de discussões da LDO/Projeto de Lei nº 2337/2021, que colocam em risco a principal fonte de recursos da ANA (Fonte 183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos).
- > A ANA obteve nota máxima no Índice de Gestão Orçamentária (100%), nível aprimorado no Índice de Governança e Gestão de TI (77%) na avaliação do TCU no Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública – iGG 2021.
- > Efetivação do pedido de suplementação orçamentária por excesso de arrecadação e restituição de despesas de exercícios anteriores da Fonte 116 no valor total de R\$ 57,78 milhões.

Objetivo Estratégico 11: Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas e o engajamento da força de trabalho.

Nossos Processos



- Servidores Capacitados
- Qualidade de Vida no Trabalho

Destaques

Projeto de dimensionamento da força de trabalho.

Vacinação contra H1N1 (gripe) para os servidores e colaboradores da ANA.

Estudos sobre a regulamentação do Programa de Gestão.



Iniciativas estratégicas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

GESTÃO DE PESSOAS

Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas e o engajamento da força de trabalho.

Promover o desenvolvimento, a ampliação, a renovação, o aprimoramento da força de trabalho com vistas à sua adequada alocação, de forma a compatibilizar os quantitativos e as competências do quadro técnico e administrativo da ANA com as demandas e prioridades institucionais, estimulando o compromisso, a motivação das equipes e a qualidade de vida no trabalho.

Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(POC) Administração de Pessoal / Capacitação de Desenvolvimento dos Servidores

- > **Meta não alcançada:** avaliar a porcentagem de servidores com desempenho adequado no DesenvolveRH. A avaliação de servidores com desempenho adequado no DesenvolveRH foi realizada em 2018, e foi utilizada como base para o Plano Plurianual da ANA de 2019 a 2022. Com a implementação do DFT e do Programa de Gestão, o desempenho dos servidores poderá ser avaliado por essas novas iniciativas.
- > No Programa de Qualidade de Vida da ANA, foi realizado, no 1º semestre de 2021, um evento em celebração ao Dia Internacional da Mulher, com o Comitê de Equidade de Gênero (CPEG/ANA), e, no 2º semestre, foi realizado o evento *online* ArraiANA, que sorteou 20 cestas julinas, com comidas típicas, em parceria com a Associação dos Servidores da ANA (Aságuas). Os eventos objetivam integrar e promover a qualidade de vida dos servidores e colaboradores da Agência.

(IE) Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT

- > Em função das restrições orçamentárias no final do exercício de 2021, fez-se necessária a suspensão temporária do Projeto DFT, mas, até a paralisação, foi realizada a fase qualitativa de 54 Unidades Organizacionais - UORGs das 61 previstas, ficando para a próxima etapa o levantamento quantitativo das entregas e a avaliação do esforço.

(IE) Teletrabalho

- > Em 2020 foi criado um grupo de trabalho para instituir o programa de gestão que define os procedimentos gerais e disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes nas modalidades presencial e teletrabalho, em regime de execução parcial ou integral. O grupo concluiu os seus trabalhos em maio de 2021, aguardando deliberação da DIREC.

BENEFÍCIOS GERADOS

Prevenção para a saúde dos servidores e colaboradores da ANA.

Alocação eficiente de servidores na ANA.

DESAFIOS

Falta de regulamentação do teletrabalho na ANA.

Melhorias do Sistema Informatizado de Capacitação - SIC.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > No primeiro semestre de 2021, foi realizada a campanha de vacinação contra a H1N1 (gripe) para os servidores e colaboradores da ANA.
- > Implantação em ambiente de homologação do Sistema de Gerenciamento de Trabalho Remoto.
- > Implantação em ambiente de homologação e de produção do Sistema Dimensionamento de Força de Trabalho.

Objetivo Estratégico 13: Incorporar inovações tecnológicas e gerenciais em processos e projetos da ANA.

Nossos Processos

Finalísticos

Fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Planejamento e informações de recursos hídricos

Processo decisório

Regulação de recursos hídricos

Gestão estratégica

Relações institucionais

Regulação de saneamento básico

Conformidade legal e operacional

Eventos críticos
Monitoramento hidrológico

Integração da Gestão de Recursos Hídricos

Gestão de documentos e publicações

Administração e finanças

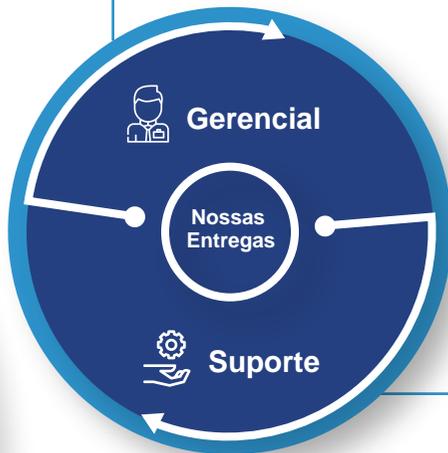
Gestão de pessoas

Gestão de tecnologia da informação



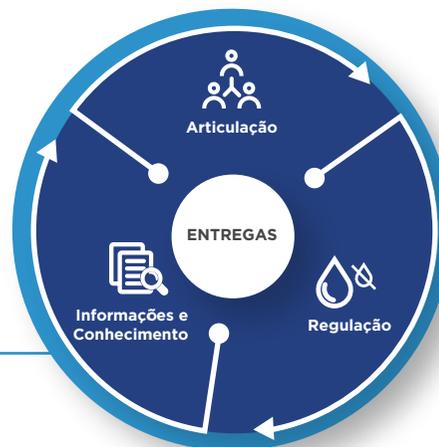
Iniciativas estratégicas

- Inovação em Produtos, Processos e Serviços
- Governança de TI



- Sistemas e Aplicativos de Suporte
- Infraestrutura de TICs
- Inovação Tecnológica
- Segurança da Informação
- Service Desk
- Automação de Processos
- Plano de Transformação Digital
- Proteção de Dados

- Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)
- Sistema de Acompanhamento de Reservatório (SAR)
- Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)
- Sistema de Acompanhamento do Setor Elétrico (SAMSE)
- Sistema de Atos Normativos
- Aplicativos



Destaques

Inovação em sistemas de recursos hídricos.

Inovações no **processo de fiscalização** com implantação do monitoramento remoto ao longo do rio Verde Grande (BA/MG) e Javaés (TO).

Automonitoramento do uso de recursos hídricos via **aplicativo** DeclaraÁgua.

Login Único do Governo Federal no Sistema de Participação Social e no Sistema de Banco de Imagens da ANA.

Ferramenta para **integração** entre estados e a união dos dados de usuários de recursos (webservices).

Integração de serviços no Portal do Usuário de Recursos Hídricos.

Ajustes REGLA para o Marco Regulatório da bacia do rio São Marcos.

Sistema para receber dados dos novos normativos ligados ao **saneamento**.

Mapeamento de dados e **prototipação** do módulo cidadão do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB.

Nova versão do Portal de Metadados Geoespaciais da ANA.

Criação do **Laboratório de Inovação** da ANA.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

INOVAÇÃO

Promover a inovação de serviços, processos, projetos e tecnologia voltados para garantir a segurança hídrica do país.

Promover a cultura da inovação nos processos de trabalho, nas ações e nas atividades gerenciais da ANA, e criar espaços institucionais que favoreçam a geração de ideias, a busca de soluções criativas, a incorporação e o uso otimizado de tecnologias.

Entre as ações previstas no PGA 2021 para alcançar este objetivo, destacamos:

(IE) Gestão do Conhecimento e Inovação

- > Criação do Laboratório de Inovação, por intermédio da Portaria nº 387, de 5 de novembro de 2021, com a realização de campanha interna e evento para o lançamento do laboratório.

(POC) Gestão de Documentos e Publicações

- > **Meta não alcançada:** implementar a integração entre o Sistema Próton e o Barramento de Processos do PEN, visando à implantação de novo sistema de documentação na ANA e integração com outros órgãos da Administração Pública Federal. Existe uma restrição para integração da plataforma de gestão de documentos da ANA (Próton) ao PEN. A empresa contratada, Ikhon, informou ter tido algumas dificuldades, mas já está em articulação com o Ministério da Economia e outros órgãos para viabilizar a solução. Uma das dificuldades encontradas é que no Sistema Próton existe o elemento 'documento' e o elemento 'processo'. Já no Sistema SEI existe somente o elemento 'processo'. Segundo a empresa, há previsão para concluir a integração em novembro/2022.

(POC) Gestão da Segurança da Informação

- > Implementado o uso do Login Único do Governo Federal no **Sistema de Participação Social** e no Sistema de Banco de Imagens da ANA. No **Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA)** houve uma dificuldade técnica, pois ele utiliza também o CNPJ para conexão ao sistema. Essa

alteração nos sistemas a serem implementados foi realizada no Plano de Transformação Digital do MDR.

(IE) Projeto de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nos processos de Gestão de Recursos Hídricos, Segurança de Barragens e Saneamento Básico

- > Foram desenvolvidos no primeiro semestre de 2021, no âmbito do acordo para implementação do novo sistema de informações hidrológicas (Novo Hidro/ UFLA), produtos relacionados ao Eixo 4 (Regulação e Fiscalização), Eixo 6 (Laboratório de Inovação) e Eixo 7 (Saneamento Básico). Não houve execução no segundo semestre do Novo Hidro por falta de equipe da UFLA. Entregas do TED - ANA/UFLA: Design do novo site Atlas Abastecimento Urbano de Águas; Ferramenta para integração entre estados e União dos dados de usuários de recursos (webservices); Portal do Usuário de Recursos Hídricos; Ajustes REGLA para o Marco Regulatório do bacia do rio São Marcos; Design do sistema da DAURH para o público externo; Jornada de inovação e descoberta na SAS; Jornada de inovação e descoberta na SIP; Jornada de inovação e descoberta que fez um diagnóstico da Governança de Dados; Sistema para receber dados dos municípios sobre resíduos sólidos; Sistema para receber dados dos prestadores de serviços de água e esgoto (SASB); Mapeamento de dados e prototipação do módulo cidadão do SNISB. Contudo, não houve execução do Novo Hidro em 2021 por falta de equipe da UFLA e pela complexidade do sistema. Espera-se que a continuidade do TED - ANA/UFLA possa permitir o avanço no desenvolvimento das soluções tecnológicas envolvidas com o Novo Hidro.
- > Na bacia do rio São Marcos, que abrange as áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais, foram promovidas inovações, como: a integração de banco de dados, a geração de balanço hídrico adequado, o monitoramento integrado de recursos hídricos e a criação de um portal de usuário de recursos hídricos.

(IE) Novas tecnologias no processo de fiscalização

- > No âmbito do TED com a UFT para implantação do monitoramento remoto ao longo do rio Verde Grande (BA/MG), foi realizado pela UFT, visitas a 88 usuários outorgados e elaborado o diagnóstico das captações de água para implementação de sistemas de telemetria. A instalação dos equipamentos deveria ter sido realizada ao final de 2021, porém, houve atraso na entrega, sendo adiada para fevereiro/2022. Com relação ao Javaés (TO), todos os 11

usuários outorgados em operação instalaram o equipamento de medição de vazão com telemetria.

- > O automonitoramento do uso de recursos hídricos via aplicativo DeclaraÁgua: na bacia do rio Verde Grande (MG/BA), o app está implantado para os principais usuários da bacia (32). Para a bacia do Pardo (Machado Mineiro, MG/BA) estão sendo monitorados 16 usuários, cuja implantação foi prejudicada pelas fortes chuvas no final de 2021, que inundou os equipamentos dos usuários. Para o São Marcos (MG/GO) 19 dos 27 usuários estão sendo monitorados. O Piranhas (PB/RN) é a bacia com maior dificuldade de implantação, foram realizadas duas campanhas exclusivas com esse objetivo.

(IE) Gestão da Infraestrutura de TI

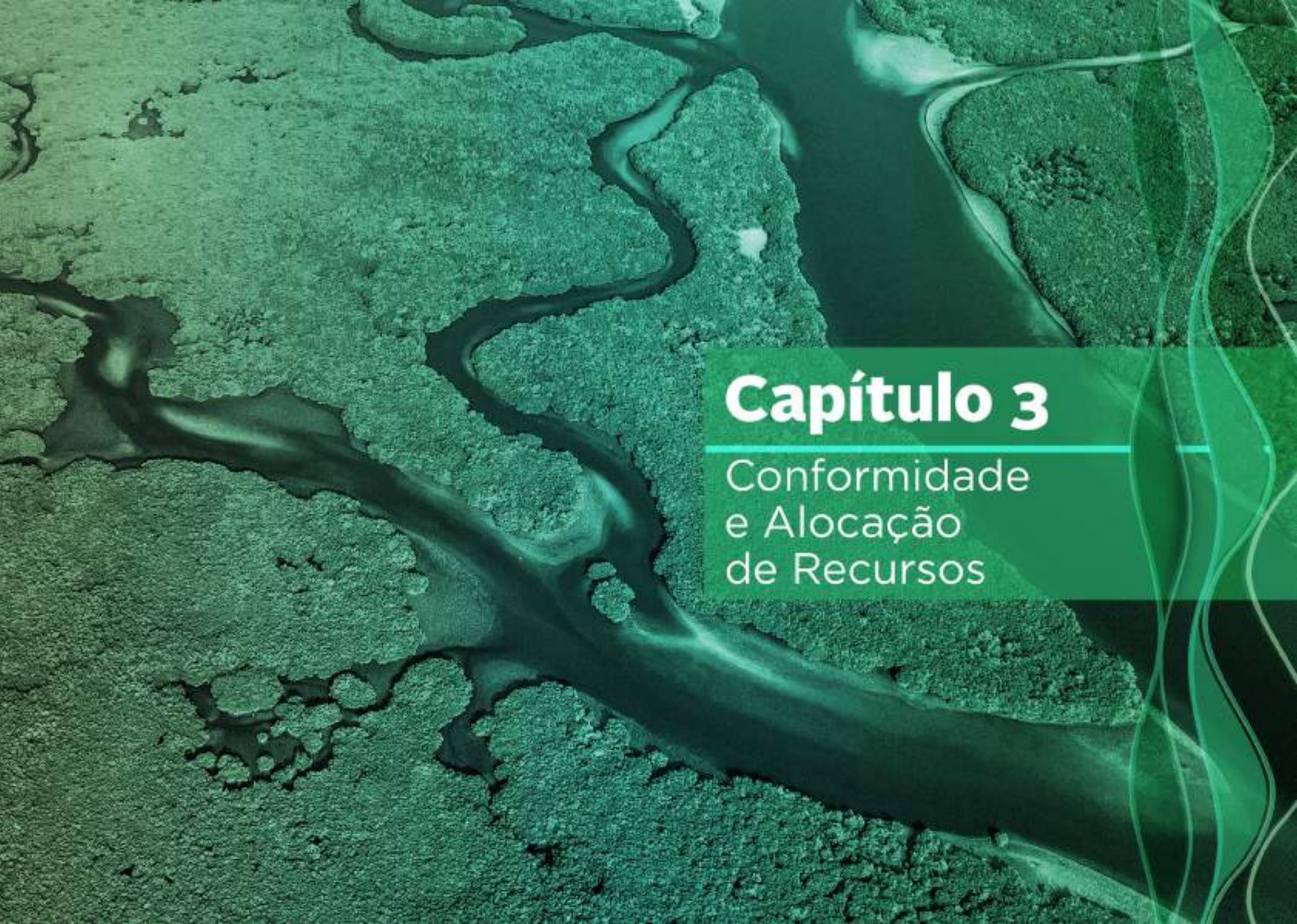
- > Implantado inteiramente no ambiente de nuvem no Projeto GEONODE.

BENEFÍCIOS GERADOS
Inovação na gestão com vistas a melhorar a qualidade dos serviços prestados e contribuir para o desenvolvimento de soluções para resolver desafios da gestão e regulação.
Experiência facilitada ao cidadão nos serviços da ANA.
Implementação da gestão integrada com informações e bases integradas e melhoria na efetividade da gestão e informações adequadas para a tomada de decisão.
Redução dos riscos de não atendimento às demandas pela água nas bacias/ regiões críticas e promoção do engajamento dos usuários no uso racional da água.

DESAFIOS
Falta de garantia do parque tecnológico.
Trabalho remoto para o desenvolvimento de sistemas.
Validação de todos os endereços de aplicações e páginas da internet dos domínios ANA e SNIRH.
Contratação de apoio ao desenvolvimento de sistemas.

OUTRAS REALIZAÇÕES:

- > Entrega do webservice da integração GAN-CNARH no âmbito do TED ANA/UFT (dados de medição de captação de água de usuários de recursos hídricos para o processo de fiscalização).
- > Análise de impacto da atualização da base de massas d'água nos sistemas de regulação e de trechos de cursos d'água.
- > Painel de Comunicação do Portfólio de Projetos de TIC.
- > Estruturação do Laboratório de Inovação.
- > Estruturação dos processos de contratações estratégicas de soluções de TIC.
- > Nova versão do Portal de Metadados Geoespaciais da ANA.

An aerial photograph of a river delta, showing a large river branching into many smaller channels that spread out across a flat, low-lying area. The water is dark, and the surrounding land is a lighter, textured brown. A semi-transparent green rectangular box is overlaid on the right side of the image, containing the chapter title and subtitle in white text.

Capítulo 3

Conformidade
e Alocação
de Recursos

A Lei Orçamentária Anual de 2021 consignou à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), inicialmente, a autorização de gastos totalizando R\$ 319,8 milhões, que, após os cancelamentos e as suplementações, resultou em uma dotação final de aproximadamente R\$ 447 milhões.

Em 2021, do montante total autorizado à ANA, foram empenhados aproximadamente R\$ 420 milhões, sendo R\$ 405 milhões como despesas correntes (R\$ 300 milhões - Outras Despesas Correntes e R\$ 105 milhões - Despesas com Pessoal: ativos, inativos e pensionistas) e R\$ 15 milhões como investimentos.

Do montante total empenhado, R\$ 358,3 milhões foram pagos no exercício financeiro de 2021, evidenciando um aumento de quase 26% no volume de pagamentos em comparação a 2020. Em restos a pagar, foi inscrito e reinscrito o valor total de R\$ 69,1 milhões de 2021 para 2022.

No ano de 2021, a ANA realizou 20 processos de contratação, sendo: 19 pregões eletrônicos e 1 concorrência (tipo Técnica e Preço). Foram realizadas 10 contratações por inexigibilidade, no valor total de R\$ 12,2 milhões, nos termos dispostos no art. 25, e 30 contratações por dispensa de licitação, no valor total de R\$ 8,4 milhões, nos termos do art. 24, da Lei nº 8.666, de 1993, totalizando R\$ 20,6 milhões.

As contratações relativas ao funcionamento administrativo da ANA, especialmente aos serviços de apoio administrativo, vigilância, limpeza e manutenção predial, totalizaram R\$ 29,8 milhões.

Foram realizadas 117 baixas patrimoniais em função de doações (114) e em decorrência de sinistros (3). O valor líquido (depreciado) desses bens equivale ao montante de R\$ 2 milhões.

A ANA emitiu 46 boletos de cobrança de créditos públicos lançados por infração das normas de recursos hídricos no valor aproximado de R\$ 132 mil, referente a multas simples e diárias, havendo uma queda acentuada em relação aos anos anteriores, devido à pandemia. Foi inscrito em dívida ativa o montante de R\$ 630 mil, referente ao período de 2018 a 2020.

Entre os principais desafios para a Gestão de Pessoas está o provimento de pessoal em decorrência da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atribui à

ANA competência para editar normas de referências nacionais sobre o serviço de saneamento. Visando atender às áreas responsáveis no âmbito da Agência pelas atribuições do Saneamento, foi publicado o Decreto nº 10.639, de 1º de março de 2021, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), além de transformar e remanejar cargos em comissão.

Em virtude da publicação do novo Regimento Interno da ANA, ocorreu a celebração do primeiro termo aditivo celebrado com a Universidade de Brasília (UnB) para adequação à atual conjuntura, principalmente no que diz respeito às atribuições relativas ao saneamento básico, que foram somadas às demais atribuições finalísticas de caráter específico.

A Agência também solicitou a realização de concurso público para o provimento de 62 vagas de cargos efetivos, sendo 35 para o de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e 27 para o de Analista Administrativo, ambos em nível superior.

Além disso, será encaminhada para análise e pronunciamento da Procuradoria Federal Especializada - PFE/ANA, e, em seguida, ao conhecimento e deliberação da Diretoria Colegiada, a proposta de contratação temporária de pessoal com fulcro na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, em face do advento da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Sendo assim, encerro a presente declaração que teve como objetivo demonstrar os principais esforços realizados no exercício de 2021, bem como os desafios apresentados ao próximo ano. Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão da ANA atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.



Luís André Muniz
Superintendente de
Administração e Finanças (SAF)

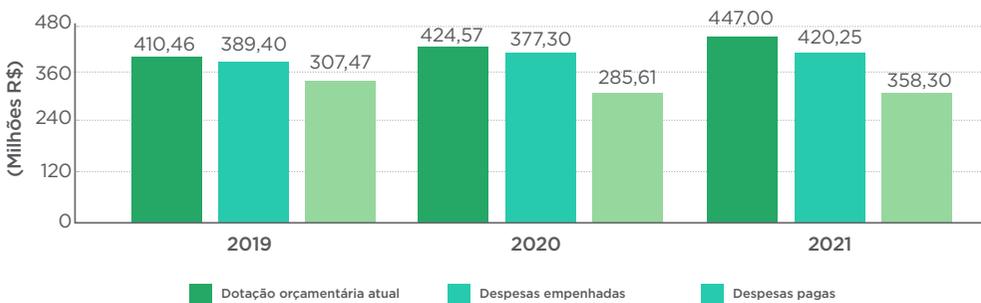
A Lei Orçamentária Anual de 2021 consignou à ANA, inicialmente, a dotação orçamentária de R\$ 319,8 milhões, que, após os cancelamentos e as suplementações, resultou em uma dotação final de aproximadamente R\$ 447 milhões.

Despesas fixadas na LOA/2021 (a)	R\$ 319,8
Dotação cancelada e remanejada (b)	R\$ 41
Dotação suplementar (c)	R\$ 168,2
Dotação final atualizada (d = a - b + c)	R\$ 447

Das despesas autorizadas para o exercício de 2021:

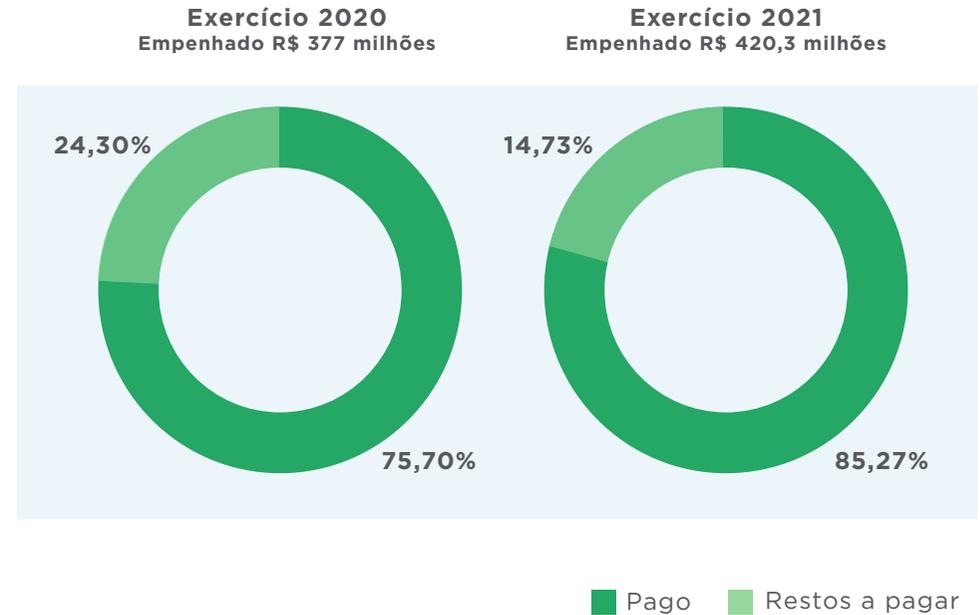
- R\$ 420 milhões foram empenhadas;
- R\$ 366 milhões foram liquidadas;
- R\$ 358 milhões foram pagas no exercício (80,17% em relação à dotação orçamentária final atualizada).

Execução Orçamentária e Financeira Anual



Em relação aos valores totais empenhados, aproximadamente 85,27% foram pagos em 2021, e 14,73% foram inscritos em restos a pagar para 2022, evidenciando uma redução em comparação a 2020, conforme a representação gráfica a seguir:

Execução Orçamentária e Financeira



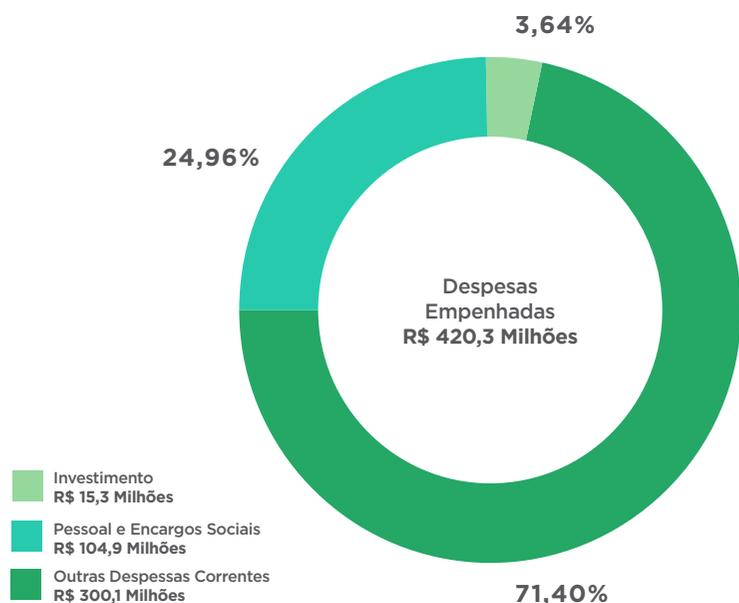
Em termos de execução financeira, o valor pago em 2021, Órgão 53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, totalizou **R\$ 437,9 milhões**.

O pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos nos anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou a quantia de **R\$ 79,6 milhões**, correspondendo a 18,17% de toda a execução financeira do exercício.

Foram inscritos em restos a pagar o montante de **R\$ 69,1 milhões** (Restos a Pagar não Processados Inscritos e Reinscritos), relativos ao exercício de 2021, conforme detalhado abaixo:

Descrição	Valor (R\$) em milhões	%
Restos a Pagar não Processados Inscritos	61,9	90%
Restos a Pagar não Processados Reinscritos	7,2	10%
Total	69,1	100%

Em relação ao montante total autorizado à ANA de **R\$ 447 milhões**, foram empenhados R\$ 420 milhões, sendo R\$ 405 milhões como despesas correntes (R\$ 300 milhões - Outras Despesas Correntes e R\$ 105 milhões - Despesas com Pessoal: ativos, inativos e pensionistas) e R\$ 15 milhões como investimentos, conforme representação gráfica a seguir:



Detalhamento da Despesa por Ação Orçamentária - Exercício 2021 (Exceto Pessoal e Encargos Sociais)

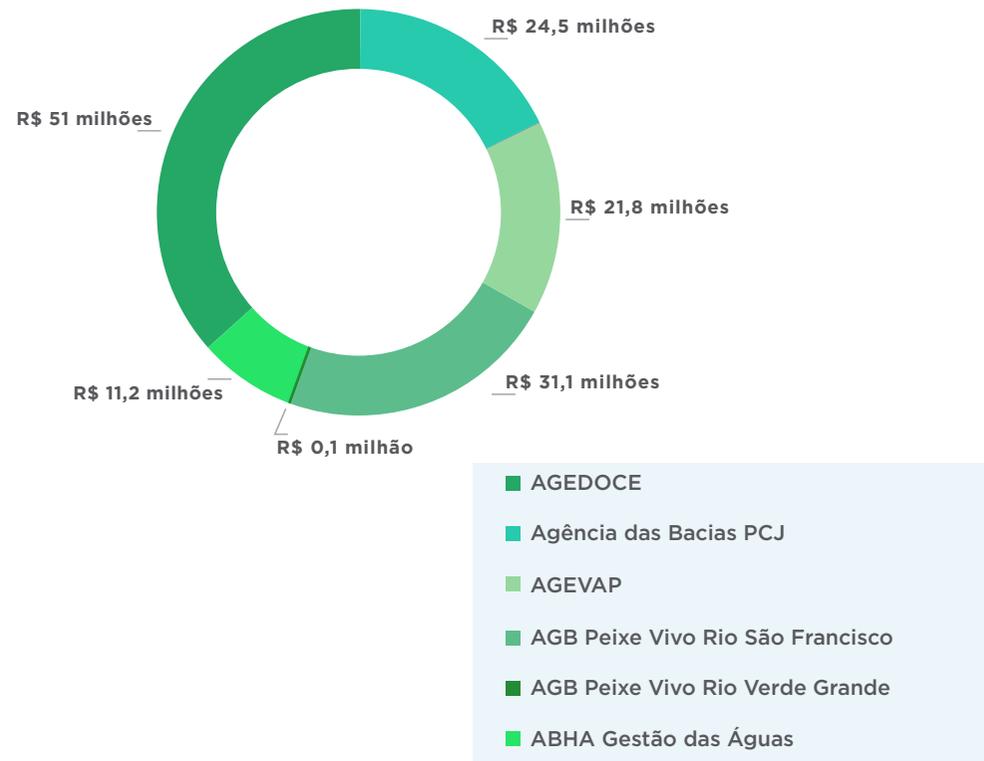
Ação		Execução Financeira - Despesas Pagas - (R\$ em Milhões)				
		Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (b)	% de Execução Orçamentária (c=b/a)	Despesas Liquidadas (d)	% de Execução Financeira (e=d/b)
00LX	Transferência dos Recursos das Cobranças às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)	140	140	100%	140	100%
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	118,7	101,8	86%	76,4	75%
2378	Operação de Rede Hidrometeorológica	47,8	46,6	98%	29,7	64%
4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e Segurança de Barragens	9,5	4,6	48%	1,9	41%
2000	Administração da Unidade	20,2	19	94%	10,4	55%
Total		336,2	312		258,4	

Detalhamento da Execução Financeira Fontes 116 e 183 – Exercício 2021

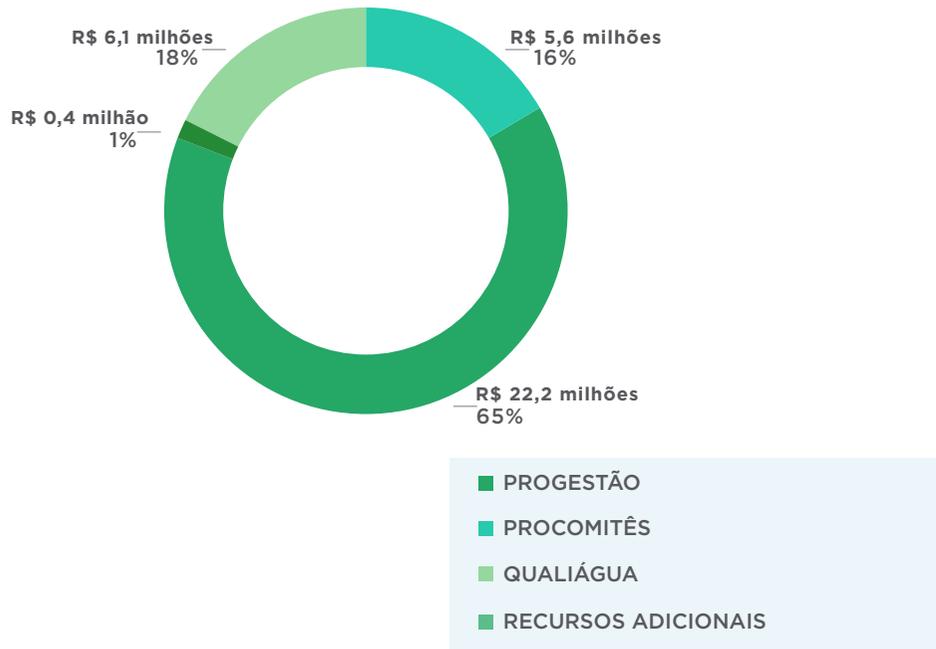
A dotação atualizada total das Fontes 116 – Recursos e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e 183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos, as duas principais fontes de recurso da ANA, foi de R\$ 316 milhões. As despesas obrigatórias empenhadas foram de R\$ 293 milhões. Já as liquidadas e pagas no ano totalizaram R\$ 248 milhões.

Fonte	Arrecadação Efetiva (R\$ em milhões) (a)	Despesas Empenhadas - (R\$ em milhões) (b)	% de Despesas Empenhadas (c=b/a)	Despesas Pagas (R\$ em milhões) (d)	% de Despesas Pagas (e=d/b)
116 – Recursos e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos	140	140	100%	140	100%
183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	176	153	87%	108	71%
Total	316	293		248	

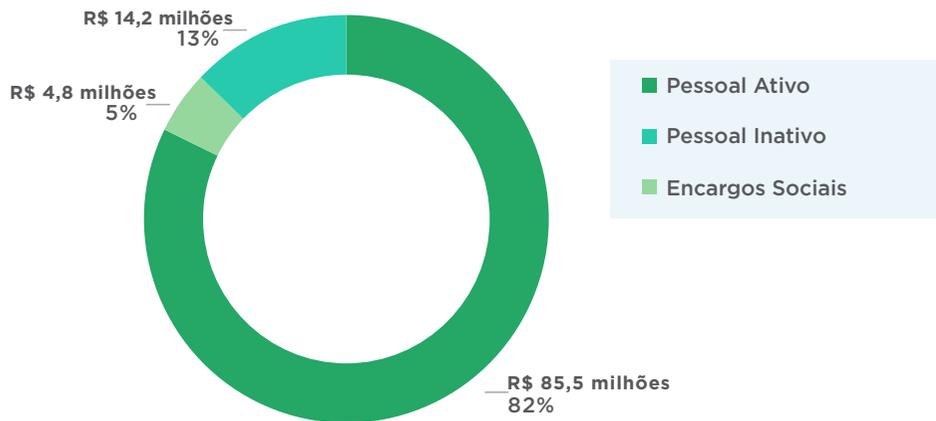
A execução financeira da Fonte 116 consiste em transferências, do valor total das dotações orçamentárias, na modalidade 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, sob a forma de **CONTRATOS DE GESTÃO**. Vale ressaltar que os valores transferidos se referem exclusivamente aos repasses dos recursos de cobrança pelo uso da água às respectivas bacias hidrográficas, conforme demonstrado a seguir:



No tocante à Fonte 183, uma parcela significativa dos recursos, trata-se da transferência de recursos nas modalidades 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal; e 40 – Transferências a Municípios, em decorrência dos contratos no âmbito dos Programas **PROGESTÃO**, **PROCOMITÊS** e **QUALIÁGUA**, bem como de **REPASSES ADICIONAIS** às entidades delegatárias na modalidade 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, sob a forma de **CONTRATOS DE GESTÃO**, conforme detalhado a seguir:



Em 2021, no que se refere à gestão de pessoal, a ANA teve um gasto total no Grupo de Despesas - 1 Pessoal e Encargos Sociais de R\$ 104,5 milhões. Desse valor, R\$ 85,5 milhões, cerca de 81,81% correspondem a despesas de remuneração e vantagens variáveis com pessoal ativo da União. Já R\$ 14,2 milhões, cerca de 13,59% correspondem a despesas com Encargos Sociais. Os gastos com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) foram de R\$ 4,8 milhões, equivalendo a 4,6% do total.



Gestão de Licitações e Contratos

Em 2021, a ANA realizou 20 procedimentos licitatórios, entre eles: 19 pregões eletrônicos e 1 concorrência (tipo Técnica e Preço). No que diz respeito ao resultado dos pregões realizados, 15 foram homologados, 2 fracassaram e 2 foram revogados/anulados.

A seguir, o detalhamento dos valores contratados.



Gastos por Finalidade



As contratações relativas ao funcionamento administrativo da ANA, especialmente aos serviços de apoio administrativo, estão detalhadas a seguir. Cabe ressaltar que os contratos de Vigilância Ostensiva, Limpeza e Conservação, Brigada de Incêndio, Manutenção Predial, Energia e Água, e aqueles referente à administração do Complexo Administrativo do Setor Policial (SPO) são rateados entre os partícipes do acordo, conforme a utilização das áreas comuns e ocupação da área física cabendo à ANA o percentual de (53,20%).

Consumo 2021	
Tipos de serviço	Valor (R\$)
Apoio Técnico-Administrativo	16.532.001,32
Vigilância Ostensiva	3.954.725,96
Limpeza e Conservação	3.470.903,02
Brigada de Incêndio	7.133,47
Serviço de Copa e Cozinha	1.083.115,29
Manutenção Predial	1.210.160,13
Transporte	1.185.797,69
Energia	1.721.153,12
Água	240.900,38
Passagens	304.719,82
Diárias	142.106,11
Total	29.852.716,30

Tempo Médio das Contratações

Considerando os processos de contratação relativos aos serviços de transporte aéreo, locação de veículos, jornais e revistas em meio digital, o tempo médio entre a formalização da demanda e a assinatura do contrato foi de 123 dias, o que resultou em uma redução da média de dias do ano de 2020 (155 dias).

Gestão de Custos

Os custos por insumo dos maiores itens controláveis em 2021, no montante total de R\$ 219,9 milhões, extraídos no Portal de Custos do Governo Federal disponibilizado pelo Sistema de Informações de Custos (SIC), são os seguintes:

Item de Custos Controláveis	Valor (R\$)
Pessoal Ativo	81.546.552,23
Transferências Não Obrigatórias	34.285.661,83
Tecnologia da Informação	23.255.104,07
Encargos Patronais	15.104.777,03
Apoio Administrativo	16.532.001,32
Serviços Técnicos Especializados	11.810.277,60
NC - Depreciação/Amortização/Exaustão	9.531.561,98
Material de Consumo	4.918.505,69
Demais Serviços Prediais	1.410.346,75
NC - Pessoal Inativo/Pensionistas	4.797.849,33
Vigilância	3.954.725,96
Limpeza	3.186.797,66
Demais Serviços de Terceiros	4.408.246,34
Energia Elétrica	1.683.828,39
Copa e Cozinha	1.083.115,29
Serviços de Saúde	652.482,78
Passagens	1.024.890,46
Água e Esgoto	237.124,48
Telefonia	153.708,87
Despesas de Exercícios Anteriores	152.286,11
Diárias	176.241,69
NC - Demais Custos Não Controláveis	60.178,26
Subvenções, Subsídios e Outros Auxílios	16.200,00

Dados extraídos em: 25/4/2022

Comparando as principais despesas controláveis de 2021 com as verificadas no exercício anterior (2020), observa-se uma variação, para menos, da ordem de (4,28%).

Variação Ano Selecionado X Ano Anterior (R\$)			
Item de Custos	Custo do Ano Selecionado (2021)	Custo do Ano Anterior (2020)	Variação Percentual
Água e Esgoto	237.124,48	261.005,85	-9,15%
Apoio Administrativo	16.532.001,32	14.969.543,27	10,44%
Copa e Cozinha	1.083.115,29	1.011.907,33	7,04%
Demais Serços de Terceiros	4.408.246,34	3.729.345,26	18,20%
Demais Serviços Prediais	1.410.346,75	4.444.665,12	-68,27%
Despesas de Exercícios Anteriores	152.286,11	1.253.081,91	-87,85%
Diárias	176.241,69	137.477,55	28,20%
Encargos patronais	15.104.777,03	17.039.157,88	-11,35%
Energia Elétrica	1.683.828,39	1.478.307,35	13,90%
Limpeza	3.186.797,66	3.296.582,17	-3,33%
Material de Consumo	4.918.505,69	8.858.674,60	-44,48%
NC - Demais Custos Não Controláveis	60.178,26	33.345,49	80,47%
NC - Depreciação/Amortização/Exaustão	9.531.561,98	7.315.354,58	30,30%
NC - Pessoal Inativo/Pensionistas	4.797.849,33	4.585.175,55	4,64%
Passagens	1.024.890,46	897.360,63	14,21%
Pessoal Ativo	81.546.552,23	80.126.807,69	1,77%
Serviços de Saúde	652.482,78	923.082,23	-29,31%
Serviços Técnicos Especializados	11.810.277,60	22.696.866,85	-47,97%
Subvenções, Subsídios e Outros Auxílios	16.200,00	16.034,62	1,03%
Tecnologia da Informação	23.255.104,07	21.269.984,51	9,33%
Telefonia	153.708,87	154.160,07	-0,29%
Transferências Não Obrigatórias	34.285.661,83	30.862.672,30	11,09%
Vigilância	3.954.725,96	3.827.621,22	3,32%
Total	219.982.464,12	229.188.214,03	-4,28%

Dados extraídos em 25/4/2022

Fonte: [Acesse](#)

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações

A ANA realizou procedimentos licitatórios alinhados aos princípios de redução de custos e sustentabilidade. Foi exigido dos licitantes a apresentação da Declaração de Atendimento aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental na realização dos serviços (como desfazimento sustentável ou reciclagem de bens inservíveis para o processo de reutilização) ou da Declaração de Cumprimento da Legislação Ambiental na fabricação dos produtos.

Os editais de licitação da ANA contêm exigências de natureza ambiental a fim de não frustrar a competitividade, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010. As contratações da Agência apresentam um novo paradigma em que não se busca, simplesmente, encontrar o menor preço, mas assegurar a competitividade e o respeito aos pilares de sustentabilidade dispostos no Plano de Logística Sustentável (PLS) da ANA, o equilíbrio entre condições financeiras, naturais e sociais.

2020	2021
CONSUMO DE ÁGUA	
R\$ 316.215,16	R\$ 240.900,38
11.303 m ³	8.281 m ³
CONSUMO DE ENERGIA*	
R\$ 1.503.180,48	R\$ 1.721.153,12
2.400.696 kWh	112.250 kWh
CONSUMO DE PAPEL	
406 resmas	509 resmas
261.274 impressões	254.334 impressões
36 impressoras	36 impressoras
COPOS DESCARTÁVEIS	
270.000	305.000

*O consumo de energia é rateado por todos os órgãos do complexo que a ANA faz parte.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura Desfazimento de Ativos

A gestão patrimonial da ANA é realizada em duas modalidades: uma direta e outra indireta. A direta ocorre quando se trata de materiais que se encontram localizados na sede/ANA e, a indireta, ocorre quando se trata dos bens cedidos a outras instituições. Dessa forma, a ANA possui um total de 24.523 bens (R\$ 190.782.737,68) sendo que, desse total, 16.989 (R\$ 75.605.507,93) estão localizados na sede/ANA, e 7.534 (R\$ 115.177.229,75) encontram-se cedidos a 90 instituições parceiras. Cabe destacar que, embora o quantitativo de bens que se encontra localizado na sede ANA/SPO seja maior que o dobro do quantitativo referente aos bens que se encontram cedidos, o valor em reais de aquisição dos bens cedidos é superior aos bens que se encontram na sede/ANA.

Em 2021, a ANA realizou **117 baixas patrimoniais** em função de doações (114) e em decorrência de sinistros (3). O valor líquido (depreciado) desses bens equivale ao montante de **R\$ 2.098.294,82**. Vale dizer que os bens baixados nesse período se referem aos processos de doação iniciados em 2019 e encerrados em 2021.

No que se refere à gestão do patrimônio da ANA, com relação aos bens que estão sob a tutela de outras instituições (entidades delegatárias, governamentais e/ou escritórios de apoio), uma nova metodologia vem sendo aplicada, visando atender tanto às necessidades das áreas técnicas quanto às exigências da Auditoria Interna (AUD/ANA), cujo foco está voltado para o controle processual e por entidades.

Assim, a gestão patrimonial externa dos bens patrimoniados vem sendo cada vez mais aprimorada. O controle está distribuído por um total de 88 processos, sendo: 13 para Entidades Delegatárias, 13 Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 38 para o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), 3 para entidades privadas e 21 para as entidades estaduais/governamentais.

Foram movimentados, tanto no âmbito da Agência quanto para entidades externas, um total de 1.917 bens patrimoniais. O principal desafio em 2021/2022 é a migração do Sistema ASI para o Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) e a sua conseqüente implementação e operacionalização no âmbito da Agência.

Locação de Imóveis e Equipamentos

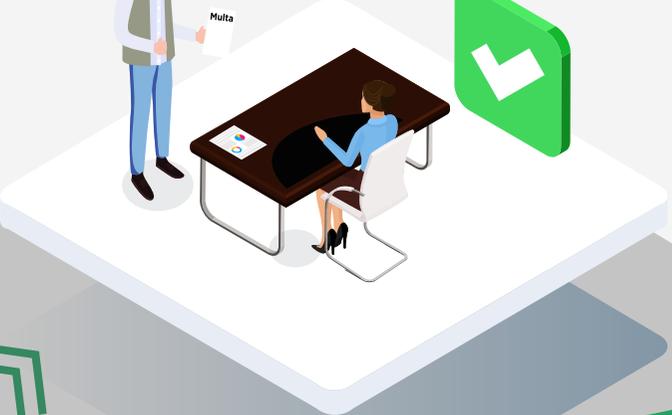
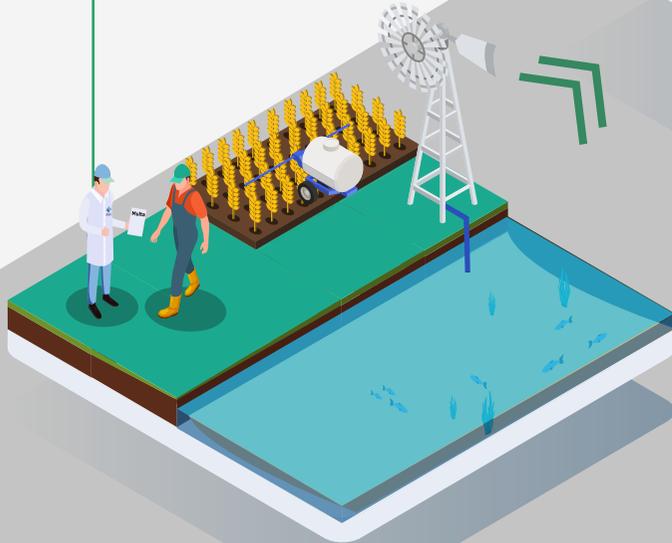
Em 2021, não foi realizada nenhuma nova locação de imóveis. No que se refere à locação de equipamentos, a Agência tem um contrato de outsourcing de impressão, no valor de R\$ 143 mil, para 36 equipamentos.

Gestão das Multas Aplicadas em Decorrência da Atividade de Fiscalização

Fiscalização

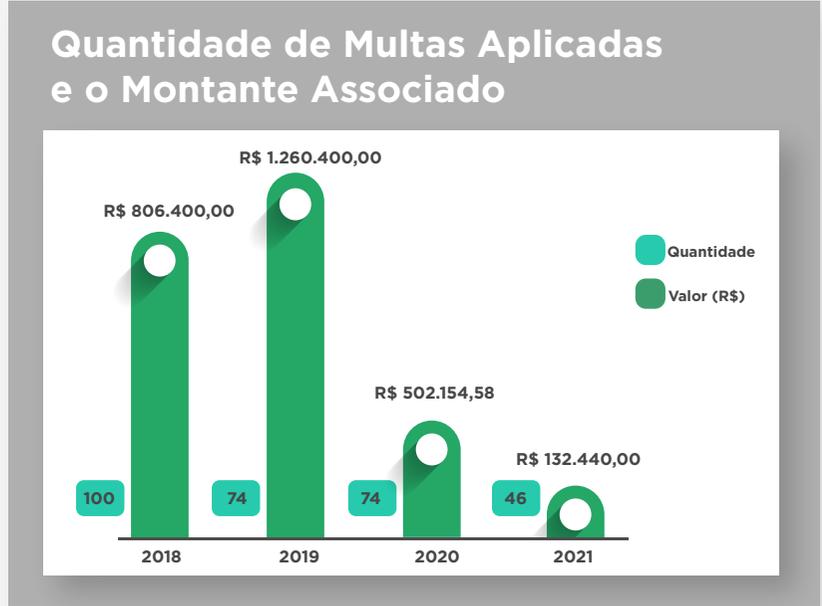
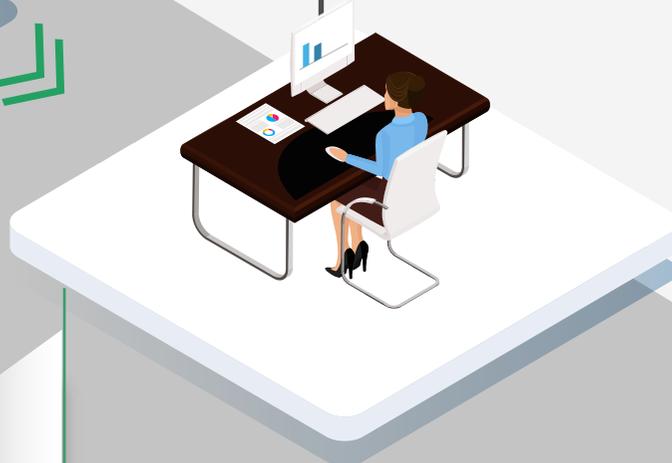
O servidor envia a multa para APROVAÇÃO do superintendente.

O servidor da ANA aplica uma multa por uso irregular de recursos hídricos.



Cobrança

O servidor emite o boleto e acompanha o pagamento.



Gestão das Multas Aplicadas em Decorrente da Atividade de Fiscalização

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS																												
QUANTIDADE DE MULTAS																												
Multas Aplicadas		Arrecadadas			Processo Administrativo (Não Arrecadadas)																				Validação			
					Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas									Demais Situações								
											Multas Não Inscritas no Cadin			Multas com Risco de Prescrição Executória			Outras						Total das Multas Exigíveis e Definitivas					
Período de Competência	Quant.	Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Período de Competência					
		2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019
2021	46	17	-	-	2	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	27	-	-	46	-	-
2020	74	9	22	-	2	10	-	0	0	-	16	0	-	0	-	-	18	0	-	16	0	-	0	15	-	-	74	-
2019	74	9	9	14	0	4	11	0	0	0	0	9	0	0	0	0	9	16	0	0	9	0	0	18	0	-	-	74
TOTAL	250	35	31	14	4	14	11	0	0	0	16	9	0	0	0	0	27	16	0	16	9	0	27	33	0	46	74	74

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)																												
Multas Aplicadas		Descontos			Arrecadadas			Processo Administrativo (Não Arrecadados)															Validação					
								Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas			Demais Situações											
								Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios								
Período de Competência	Valores	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019
2021	132.440,00	-	-	-	41.960,00	-	-	10.880,00	-	-	-	-	-	-	-	-	79.600,00	-	-	132.440,00	-	-	-	-	-	-	-	-
2020	502.154,58	-	-	-	33.360,00	158.034,58	-	7.200,00	23.960,00	-	-	-	-	142.800,00	-	-	-	-	-	136.800,00	-	-	-	-	-	502.154,58	-	-
2019	1.260.400,00	-	-	-	208.800,00	127.600,00	304.000,00	-	22.200,00	143.200,00	-	-	-	6.000,00	420.400,00	-	-	-	-	28.200,00	-	-	-	-	-	-	-	1.260.400,00
TOTAL	1.894.994,58	-	-	-	284.120,00	285.634,58	304.000,00	18.080,00	46.160,00	143.200,00	-	-	-	148.800,00	420.400,00	-	79.600,00	165.000,00	-	132.440,00	502.154,58	-	-	-	1.260.400,00	-	-	

No exercício de 2021

- Foram emitidos 46 boletos de cobrança de créditos públicos lançados por infração das normas de recursos hídricos, no valor aproximado de R\$ 132.440,00, referente às multas simples e diárias. Devido à pandemia, houve uma queda acentuada em relação aos anos anteriores;
- Dois cancelamentos de multas por infração das normas de recursos hídricos, no montante de R\$ 10.880,00, equivalente a 8,21% do total de créditos lançados inicialmente;
- A receita realizada oriunda da aplicação de multas por infração de uso de recursos hídricos alcançou R\$ 41.960,00. Esse valor representa apenas 31,68 % do montante financeiro associado, mas deverá aumentar de forma considerável após a cobrança dos inadimplentes, prevista na legislação vigente;
- Vinte e cinco inclusões de nomes de devedores no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), referentes aos débitos existentes dos exercícios de 2020 e 2019, correspondente ao montante financeiro nominal de R\$ 148.800,00;
- Dezoito devedores, relativos a lançamentos de créditos de 2019 e não pagos, cujos valores nominais individuais não ultrapassam R\$ 2.400,00, encontram-se pendentes de notificação administrativa para informar tanto a existência quanto que são passíveis de inscrições no Cadin e na Dívida Ativa. O valor corresponde ao montante financeiro de R\$ 28.200,00;
- O montante de R\$ 469.200,00, referente ao período de 2019 a 2020, foi inscrito em dívida ativa.

Gestão de Pessoas

Avaliação da Força de Trabalho

O quadro de pessoal da ANA é composto, predominantemente, por servidores que integram a Agência, conforme detalhado a seguir:

SERVIDORES ATIVOS PERMANENTES	Analista administrativo	46	290*
	Especialista em geoprocessamento	27	
	Especialista em RH e saneamento básico	184	
	Técnico administrativo	31	
	Quadro específico	2	
Servidores sem vínculo			24
Servidores requisitados			25
Servidores em exercício descentralizado			14
Servidores em exercício provisório			28
TOTAL DE SERVIDORES			381

* Em 31 de dezembro de 2021, do total de 381 servidores, 29 estavam afastados ou cedidos.

Servidores por Gênero



145 (38%)



236 (62%)

Servidores com Deficiência*



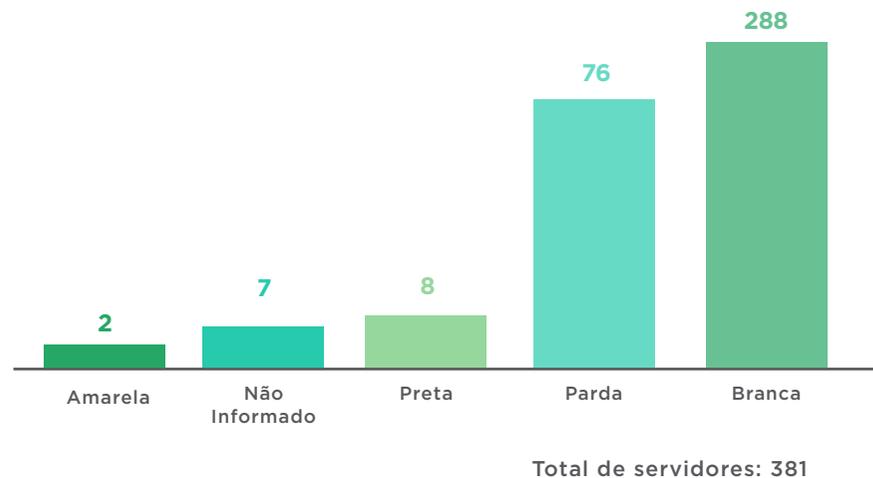
16 (4%)



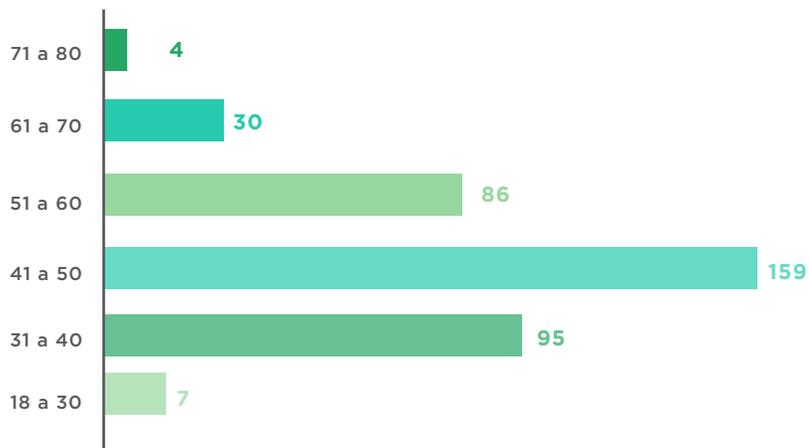
365 (96%)

*Consideram-se apenas os servidores ativos permanentes.

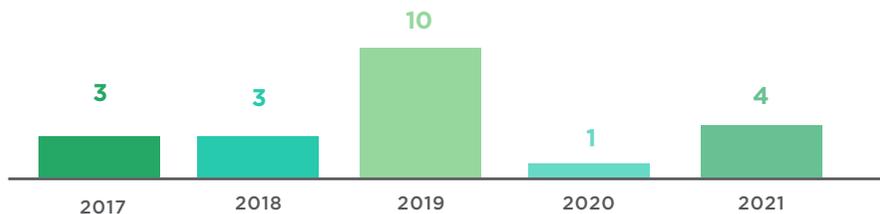
Servidores por Etnia



Servidores por Faixa Etária



Aposentadoria

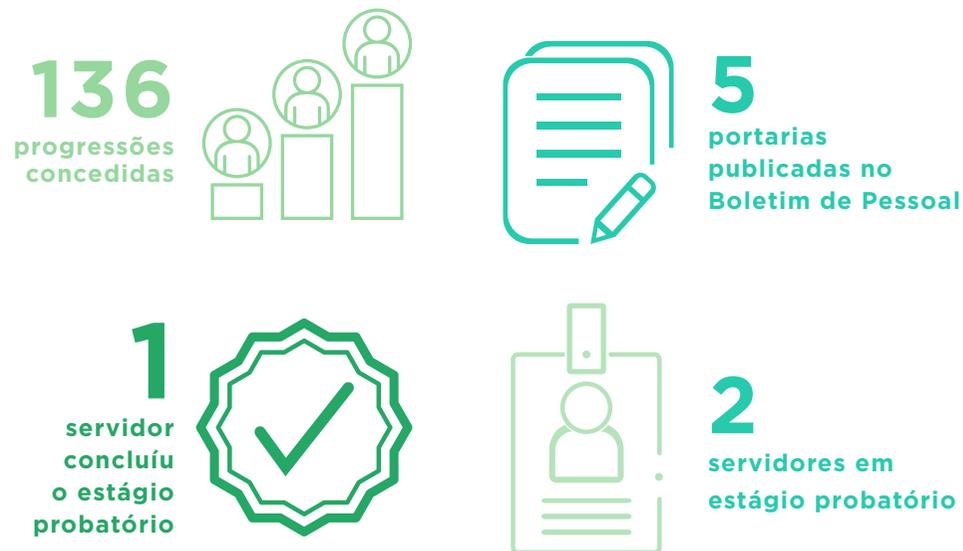


Em 2021, quatro servidores foram aposentados, sendo três mulheres e um homem, todos Especialistas em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, correspondente a 1,4% dos servidores efetivos da ANA e a 2,1% do quadro do cargo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico.

No mesmo ano, ocorreram três reversões de aposentadoria, retornando ao quadro efetivo ativo da ANA três servidoras Especialistas em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico.

Para 2022, estima-se que 3% dos servidores efetivos da ANA requeiram a aposentadoria voluntária.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

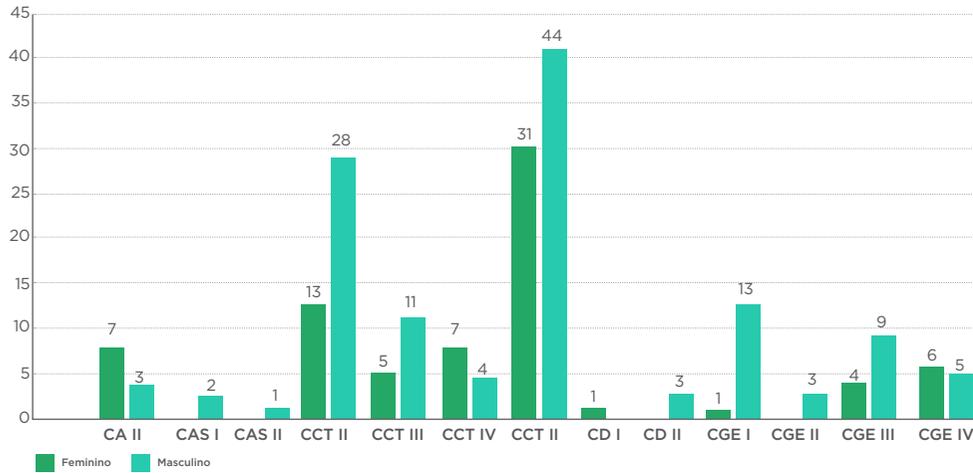


Ocupação de Cargos Gerenciais na ANA



Sobre os cargos gerenciais da ANA: 81,6% dos cargos gerenciais são ocupados por servidores efetivos, sendo 61,6% ocupados por servidores efetivos da ANA e 20% ocupados por servidores efetivos de outros órgãos.

Ocupação dos Cargos Gerenciais por Gênero



Detalhamento da Despesa de Pessoal

A Lei nº 13.326/2018 estabeleceu os valores dos subsídios devidos aos integrantes das carreiras das agências reguladoras. Os valores médios por carreira são:

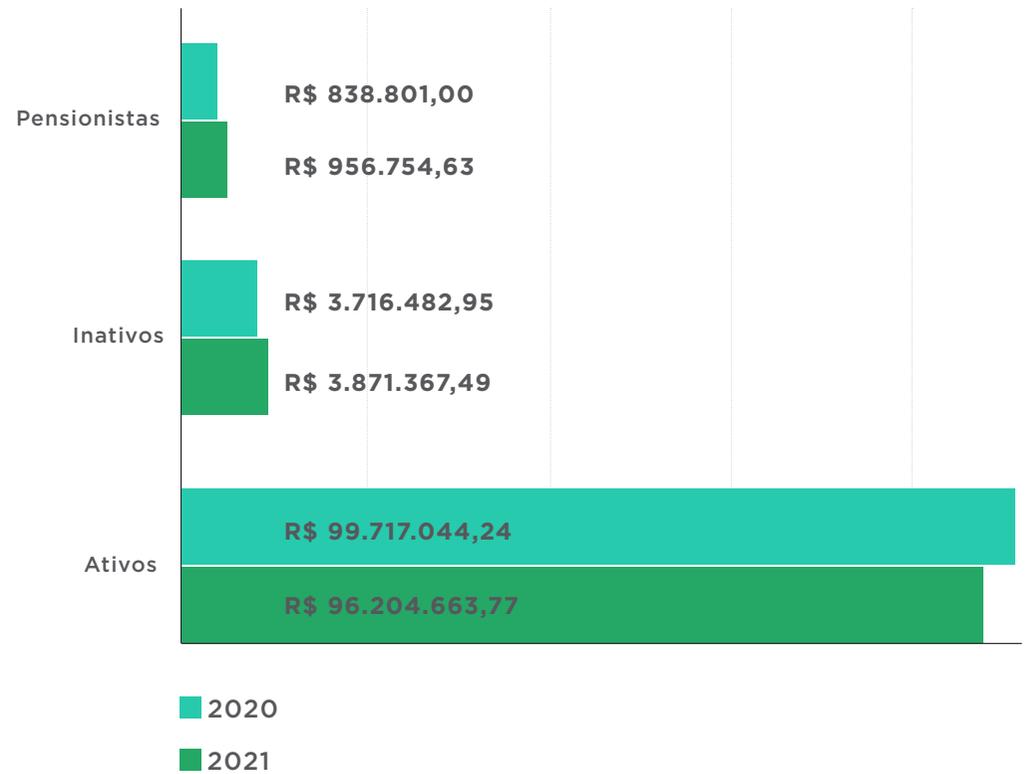
Especialistas
R\$ 18.047,69



Analistas
R\$ 16.686,17

Técnicos
R\$ 8.458,76

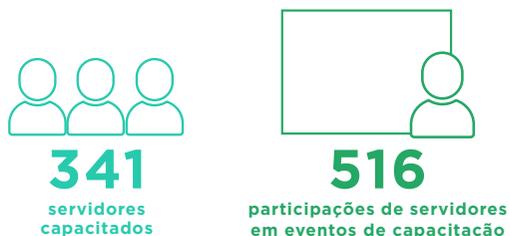
Evolução dos Gastos de Pessoal



Dados Gerais dos Eventos de Capacitação Realizados em 2021

Com base no Programa de Desenvolvimento por Competências da ANA, foi previsto, para cada servidor, junto à sua chefia, um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) alinhado às suas competências.

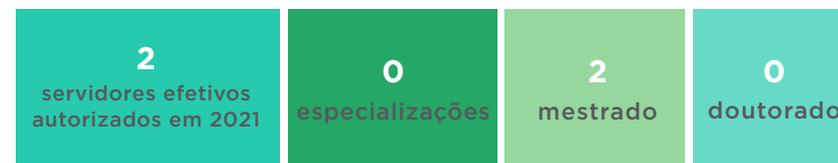
Os resultados em 2021 foram:



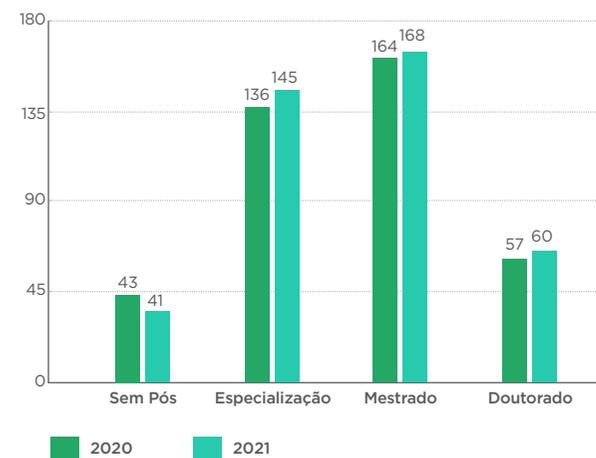
No exercício de 2021, foram oferecidos os cursos de inglês e espanhol, com os seguintes resultados:



O resultado do processo seletivo interno para o Programa de Formação Avançada, com ou sem afastamento das atividades na Agência, correspondeu a:



Formação dos Servidores da ANA



Apontamento dos Órgãos de Controle

Não houve no sistema de auditoria e-AUD, gerido pela Controladoria Geral da União (CGU), nenhum apontamento de irregularidade existente na Unidade durante o exercício de 2021. No que se refere ao monitoramento do Tribunal de Contas da União (TCU), foram apontados sete indícios de irregularidade por meio do sistema e-Pessoal: um indício de pessoal devolvido ao gestor para ser reenviado pelo sistema e-Pessoal após 60 dias, em cumprimento ao Acórdão 1414/2021 - Plenário; dois indícios de acumulações irregulares de vínculos empregatícios na Administração Pública; um indício de incompatibilidade de jornada de trabalho em vínculos empregatícios; um indício de servidor aposentado sem ato de concessão lançado no sistema e-Pessoal do TCU; um indício de inobservância do teto constitucional para pensionistas que possuem outro vínculo público; e por fim, um indício de pensão civil sem ato

de concessão. Todos os indícios foram respondidos. O primeiro foi arquivado, e os demais estão sob monitoramento pelo TCU.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Do processo seletivo realizado em 2019 junto ao Ministério da Economia (ME) no intuito de recrutar servidores e empregados públicos de outros órgãos com perfil adequado para atender às atividades relacionadas ao novo marco legal do saneamento básico, foram concretizadas 24 movimentações de servidores e empregados públicos para a Agência no período de um ano.

Em 2021, o Ministério da Economia autorizou a prorrogação da alteração de exercício de 22 servidores e empregados públicos que atualmente compõem a força de trabalho da Agência, cujo prazo passou de um para três anos.

Desafios e Ações Futuras

Foi publicada a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, atribuindo à ANA a competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, entre outras coisas.

Visando atender às áreas responsáveis pelas atribuições do Saneamento, foi publicado o Decreto nº 10.639, de 1º de março de 2021, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados da ANA, e transforma e remaneja cargos em comissão.

Conforme estabelecido no art. 2º do citado decreto, foram transformados oito DAS-2 e trinta DAS-1, nos seguintes Cargos Comissionados de Gerência Executiva (CGE) e Cargos Comissionados Técnicos (CCT), dois CGE I; dois CGE III; doze CCT V; e dez CCT II.

Essa transformação resultou na edição de novo Regimento Interno e, consequentemente, das novas nomeações e de toda a gestão dessa força de trabalho.

Foram criadas duas Superintendências na estrutura da ANA, que atuarão especificamente na Área de Saneamento: a Superintendência de Regulação de Serviços (SRS) e a Superintendência de Regulação Econômica (SEC), e, como

unidades de suporte à Gestão: a Assessoria Especial de Metodologias e Avaliação (ASMEA), a Assessoria Especial de Mediação, Conciliação e Arbitragem (ASMCA) e a Assessoria Especial de Relações Institucionais (ASREL).

Concurso Público

A ANA solicitou a realização de concurso público para o provimento de 62 vagas de cargos efetivos, sendo 35 para o de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e 27 para o de Analista Administrativo, ambos em nível superior. A Agência aguarda a autorização do certame.

Contratação temporária

Será encaminhada à análise e ao pronunciamento da Procuradoria Federal Especializada (PFE/ANA), e em seguida, ao conhecimento e à deliberação da Diretoria Colegiada, uma proposta de contratação temporária de pessoal com fulcro na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para atender às necessidades da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em face do advento da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Dimensionamento da Força de Trabalho da ANA

Em 18 de dezembro de 2020, a ANA celebrou Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade de Brasília (UnB) para a customização e aplicação da metodologia de dimensionamento à força de trabalho, visando orientar e supervisionar o apoio à tomada de decisão na gestão de pessoas, no processo de implementação da metodologia de dimensionamento da força de trabalho nas diversas unidades componentes da estrutura organizacional da ANA.

Em virtude da recente publicação do novo Regimento Interno da Agência, ocorreu a celebração do primeiro termo aditivo ao TED para adequação à atual conjuntura da ANA, principalmente no que diz respeito às atribuições relativas ao saneamento básico, que foram somadas às demais atribuições finalísticas de caráter específico da Agência.

Assim, diante da necessidade de desenvolver uma metodologia customizada que atendesse às especificidades da ANA, as coletas de informações qualitativas e quantitativas foram iniciadas em diversas unidades organizacionais, as quais subsidiarão o Dimensionamento da Força de Trabalho da Agência. Em

consequência dessas alterações, o Cronograma Físico do Plano de Trabalho também sofreu adequações, destacadas na minuta do primeiro termo aditivo. Objetiva-se concluir o projeto ainda em 2022.

	Técnico Administrativo	Analista Administrativo	Especialista em Geoprocessamento	Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico	Quadro Específico	Outros	TOTAL
ASCOM	3	3					6
ASINT				2			2
ASMCA				1			1
ASPAR	1	1					2
AUD		2					2
COR		1					1
GAB LA				1			1
GAB MC				1			1
GAB OC				2	1		3
GAB VS							2
GAB DP	1			2			3
GGES	2	2		1			5
PF/ANA				1			1
SAF	7	22		1			30
SAS	1	1	2	21			25
SEC		1	1	2			4
SFI	2		4	18			24
SGE		3		1			4
SGH	2	1	2	23			28
SIP	3			24	1		28
SOE	2		1	13			16
SPR	1		6	24			31
SRE	4	1	1	23			32
SRS	3	1	1	22			27
STI	2	2	6	1			
TOTAL	30	40	23	166	2	0	279
AFAST/ CEDIDO	1	6	4	18			

Ações Voltadas à Saúde e Qualidade de Vida

No primeiro semestre de 2021, a vacinação contra a H1N1 foi realizada e contou com a participação massiva dos servidores e colaboradores da ANA. No segundo semestre, ocorreu a testagem contra a covid-19 de servidores e colaboradores que retornaram ao trabalho presencial.

Além disso, foram realizadas as seguintes ações de integração voltadas para o público interno:

- Evento do Dia Internacional da Mulher, com a palestra “A razão e a emoção a favor do empoderamento feminino”. Também em celebração à data, foram distribuídas sombrinhas personalizadas para as mulheres da ANA;
- Ação julina da ANA, com a realização da campanha “ArraiANA em casa: para aquecer o corpo e o coração”, na qual foram sorteadas 20 cestas com comidas típicas de festas juninas para os servidores e colaboradores da ANA.

Comitê Pró-Equidade de Gênero

Atuando desde 2016, o CPEG tem duas linhas principais de ação: uma voltada a ações de equidade de gênero no ambiente da ANA e outra focada em gênero e água. Agindo continuamente na realização e participação de eventos de capacitação, articulação e divulgação da pauta de gênero e recursos hídricos, em 2021, destacaram-se os seguintes eventos e ações:

- “Seminário Internacional Mulheres e Água - Experiência na América Latina e CPLP”, realizado em parceria com a Unesco e a Agência Brasileira de Cooperação com a participação de brasileiras líderes em diversos setores, além de palestrantes atuantes no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), na América Latina e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa;
- participação na Mesa Redonda “Mulheres da Água” durante o simpósio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH);
- consolidação das ações do Comitê no artigo “Trajetórias e Contribuições do Comitê Pró-Equidade de Gênero (CPEG) da ANA”, registrado nos anais do referido Simpósio;
- elaboração e organização de um capítulo do livro “Água e Gênero:

Perspectivas e Experiências” que destaca as ações realizadas pelo CPEG ao longo de sua existência, dentre elas, o levantamento de informações da representatividade no âmbito do SINGREH, cujos dados completos serão publicados no Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Relatório Pleno 2021.

- resposta a questionamentos sobre gênero e água que integraram o documento *Advancing Towards Gender-Sensitive Water Resources Management*, publicado pela Global Water Partnership (GWP).

Também em 2021, o Comitê foi convidado a participar de um processo colaborativo, conduzido pela ANA, em parceria com a UNESCO e a ABC/MRE, e dedicado aos principais atores brasileiros relacionados ao tema ODS 6. O processo resultará na implementação de uma ferramenta da Universidade das Nações Unidas – Instituto da Água, Meio Ambiente e Saúde, que dará suporte à tomada de decisões, contemplando a inclusão de gênero.

An aerial photograph of a winding river flowing through a lush green valley. The river meanders across the landscape, creating a series of loops and curves. The surrounding terrain is covered in dense vegetation, and the overall color palette is dominated by various shades of green. A semi-transparent teal overlay is positioned on the right side of the image, containing the chapter title and subtitle. On the far right edge, there are several thin, vertical, wavy lines in a lighter shade of green, adding a decorative element to the design.

Capítulo 4

Demonstrações
Contábeis

Declaração da Contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e às suas Notas Explicativas, de 31 de dezembro de 2021, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

A conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).

As demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e as suas Notas Explicativas), encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320 de 1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Registra-se que foram comunicadas à Auditoria Interna desta Agência, durante o exercício de 2021, mensalmente, as ocorrências registradas na conformidade contábil e as constatações de saldos irregulares. Prontamente, as irregularidades foram sanadas, uma vez que as regularizações de inconsistência com reflexo nas demonstrações contábeis são solicitadas conforme as ocorrências havidas.

Ainda, as áreas financeira, contábil e orçamentária desta Agência têm trabalhado em conjunto e, embora existam situações operacionais em andamento as quais não resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas, todos os esforços estão sendo realizados para a concretização de soluções de correções que as regularizações de inconsistência com reflexo nas demonstrações contábeis são solicitadas segundo as ocorrências realizadas.

Neste sentido, em janeiro de 2022, após apuração do exercício financeiro do ano anterior, foi observado que as demonstrações contábeis não apresentam inconsistências relevantes as quais poderiam mudar o entendimento sobre elas, estando de acordo com as normas contábeis.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais dessa declaração.

Brasília, 10 de fevereiro de 2022.

**Ana Carolina Dias Mendes
Coordenadora de Contabilidade**

CRC/DF nº028355-0



Demonstrações Contábeis

I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. A diferença entre o total das Receitas Realizadas e o total das Despesas Empenhadas representa Déficit ou Superávit orçamentário.

RECEITA				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (c-b)
Receitas Correntes	279.540.392,00	279.540.392,00	342.531.960,10	62.991.568,10
Receita Patrimonial	279.079.715,00	279.079.715,00	277.755.287,24	-1.324.427,76
Valores Mobiliários	-	-	642.272,34	642.272,34
Exploração de Recursos Hídricos	279.079.715,00	279.079.715,00	277.113.014,90	-1.966.700,10
Outras Receitas Correntes	460.677,00	460.677,00	64.776.672,86	64.315.995,86
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	460.677,00	460.677,00	505.903,54	45.226,54
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	64.270.769,32	64.270.769,32
Receitas de Capital	-	-	-	-
Operações de Créditos	-	-	-	-
Alienação de bens	-	-	-	-
Subtotal de Receitas (Correntes + Capital)	279.540.392,00	279.540.392,00	342.531.960,10	62.991.568,10
Subtotal de Receitas com Refinanciamento	279.540.392,00	279.540.392,00	342.531.960,10	62.991.568,10
Déficit (Despesas Empenhadas menos Receitas Realizadas)			77.722.670,48	77.722.670,48
Total Geral	279.540.392,00	279.540.392,00	420.254.630,58	140.714.238,58
Créditos Adicionais Abertos	-	127.208.590,00	-	-127.208.590,00
Créditos Cancelados	-	127.208.590,00	-	-

O resultado do exercício, em 2021, é deficitário em cerca de R\$ 77,7 milhões.

Houve aumento de R\$ 64,3 milhões da Receita Realizada Atualizada em relação à Receita Prevista devido à arrecadação em Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.

As variações da execução orçamentária, em relação à Dotação Inicial e Atualizada do exercício de 2021, tiveram o saldo positivo de R\$ 26,7 milhões. O comprometimento com o empenho no Grupo de Despesas Investimentos foi na ordem de R\$ 15,3 milhões.

A execução financeira no valor de R\$ 358,3 milhões representou percentual de 85,27% das despesas empenhadas.

DESPESA						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	313.610.161,00	428.152.351,00	404.938.878,09	365.279.779,47	357.539.955,26	23.213.472,91
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.390.154,00	106.756.645,00	104.883.564,92	104.883.564,92	98.742.224,61	1.873.080,08
3 - Outras Despesas Correntes	275.220.007,00	321.395.706,00	300.055.313,17	260.396.214,55	258.797.730,65	21.340.392,83
Despesas de Capital	5.561.720,00	18.228.120,00	15.315.752,49	797.739,98	797.739,98	2.912.367,51
4 - Investimentos	5.561.720,00	18.228.120,00	15.315.752,49	797.739,98	797.739,98	2.912.367,51
5 - Reserva de Contingência	615.130,00	615.130,00	-	-	-	615.130,00
Subtotal de Despesas	319.787.011,00	446.995.601,00	420.254.630,58	366.077.519,45	358.337.695,24	26.740.970,42
Subtotal com Refinanciamento	319.787.011,00	446.995.601,00	420.254.630,58	366.077.519,45	358.337.695,24	26.740.970,42
Total	319.787.011,00	446.995.601,00	420.254.630,58	366.077.519,45	358.337.695,24	26.740.970,42

Os pagamentos **Restos a Pagar Não Processados** de exercícios anteriores alcançaram o montante de R\$ 71,8 milhões, tendo como saldo R\$ 7,1 milhões.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	9.810.605,99	67.950.479,90	60.661.133,62	60.481.443,02	13.927.951,75	3.351.691,12
1 - Pessoal	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	9.810.605,99	67.950.479,90	60.661.133,62	60.481.443,02	13.927.951,75	3.351.691,12
Despesas Capital	-	15.654.830,42	11.343.235,64	11.343.235,64	511.274,83	3.800.319,95
4 - Investimentos	-	15.654.830,42	11.343.235,64	11.343.235,64	511.274,83	3.800.319,95
TOTAL	9.810.605,99	83.605.310,32	72.004.369,26	71.824.678,66	14.439.226,58	7.152.011,07

II - BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS - EXERCÍCIO 2021					
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Ativo Circulante	175.185.510,32	160.021.740,23	Passivo Circulante	15.161.226,73	15.296.380,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.850.278,04	18.117.039,21	Obrigações Trabalhista, Previdenciária e Assistencial a Pagar a Curto Prazo	5.737.540,08	5.554.359,35
Créditos de Curto Prazo	21.817.544,49	17.105.263,65	Demais Obrigações de Curto Prazo	8.785.986,97	9.742.021,62
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	145.838.309,63	124.095.649,99	Obrigações de Repartição a Outros Entes	637.699,68	
Estoques	679.378,16	703.787,38	Passivo Circulante	5.437.663,96	-
			Demais Obrigações a Longo Prazo	5.437.663,96	
Ativo Não Circulante	178.965.188,55	178.452.666,34	Patrimônio Líquido	333.551.808,18	323.178.025,60
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.674.451,87	15.674.451,87	Resultados Acumulados	333.551.808,18	323.178.025,60
Imobilizado	137.647.139,12	137.851.988,05	Resultado do Exercício	12.323.681,87	-5.942.518,18
Intangível	25.643.597,56	24.926.226,42	Resultado de Exercícios Anteriores	323.178.025,60	329.971.937,18
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.949.899,29	-851.393,40
Total do Ativo	354.150.698,87	338.474.406,57	Total do Passivo	354.150.698,87	338.474.406,57

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos, passivos e as suas evoluções em relação ao exercício anterior. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais administrados pela Agência, com capacidade de geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços. Os passivos mostram os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. Nesse contexto, o Balanço Patrimonial compreende todos os orçamentos encerrados no exercício de 2021, com total de ativo e passivo no montante de **R\$ 354,1 milhões, representando acréscimo nessas categorias, em referência ao exercício de 2020, de 4,4%. O saldo em Caixa e Equivalentes é de R\$ 6,8 milhões.**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL (R\$)	
Recursos Ordinários	-6.973.022,50
Recursos Vinculados	-44.997.760,89
• Dívida Pública	-617.778,63
• Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-44.379.982,26
Total	-51.970.783,39

O Balanço Patrimonial apresentou **deficit de R\$ 51,9 milhões.**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Variações Patrimoniais da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, exercícios de 2020 e 2021, evidenciam alterações aumentativas no patrimônio, no valor de **R\$ 10,3 milhões**, decorrentes do **Resultado do Exercício positivo em R\$ 12,3 milhões**.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO		
Resultados Acumulados	2021 (a)	2020 (a)
Saldo Inicial do Exercício	323.178.025,60	329.971.937,18
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.949.899,29	-851.393,40
Reavaliação de Ativos		
Resultado do Exercício	12.323.681,87	-5.942.518,18
Saldo Final do Exercício	333.551.808,18	323.178.025,60
Variação Patrimonial (a - b)		R\$ 10.373.782,58

IV - BALANÇO FINANCEIRO

O **Balanço Financeiro** demonstra os resultados da receita e despesa orçamentária conjugados com os saldos provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. **Os ingressos e dispêndios, em 2021, alcançaram o montante de R\$ 1,4 milhão**, ou seja, aproximadamente **36,7% maior** que os verificados no exercício anterior.

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS - EXERCÍCIO 2021					
Ingressos			Dispêndios		
Classificação	2021	2020	Classificação	2021	2020
Receitas Ordinárias	-	-	Despesas Ordinárias	117.950.597,72	108.295.477,24
Receitas Vinculadas	342.531.960,10	321.667.734,06	Despesas Vinculadas	272.475.574,74	231.699.206,22
Transferências Financeiras Recebidas	1.067.952.736,97	662.823.600,14	Transferências Financeiras Concedidas	852.664.530,47	487.855.691,39
Recebimentos Extraordinários	52.923.177,85	72.255.173,60	Pagamentos Extraorçamentários	231.583.933,16	241.163.385,16
Saldo Exercício Anterior	18.117.039,21	30.384.291,42	Saldo para o Exercício Seguinte	6.850.278,04	18.117.039,21
Total	1.481.524.914,13	1.087.130.799,22	Total	1.481.524.914,13	1.087.130.799,22

Em 2021, os dispêndios diretamente realizados pela ANA, nas Fontes Vinculadas, foram de **R\$ 272,4 milhões, evidenciando aumento de R\$ 40,7 milhões quando comparado com o de exercício de 2020 (R\$ 231,6 milhões)**. Esses gastos são referentes às despesas com a seguridade social, a dívida pública e os outros recursos vinculados a órgãos e programas.

DISPÊNDIOS - FONTES VINCULADAS				
Especificação	2021	2020	Variação	%
	(a)	(b)	(c = a-b)	(c/b)
Previdência Social (RGPS)	1.328.844,81	2.439.883,19	-1.111.038,38	17,6%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.227.109,21	491.028,47	1.736.080,74	
Dívida Pública	8.128.513,80	16.712.497,27	-8.583.983,47	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	260.791.106,92	212.055.797,29	48.735.309,63	
Total	272.475.574,74	231.699.206,22	40.776.368,52	

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade da entidade de gerar Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como evidenciar a utilização de recursos próprios e de terceiros nas suas atividades. Em 2021, as operações registraram ingressos de R\$ 1,4 bilhão, representados, em sua maioria, por Transferências Financeiras Recebidas cujo montante foi de **R\$ 1 bilhão, equivalendo, portanto, a 75% dos ingressos acumulados totais**. As Transferências Concedidas e evidenciadas em Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram no valor total de R\$ 206 milhões. As operações nos Fluxos de Caixa da ANA, no exercício de 2021, demonstram **resultado superavitário nas atividades operacionais de R\$ 1,2 milhão**, saldo bem menor que o alcançado no exercício anterior.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Especificação	2021	2020
Ingressos	1.410.553.527,37	984.529.387,45
Receitas Derivadas e Originárias	342.531.960,10	321.667.734,06
. Receita Patrimonial	277.113.014,90	287.100.362,67
. Receita de Serviços	642.272,34	75.449,79
. Outras Receitas Derivadas e Originárias	64.776.672,86	34.491.921,60
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.068.021.567,27	662.861.653,39
. Ingressos Extraorçamentários	68.830,30	34.738,95
. Transferências Financeiras Recebidas	1.067.952.736,97	662.823.600,14
. Demais Recebimentos	-	3.314,30
Desembolsos	-1.412.229.829,16	-983.272.470,00
Pessoal e Demais Despesas	-182.638.905,84	-166.761.589,57
. Administração	-329.097,22	-257.894,05
. Defesa Nacional	-468.896,29	-470.254,54
. Segurança Pública	-730.236,35	-436.738,32
. Previdência Social	-4.828.122,12	-4.925.137,48
. Gestão Ambiental	-171.909.577,94	-157.019.963,77
. Ciência e Tecnologia	-4.355.514,54	-3.651.601,41
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-206.289.691,93	-136.127.197,94
Intergovernamentais	-34.427.380,67	-41.171.602,30
Intragovernamentais	-15.456.943,10	-14.863.002,19
Outras Transferências Concedidas	-156.405.368,18	-80.092.593,45
Outros Desembolsos Operacionais	-1.023.301.231,39	-680.383.682,49

A geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta resultado negativo de R\$ 11,2 milhões em 2021. Isso é devido à redução das Receitas Originárias e Derivadas e aos Desembolsos Orçamentários do exercício serem maiores que os ingressos realizados.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Ajuste Acumulado de Conversão		
Especificação	2021	2020
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-11.266.761,17	-12.267.252,21
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	18.117.039,21	30.384.291,42
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	6.850.278,04	18.117.039,21

As peças que compõem as demonstrações contábeis e as suas Notas Explicativas, transmitidas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI Web), no dia 10 de fevereiro de 2022, estão disponíveis aqui. [Acesse](#)



Capítulo 5

Entregas, Informações
Complementares
e Links

Entregas da ANA 2021

Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos

- Programa Progestão
- Programa Procomitês
- Programa Qualiágua
- Contratos de Gestão com Entidades Delegatárias

Implementação dos Instrumentos de Gestão

- Planos de Recursos Hídricos
- Monitoramento, Avaliação e Execução de Ações para Implementação de Planos de Recursos Hídricos
- Cobrança pelo Uso da Água

Articulação

- Salas de Crise
- Salas de Acompanhamento
- Atuação junto às Instâncias Colegiadas
- Sistema de Participação Social da ANA
- Governança Regulatória

Conservação e Revitalização de Bacias

- Programa Produtor de Água
- Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes)
- Uso Racional e Reúso

Cooperação Internacional

- ODS 6 no Brasil
- Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia Amazônica

Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

- Outorga de Uso dos Recursos Hídricos
- Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)
- Marcos Regulatórios
- Termo de Alocação de Água
- Condições de Operação de Reservatórios

Regulação de Segurança de Barragens*

- Classificação de Barragens quanto ao Risco e Dano Potencial

Regulação de Serviços de Adução de Água Bruta

- Projeto de Integração do Rio São Francisco

Fiscalização

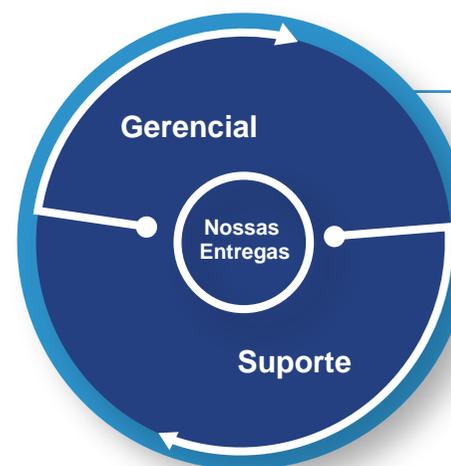
- Dos Usos de Recursos Hídricos em Rios de Domínio da União
- Das Barragens
- De Serviços de Adução de Água Bruta

*A ANA edita normas e fiscaliza apenas as barragens por ela outorgadas, exceto as de geração hidrelétrica.

Regulação das Normas de Referência do Serviço de Saneamento Básico

Implementação da PNRH

- Valores Arrecadados pela Cobrança



- Apoio à Governança Corporativa
- Apoio à Governança Regulatória
- Apoio ao Processo Decisório
- Ações Promotoras de Integridade
- Agenda Regulatória e Informes
- Articulações com Agências Reguladoras
- Assessoramento Parlamentar
- Comunicação Social
- Diálogo Político com a OCDE
- Estoque Regulatório
- Governança de TI
- Inovação em Produtos, Processos e Serviços
- Investigação Preliminar
- Orçamento
- Organização de Eventos
- Patrocínios
- Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
- Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)
- Plano de Gestão de Riscos (PGR)
- Processos Administrativos Disciplinares (PAD)
- Relacionamento com a Sociedade
- Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT)
- Relatório de Avaliação da Estratégia
- Relatório de Gestão, Atividades e Prestação de Contas
- Site e Redes Sociais

- Automação de Processos
- Biblioteca
- Cartas de Serviços
- Contratos, Convênios e Parcerias Firmadas
- Gestão Documental, Memória Institucional e Gestão do Conhecimento
- Infraestrutura de TICS
- Inovação Tecnológica
- Plano de Transformação Digital
- Proteção de Dados
- Qualidade de Vida no Trabalho
- Recursos Tecnológicos Financeiros e Logísticos Alocados
- Service Desk
- Servidores Capacitados
- Segurança da Informação
- Sistema e Aplicativos de Suporte

Monitoramento Hidrológico

- Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN)
- Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR)
- Rede Hidrológica do Setor Elétrico
- Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA)
- Monitoramento de Águas Subterrâneas

Sistema de Informação

- Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)
 - Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA)
 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)

- Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)
- Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)
- Sistema de Acompanhamento do Setor Elétrico (SAMSE)
- Sistema de Acompanhamento de Regulação do Saneamento Básico (SASB)

Planejamento

- Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)

Prevenção de Eventos Críticos

- Salas de Situação na ANA
- Salas de Situação Estaduais
- Monitor de Secas



Consolidação de Informações

- Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil
- Relatório de Segurança de Barragens (RSB)
- Boletins de Acompanhamento de Sistemas Hídricos
- Avaliação Integrada Rio/Aquífero
- Base de Disponibilidade Hídrica Superficial
- Estudos de Recursos Hídricos

Pesquisa, Formação e Disseminação

- Capacitação de Recursos Humanos
- Pesquisas em Rede e Fomento à Pós-Graduação
- Plataforma ConheceRH – Acervo sobre a Água

Neste capítulo são listadas as entregas da ANA à sociedade seguidas de uma breve explicação. Sempre que possível, há também indicações de onde obter mais informações. A seguir, a organização se dá em dois grandes grupos:

- Entregas decorrentes da (1) Articulação, (2) Regulação e (3) Informação e Conhecimento; ou
- Entregas decorrentes dos (4) Processos Gerenciais e de Suporte.

1. Articulação

1.1 – Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos

1.1.1 Programa Progestão

O **Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão)**, criado em 2013, é um programa de incentivo financeiro por meio do alcance de metas acordadas entre a ANA e as entidades estaduais, sendo o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) interveniente. As metas são compatíveis com o grau de complexidade da gestão dos recursos hídricos no estado e são concebidas em ciclos quinquenais. Há um conjunto de metas de cooperação federativa, comum a todas as unidades da Federação, e um conjunto de metas estaduais, selecionado pelos órgãos gestores e aprovado pelo respectivo CERH. O objetivo do programa é fortalecer a gestão estadual de recursos hídricos e o modelo brasileiro de governança das águas, que é integrado, descentralizado e participativo.

[Acesse](#)

1.1.2 Programa Procomitês

O **Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês)**, criado em 2016, prevê a transferência de recursos às entidades estaduais mediante o alcance de metas e tem o intuito de promover o aprimoramento dos comitês de bacia hidrográfica estaduais. As metas compreendem os seguintes componentes: funcionamento dos comitês, capacitação, comunicação e implementação dos instrumentos de gestão.

[Acesse](#)

1.1.3 Programa Qualiágua

O **Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água** tem como objetivo estimular a padronização dos métodos de coleta de amostras e dos parâmetros verificados, a frequência das análises e a divulgação dos dados em escala nacional, além de promover a implementação da Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA) em todo o país. Com adesão voluntária pelos órgãos gestores estaduais, a cada seis meses, mediante o cumprimento das metas de monitoramento e divulgação de dados de qualidade de água, os estados recebem recursos da premiação pela divulgação dos dados que são repassados.

[Acesse](#)

1.1.4 Contratos de Gestão com Entidades Delegatárias

Os **contratos de gestão entre a ANA e as entidades delegatárias** das funções de Agências de Águas, previstos na Lei nº 10.881/2004, discriminam as atribuições, os direitos, as responsabilidades e as obrigações entre as partes, e são acompanhados por um conjunto de metas e os respectivos indicadores de desempenho. Tais entidades recebem os recursos da cobrança para exercer a secretaria-executiva do Comitê de Bacia Hidrográfica e implementar as decisões do respectivo CBH, sobretudo as ações previstas no plano de bacia.

Atualmente, a ANA tem seis contratos de gestão firmados com organizações sem fins lucrativos (entidades delegatárias) que exercem funções de competência de Agências de Água nas bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, São Francisco, PCJ, Doce, Paranaíba e Verde Grande. Além disso, tem parcerias com entidades de apoio que exercem apenas funções de secretaria-executiva nas bacias hidrográficas do Piancó-Piranhas-Açu, Grande e Parapanema.

No link, é possível ter acesso aos documentos relacionados aos contratos de gestão celebrados entre a ANA e as entidades delegatárias, bem como aos termos de colaboração firmados junto à Organização da Sociedade Civil para prestar apoio aos Comitês sem cobrança implementada.

[Acesse](#)

1.2 - Implementação dos Instrumentos de Gestão

1.2.1 Planos de Recursos Hídricos

Os **Planos de Recursos Hídricos** são instrumentos de planejamento para orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e o gerenciamento dos recursos hídricos, visando ao horizonte de planejamento compatível com o período de implantação dos programas e projetos, contendo: o diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos; a análise das alternativas de crescimento demográfico, da evolução de atividades produtivas e das modificações dos padrões de ocupação do solo; o balanço entre as disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação dos conflitos potenciais; as metas de racionalização do uso, do aumento da quantidade e da melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis; as medidas a serem tomadas, os programas a serem desenvolvidos e os projetos a serem implantados para o atendimento das metas previstas; as prioridades para outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; as diretrizes e os critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e as propostas para a criação de áreas sujeitas à restrição do uso com vistas à proteção dos recursos hídricos.

[Acesse](#)

1.2.2 Monitoramento, Avaliação e Execução de Ações para Implementação de Planos de Recursos Hídricos

A ANA, além de apoiar a elaboração de Planos de Bacias Interestaduais, tem, nos últimos anos, desenvolvido metodologias e procedimentos que permitem o monitoramento e a avaliação periódica do processo de implementação dos planos, bem como a execução ou o apoio de ações previstas nos planos.

1.2.3 Cobrança pelo Uso da Água

A **cobrança** pelo uso de recursos hídricos objetiva reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água e a utilização de tecnologias limpas e poupadoras de recursos hídricos; e obter recursos para o financiamento das intervenções e dos programas contemplados nos Planos de Recursos Hídricos.

Essa cobrança não se trata de um imposto ou uma tarifa, mas sim de uma remuneração pelo uso de um bem público a que se sujeitam todos e quaisquer usuários que captem água, lancem efluentes ou realizem usos não consuntivos diretamente em corpos de água.

Os valores arrecadados são aplicados prioritariamente à bacia hidrográfica em que foram gerados e são utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos. Além disso, são direcionados ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH.

[Acesse](#)

1.3 - Articulação

1.3.1 Salas de Crise

As **Salas de Crise** são ambientes de coordenação e articulação de atores governamentais e não governamentais que são ou podem ser impactados pelos efeitos das crises hídricas ou têm alguma atuação sobre elas. A sala é, assim, uma das ferramentas utilizada na gestão de eventos hidrológicos críticos envolvendo bacias ou regiões com reservatórios ou outras infraestruturas hídricas com o objetivo de promover medidas de aumento da segurança hídrica, da capacidade de resposta e da resiliência do sistema. As reuniões acontecem periodicamente e permitem a participação tanto presencial quanto por meio de videoconferências, quando os atores envolvidos dialogam em busca de soluções para os problemas verificados.

[Acesse](#)

1.3.2 Salas de Acompanhamento

As **Salas de Acompanhamento** são um ambiente de coordenação regulatória, instaladas, normalmente, a fim de acompanhar o comportamento de um sistema hídrico após a implantação de novas condições de operação para os reservatórios. Esse acompanhamento se faz necessário no intuito de antecipar possíveis impactos sobre os usos e usuários da água e, caso necessário, estabelecer medidas de resposta em tempo hábil.

[Acesse](#)

1.3.3 Atuação junto às Instâncias Colegiadas

A ANA atua junto às instâncias colegiadas, a saber: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias Interestaduais e os Comitês de Bacias Estaduais com o objetivo de fortalecer o SINGREH.

1.3.4 Sistema de Participação Social da ANA

O Sistema de Participação Social da ANA é uma ferramenta que permite a participação pública na gestão dos Recursos Hídricos. Por meio desse sistema, as áreas da ANA podem gerenciar consultas públicas sobre temas específicos, definindo o objeto da consulta, o período de consulta e a disponibilização de documentos de apoio à participação dos cidadãos. As participações poderão ser consultas internas à Agência, consultas e audiências públicas, entre outras. O sistema possibilita o registro das contribuições e/ou sugestões dos participantes, além de permitir ao público em geral e aos responsáveis acompanhar as contribuições por meio da consulta. O sistema, então, gera relatórios das contribuições recebidas no fim do período.

[Acesse](#)

1.3.5 Governança Regulatória

A uniformização regulatória do saneamento requer que a ANA estabeleça relações institucionais com os atores do setor, envolvendo um conjunto de agências infranacionais, titulares e prestadores de serviços públicos de saneamento, com vistas à universalização sustentável dos serviços de saneamento básico no Brasil.

Na regulação do setor de recursos hídricos, a relação entre os atores, de modo geral, já está estabelecida, pois é uma política vigente há mais de duas décadas. E a ANA mantém a relação entre as partes envolvidas na construção, implementação e monitoramento das normas vigentes.

1.4 - Conservação e Revitalização de Bacias

1.4.1 Programa Produtor de Água

O **Programa Produtor de Água** visa ao desenvolvimento de projetos objetivando a recarga de aquíferos que contribuam para a redução da erosão e do assoreamento de mananciais de abastecimento público. Também auxilia no aumento da oferta e da qualidade da água por meio da realização de ações conservacionistas de água e solo e de orientações para o adequado manejo das propriedades rurais, promovendo a adoção da recuperação da vegetação natural e o manejo agropecuário sustentável. Isso ocorre com base no conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que estimula os produtores rurais a investirem no cuidado com o trato das águas após receberem apoio técnico e financeiro.

[Acesse](#)

1.4.2 Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES)

O **Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES)** visa reduzir os níveis de poluição nas bacias hidrográficas e proteger os mananciais de sistemas de produção de água. Consiste na concessão de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, desde que cumpridas as condições previstas no contrato, aos prestadores de serviço de saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs).

[Acesse](#)

1.4.3 Uso Racional e Reúso

A ANA apoia projetos de uso racional e reúso de água no âmbito da implementação dos planos de bacia hidrográfica.

1.5 – Cooperação Internacional

1.5.1 Cooperação Internacional

Com o intuito de estabelecer uma relação mais próxima com os países e à luz dos princípios que regem a diplomacia brasileira, a ANA desempenha uma série de projetos bilaterais. Essa abordagem permite uma conversa mais próxima entre a ANA e as instituições de outros países, além de um reconhecimento claro dos desafios e das ações focadas na solução, ou seja, uma abordagem mais direta do que o contexto regional e multilateral.

[Acesse](#)

1.5.2 Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia Amazônica

A gestão dos recursos hídricos transfronteiriços na bacia amazônica se dá por meio de projetos ou ações de cooperação. O Projeto GEF Amazonas é resultado de um esforço conjunto dos oito países integrantes da bacia do rio Amazonas – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – e busca: avaliar a vulnerabilidade dos ecossistemas e das populações frente às mudanças climáticas, principalmente as que resultam em secas e enchentes; melhorar o gerenciamento dos recursos hídricos e do solo da bacia; incorporar um planejamento frente às mudanças climáticas; e produzir informações sobre os tipos e as fontes de poluição da água na região, visando estabelecer meios para monitorar os problemas e os mecanismos de combate às causas.

Trata-se de uma iniciativa regional criada por países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), financiado pelo Global Environmental Facility (GEF) com implementação pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

1.5.3 ODS 6 no Brasil

Um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento a todos. A fim de contribuir para o monitoramento e o cumprimento dessas metas, a ANA produziu o relatório ODS 6 no Brasil – Visão da ANA sobre os Indicadores.

[Acesse](#)

2. Regulação

2.1 – Regulação de Usos e Operação de Reservatórios

2.1.1 Outorga de Uso dos Recursos Hídricos

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o instrumento, previsto na Lei nº 9.433/1997, que representa uma autorização necessária para quem quiser utilizar a água diretamente dos corpos d'água. A ANA é a responsável pela emissão das outorgas em corpos hídricos de domínio da União, ou seja, os rios, os lagos e as represas que dividem ou passam por dois ou mais estados ou, ainda, aqueles que passam pela fronteira entre o Brasil e outro país. O pedido de outorga se dá pelo Sistema REGLA.

[Acesse](#)

2.1.2 Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)

A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica para Aproveitamentos Hidrelétricos (DRDH) é um documento que deve ser obtido previamente junto à ANA (no caso de rios federais) ou aos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos (no caso de rios de domínio estadual). A autoridade do setor elétrico é responsável pela concessão ou autorização do uso do potencial hidráulico de determinado curso d'água para a implantação de aproveitamento hidrelétrico. Isso deve ocorrer em situações de aproveitamentos hidrelétricos que demandem quantidades consideráveis de recursos hídricos e que possam impactar de forma significativa a disponibilidade de água.

[Acesse](#)

2.1.3 Marcos Regulatórios

Os Marcos Regulatórios são instrumentos de regulação dos usos de recursos hídricos complementares ao arcabouço legal existente. Por meio deles são estabelecidos os critérios e as condições para os usos da água em um sistema hídrico específico, que orientam e delimitam a necessidade de realização de alocações de água em momentos de escassez hídrica. Todas as propostas e os marcos elaborados partem após consulta presencial ou online aos órgãos gestores de recursos hídricos estaduais, aos operadores dos reservatórios, aos comitês de bacia, às comissões gestoras de açudes e aos demais interessados (usuários e as suas representações, prefeituras municipais, Ministério Público, etc.).

[🔗Acesse](#)

2.1.4 Termo de Alocação de Água

O **Termo de Alocação de Água (TAA)** constitui um ato que estabelece limites, regras e condições de uso dos recursos hídricos e de operação de reservatórios em corpos hídricos de domínio da União situados em sistema hídrico considerado crítico em termos de comprometimento hídrico. Os usos, as condições de operação dos reservatórios e as outorgas de direito de uso desses recursos hídricos emitidos pela ANA são submetidos ao disposto no respectivo TAA.

[🔗Acesse](#)

2.1.5 Condições de Operação de Reservatórios

A ANA define e fiscaliza as **Condições de Operação de Reservatórios** por agentes públicos e privados a fim de garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos, conforme estabelecidos nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e prevenir ou minimizar os efeitos das secas e inundações. No caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos, essa definição é efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

[🔗Acesse](#)

2.2 – Regulação de Segurança de Barragens

2.2.1 Classificação de Barragens quanto ao Risco e Dano Potencial

A classificação de risco de uma barragem, feita pelo respectivo órgão fiscalizador, indica a categoria de risco do dano potencial de uma barragem. **A Categoria de Risco (CRI)** diz respeito aos aspectos da própria barragem que podem influenciar na probabilidade de um acidente: os aspectos do projeto, a integridade da estrutura, o estado de conservação, a operação e manutenção, e o atendimento ao Plano de Segurança. Já o **Dano Potencial Associado (DPA)** é o dano que pode ocorrer devido ao rompimento, ao vazamento, à infiltração no solo ou ao mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, podendo ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas e impactos sociais, econômicos e ambientais.

[🔗Acesse](#)

2.3 – Regulação de Serviços de Adução de Água Bruta

2.3.1 Projeto de Integração do Rio São Francisco

O **Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional (PISF)** é um projeto de infraestrutura hídrica que capta água no rio São Francisco, aduzindo-a para bacias hidrográficas no nordeste setentrional nos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. O seu principal objetivo é garantir a segurança hídrica por meio da integração das bacias hidrográficas a uma região que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas: a região semiárida do Nordeste.

[🔗Acesse](#)

2.4 - Fiscalização

2.4.1 De Usos de Recursos Hídricos em Rios de Domínio da União

A ANA é responsável por regular os rios de domínio da União, isto é, aqueles que passam por mais de um estado brasileiro ou por território estrangeiro, assegurando o direito de acesso a essas águas, além de emitir e fiscalizar as outorgas de direito de uso de recursos hídricos para proteger a população de eventos críticos.

[Acesse](#)

2.4.2 Das Barragens

Consoante os objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens, Lei nº 12.334/2010, deve-se garantir a observância dos padrões de segurança das barragens a fim de reduzir a possibilidade de acidente e as suas consequências. Nesse sentido, a ANA atua na regulação e fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água localizadas em rios de domínio da União para aumentar a segurança das barragens brasileiras.

[Acesse](#)

2.4.3 De Serviços Públicos de Irrigação e Adução de Água Bruta

Compete à ANA regular e fiscalizar, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação dos serviços públicos de irrigação em regime de concessão e a adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, a fixação de padrões de eficiência, o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis, e a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, quando existentes.

2.5 - Regulação das Normas de Referência do Serviço de Saneamento Básico

A ANA deverá exercer a coordenação regulatória do setor de saneamento básico para promover a efetividade e eficiência na prestação do serviço. Nesse sentido, deverá atuar nos setores de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e

drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. As principais atividades da ANA nessa função regulatória será editar normas de referência ao setor, promover a capacitação dos agentes, elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento das melhores práticas regulatórias nos serviços públicos de saneamento básico e ainda disponibilizar a mediação e arbitragem voluntária como forma de resolver conflitos no setor.

[Acesse](#)

2.6 - Implementação da PNRH

2.6.1 Valores Arrecadados pela Cobrança

Foi publicada a Resolução ANA nº 53/2020, que regulamenta a modalidade de Chamamento Público de Projetos para seleção de estudos, programas, projetos e obras, incluídos nos Planos de Recursos Hídricos, a serem financiados pelos valores arrecadados com a cobrança do uso dos recursos hídricos.

3. Informações e Conhecimentos

3.1 - Monitoramento Hidrológico

3.1.1 Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN)

A Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) é composta por estações hidrológicas que monitoram o volume das chuvas, o nível e a vazão dos rios, a quantidade de sedimentos e a qualidade das águas. Sob a coordenação da ANA, a RHN é operada em parceria com demais instituições, entre elas a CPRM/MME. Os dados são disponibilizados no Portal Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) e servem de base, por exemplo, para estudos, definição de políticas e investimentos, e a real disponibilidade das águas. Atualmente, a RHN conta com mais de 4.800 estações, das quais 1.961 são automáticas.

[Acesse](#)

3.1.2 Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR)

A **Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR)**, criada em parceria com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS, na sigla em inglês), foi planejada no intuito de: aumentar a confiabilidade das estações da RHN; atender à necessidade de informação hidrológica para o balanço hídrico; prevenir eventos hidrológicos extremos; definir as condições de entrega da água entre estados e países; avaliar a qualidade da água; regular os usos; e avaliar as variações e tendências de longo prazo (acompanhamento de efeitos de mudanças climáticas); entre outros. Foi projetada para conter até 2.235 estações hidrometeorológicas operadas em nível de excelência e com tecnologia de última geração a fim de prover dados confiáveis, representativos e tempestivos para o conhecimento e a gestão dos recursos hídricos e da pesquisa científica.

3.1.3 Rede Hidrológica do Setor Elétrico

A ANA recebe no SNIRH dados hidrológicos do setor elétrico que encaminham informações de mais de 3.600 estações de monitoramento pluviométricas e fluviométricas, por obrigação decorrente da Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 3/2010.

[Acesse](#)

3.1.4 Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA)

A **Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA)** é composta pelo conjunto de redes estaduais de monitoramento da qualidade das águas superficiais, tendo como principal objetivo padronizar e ampliar o monitoramento da qualidade da água no país.

[Acesse](#)

3.1.5 Monitoramento de Águas Subterrâneas

A ANA passou a incluir informações sobre aquíferos na Rede Hidrometeorológica Nacional. Tais informações servirão como subsídio para promover a gestão integrada entre rios e aquíferos.

[Acesse](#)

3.2 – Sistemas de Informação

3.2.1 Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)

O **Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)** é um dos instrumentos de gestão previsto da Lei nº 9.433/1997. Refere-se a um amplo sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre os recursos hídricos do país, bem como os fatores intervenientes para a sua gestão. As informações são públicas, atualizadas e disponibilizadas gratuitamente por meio do Portal de Metadados. As informações sobre a divisão hidrográfica nacional, a quantidade e a qualidade de água, entre outras, também podem ser consultadas.

[Acesse](#)

3.2.2 Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA)

O **Sistema Federal de Regulação de Usos (REGLA)** é uma ferramenta para a solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União. Com base nas informações apresentadas, o REGLA estimará a quantidade de água que o empreendimento precisará. Havendo aceitação desses valores e dependendo do nível de comprometimento do corpo hídrico e do porte/tipo do empreendimento, o sistema fará o processamento eletrônico da solicitação de outorga, e o resultado será publicado em poucas semanas.

[Acesse](#)

3.2.3 Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)

O Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) é um cadastro que reúne informações dos usos de recursos hídricos regularizados nos corpos d'água de domínio dos estados e da União, conforme as diretrizes da Resolução CNRH nº 126/2011.

[Acesse](#)

3.2.4 Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)

O **Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)** contém informações consolidadas sobre as condições de segurança das barragens em todo o território nacional, dispondo de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação das informações em diferentes fases – construção, operação ou desativação. A inserção dos dados está sob a responsabilidade de cada entidade ou órgão fiscalizador.

[🔗Acesse](#)

3.2.5 Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)

O Sistema de **Acompanhamento de Reservatórios (SAR)** consiste em uma plataforma web que permite, de maneira simples, o acompanhamento da operação dos principais reservatórios do Brasil e está dividido em três módulos: i.Sistema Interligado Nacional (SIN); ii. Nordeste e Semiárido; e iii. Outros Sistemas Hídricos.

[🔗Acesse](#)

3.2.6 Sistema de Acompanhamento do Setor Elétrico (SAMSE)

O sistema que as empresas do setor elétrico utilizam para enviar informações em tempo real, permitindo o acompanhamento do monitoramento hidrológico do setor elétrico.

3.2.7 Sistema de Acompanhamento de Regulação do Saneamento Básico (SASB)

Sistema ainda em fase de construção que reunirá as informações sobre o cadastro das agências reguladoras de saneamento e as informações sobre as normas de referência.

3.3 – Planejamento

3.3.1 Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)

O Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) é o instrumento que assegura ao Brasil um planejamento integrado e consistente de infraestrutura hídrica, com natureza estratégica e relevância regional, até 2035, visando a redução

dos impactos de secas e cheias. Além das obras, também são identificados os estudos adicionais e projetos necessários para viabilizá-las, bem como as lacunas de conhecimento em áreas de baixa segurança hídrica para as quais foram propostas ações específicas.

[🔗Acesse](#)

3.4 – Prevenção de Eventos Críticos

3.4.1 Sala de Situação na ANA

A **Sala de Situação da ANA**, inaugurada em 2009, monitora e analisa a evolução das chuvas, dos níveis e da vazão dos principais rios, dos reservatórios e das bacias hidrográficas prioritárias. Todas as informações são compartilhadas por meio de boletins e de sistemas de monitoramento, servindo de suporte para a decisão das autoridades responsáveis pela gestão dos eventos hidrológicos críticos no país.

[🔗Acesse](#)

3.4.2 Salas de Situação Estaduais

As **Salas de Situação Estaduais** funcionam como centros de gestão de situações críticas, coordenadas pelo órgão gestor de recursos hídricos do estado, onde também podem estar presentes os representantes do instituto de meteorologia local e da Defesa Civil estadual. Buscam, ainda, identificar ocorrências e subsidiar a tomada de decisão para a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. Futuramente, essas salas estarão integradas à Sala de Situação da ANA.

[🔗Acesse](#)

3.4.3 Monitor de Secas

O **Monitor de Secas** foi iniciado em 2014, na região Nordeste, e desde 2018 tem sido expandido para o restante do Brasil. O seu objetivo é integrar o conhecimento técnico e científico já existente em diferentes instituições estaduais e federais para alcançar um entendimento comum sobre as condições de seca, como: a sua severidade, a sua evolução espacial e temporal, e os

seus impactos sobre os diferentes setores envolvidos. Trata-se de um processo de acompanhamento regular e periódico, cujos resultados consolidados são divulgados no Mapa do Monitor de Secas. Mensalmente, as informações sobre a situação das secas referentes ao mês anterior são disponibilizadas, com indicadores que refletem o curto prazo (últimos 3, 4 e 6 meses) e o longo prazo (últimos 12, 18 e 24 meses), além de indicar a evolução da seca na região.

[Acesse](#)

Baixe o [aplicativo](#)

3.5 – Consolidação de Informações

3.5.1 Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil

O **Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil** faz um balanço da situação e da gestão dos recursos hídricos no país. As versões completas são elaboradas a cada quatro anos, mas informes anuais também são emitidos.

[Acesse](#)

3.5.2 Relatório de Segurança de Barragens (RSB)

O **Relatório de Segurança de Barragens (RSB)**, previsto na Lei nº 12.334/2010, consolida as informações de todos os órgãos fiscalizadores de segurança de barragens no país sobre a situação da segurança das barragens brasileiras. É elaborado anualmente sob a coordenação da ANA.

[Acesse](#)

3.5.3 Boletins de Acompanhamento de Sistemas Hídricos

Os Boletins de Acompanhamento de Sistemas Hídricos reúnem informações periódicas sobre a situação hidrológica de rios e reservatórios, por exemplo, as vazões afluentes e defluentes, a evolução do volume de reservatórios e as cotas dos rios. Essas informações permitem identificar a ocorrência de eventos hidrológicos críticos e acompanhar a evolução das cheias e secas, fornecendo subsídios para a tomada de decisões que visam prevenir ou minimizar os efeitos desses eventos.

[Acesse](#)

3.5.4 Avaliação Integrada Rio/Aquífero

Os estudos que tratam da abordagem integrada rio/aquífero em diversas bacias hidrográficas são exemplos dos esforços no sentido de propiciar a atuação articulada com o planejamento de outros setores ou instituições.

3.5.5 Base de Disponibilidade Hídrica Superficial

Trata-se de Informações sistematizadas sobre a quantidade de água disponível em rios e reservatórios.

3.5.6 Estudos de Recursos Hídricos

Estudos que ajudam a compreender a demanda hídrica dos diferentes setores e dão subsídios para a tomada de decisão em diferentes políticas públicas.

3.6 – Pesquisa, Formação, Disseminação

3.6.1 Capacitação de Recursos Humanos

A ANA tem entre as suas atribuições estimular a capacitação dos recursos humanos para a gestão de recursos hídricos e dos atores envolvidos na regulação do setor de saneamento. Dessa forma, a Agência é responsável pela elaboração e implementação de programas de capacitação e educação em vários níveis de formação, desde o mais básico até conteúdos especializados em nível de pós-graduação. As ações educacionais visam não apenas ao desenvolvimento de capacidades técnicas, mas também à diminuição das assimetrias existentes entre os diferentes atores do sistema, além de engajar pessoas e instituições na gestão das águas no país. O público-alvo das ações de capacitação da ANA são servidores dos órgãos executivos, representantes em instâncias colegiadas, formadores de opinião, diferentes tipos de usuários da água, atores envolvidos na regulação do saneamento básico e a sociedade em geral, com ênfase nos jovens.

[Acesse](#)

3.6.2 Pesquisas em rede e fomento à pós-graduação

A ANA tem entre as suas atribuições estimular a pesquisa para a gestão dos recursos hídricos e fomentar, por meio de instituições parceiras como CAPES e CNPq, a criação e o fortalecimento de cursos de pós-graduação, como a especialização, o mestrado profissional e o apoio ao desenvolvimento de pesquisas em redes nos temas de interesse da ANA.

[🔗 Acesse](#)

3.6.3 Plataforma ConheceRH - Acervo sobre a Água

A **Plataforma ConheceRH** é um repositório de conteúdos digitais disponibilizado pela ANA que tem um objetivo educacional sobre a água. Contém publicações, animações, apostilas, jogos, dissertações, tutoriais e imagens.

[🔗 Acesse](#)

4. Entregas dos Processos Gerenciais e de Suporte

4.1 - Gerenciais

- Apoio à Governança Corporativa [🔗 Acesse](#)
- Apoio à Governança Regulatória [🔗 Acesse](#)
- Apoio ao Processo Decisório
- Ações Promotoras de Integridade
- Agenda Regulatória e Informes
- Articulações com Agências Reguladoras
- Assessoramento Parlamentar
- Comunicação Social
- Diálogo Político com a OCDE
- Estoque Regulatório
- Governança de TI
- Inovação em Produtos, Processos e Serviços
- Investigação Preliminar
- Orçamento
- Organização de Eventos
- Patrocínios

- Planejamento Estratégico Institucional (PEI) [🔗 Acesse](#)
- Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) [🔗 Acesse](#)
- Plano de Gestão Anual (PGA) [🔗 Acesse](#)
- Plano de Gestão de Riscos (PGR)
- Processos Administrativos Disciplinares (PAD)
- Relacionamento com a Sociedade
- Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) [🔗 Acesse](#)
- Relatório de Avaliação da Estratégia [🔗 Acesse](#)
- Relatório de Gestão [🔗 Acesse](#), Relatório de Atividades [🔗 Acesse](#) e Prestação de Contas.
- Site e Redes Sociais

4.2 - Suporte

- Automação de Processos
- Biblioteca
- Carta de Serviços
- Contratos, Convênios e Parcerias Firmadas
- Gestão Documental, Memória Institucional e Gestão do Conhecimento
- Infraestrutura de TICS
- Inovação Tecnológica
- Plano de Transformação Digital
- Proteção de Dados
- Qualidade de Vida no Trabalho
- Recursos Tecnológicos, Financeiros e Logísticos Alocados
- Service Desk
- Servidores Capacitados
- Segurança da Informação
- Sistemas e Aplicativos de Suporte



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

